ESPÍRITO SANTO 2025

GOVERNO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO A HORA É ESSA

BR

Espírito Santo em Ação

Macroplan

Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

Carteira de Projetos Estruturantes

8

Agosto de 2006

Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

Carteira de Projetos Estruturantes

Agosto de 2006

2006. Macroplan – Prospectiva, Estratégia e Gestão

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

P712 Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025: carteira de projetos estruturantes. - Espírito Santo: Macroplan, 2006.
v.8 : il., color. ; 30cm.

I. Desenvolvimento Econômico – Espírito Santo (Estado). 2. Desenvolvimento Social – Espírito Santo (Estado). 3. Capital Humano. 4. Capital Social. I. Macroplan-Prospectiva, Estratégia & Gestão. II. Título.

CDD – 339.5

Elaborada por: Bibliotecária responsável – CRB-7/5345

Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

Volume 1	Síntese do Plano
Volume 2	Pesquisa Qualitativa
Volume 3	Condicionantes do Futuro
Volume 4	Análise Comparativa Internacional e com Outras Unidades da Federação
Volume 5	Cenários Exploratórios para o Espírito Santo no Horizonte 2006-2025
Volume 6	Avaliação Estratégica e Subsídios para a Visão de Futuro
Volume 7	Visão de Futuro
Volume 8	**Carteira de Projetos Estruturantes**
Volume 9	Agenda de Implementação, Governança e Plano de Comunicação
Volume 10	Nota Técnica: Agregação de Valor e Diversificação Econômica do Espírito Santo
Volume 11	Nota Técnica: Desenvolvimento da Logística e dos Transportes no Espírito Santo

Governo do Estado do Espírito Santo

Paulo Hartung
Governador

Guilherme Gomes Dias
Secretário de Estado de Economia e Planejamento

Dayse Maria Oslegher Lemos
Subsecretária de Planejamento

Espírito Santo em Ação

Nilton Chieppe
Diretor-coordenador

Arthur Carlos Gerhardt Santos
Membro do conselho deliberativo

Petrobras

Márcio Félix Carvalho Bezerra
Gerente Geral da unidade de Negócios da Petrobras no Espírito Santo

Macroplan

Cláudio Porto
Diretor

José Paulo Silveira
Diretor

Alexandre Mattos de Andrade
Coordenador Executivo do Projeto ES2025

Sumário

Apresentação 9

1. Por que uma Carteira de Projetos? 11

1.1 Metodologia para a Montagem da Carteira de Projetos Estruturantes 11

1.2 Grupos de Projetos Estruturantes 12

1.3 Conceito de Projeto Estruturante 14

2. A Estratégia de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 17

2.1 A Estratégia de Desenvolvimento 17

2.2 Grupos de Projetos 19

3. Visão de Conjunto da Carteira 27

3.1. Valor total da Carteira 27

3.2 Distribuição Temporal dos Recursos 29

3.2.1 Fonte Financiadora 29

3.2.2 Grupo de Projeto 30

4. Análise da Carteira 31

4.1 Análise de Aderência Estratégica e de Riscos de Implantação da Carteira 31

4.1.1 Esforço de Gerenciamento 31

4.1.2 Método de Análise Hierárquica 31

4.1.3 Concepção do Modelo de Análise Estratégica da Carteira de Projetos 33

4.1.4. Interpretação Gráfica 39

4.2 Resultados 41

5. Grupos e Projetos 49

5.1 Desenvolvimento do Capital Humano 51

5.2 Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades 71

5.3 Redução da Violência e Criminalidade 87

5.4. Interiorização do Desenvolvimento 109

5.5 Desenvolvimento da Rede de Cidades 127

5.6 Recuperação e Conservação de Recursos Naturais 149

5.7 Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica 165

5.8 Desenvolvimento da Logística 189

5.9 Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas 211

5.10 Fortalecimento da Identidade e Melhoria da Imagem Capixaba 227

5.11 Inserção Estratégica Regional 242

Equipe do Projeto 247

Apresentação

O **Volume 8 – Carteira de Projetos Estruturantes** é um dos documentos que compõe o **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025**.

O trabalho de desenvolvimento desse volume foi conduzido pelo **Governo do Estado, através da Secretaria de Economia e Planejamento** em parceria com o **Espírito Santo em Ação** e a **Petrobras**, com o apoio técnico e metodológico da **Macroplan – Prospectiva, Estratégia & Gestão**.

A formulação de uma visão de longo prazo, o "aonde queremos chegar", se constitui em referência essencial para a construção do futuro do Espírito Santo no horizonte de 2025. Entretanto, a Visão de Futuro do Espírito Santo 2025 não se realizará inercialmente. Para que o cenário desejado possa acontecer, faz-se necessário implantar iniciativas tangíveis, singulares e mobilizadoras que pavimentarão o caminho rumo ao futuro almejado para o Estado – o "como vamos chegar lá".

Sendo assim, a atividade de Montagem do Portfólio de Projetos Estruturantes consiste no esforço de desdobramento e tradução da Visão de Futuro em uma **carteira de projetos estruturantes,** segundo as orientações da estratégia definida para o Plano de Desenvolvimento, no horizonte 2006-2025.

Com a construção desta carteira de projetos, espera-se:

- Estimular o investimento público e privado;
- Articular iniciativas de todas as esferas de poder, iniciativa privada e organizações da sociedade civil;
- Orientar o estabelecimento de parcerias;
- Criar condições para um desenvolvimento harmônico e equilibrado em termos de setores e territórios;
- Otimizar e dar transparência às decisões de investimento;
- Mitigar efeitos de descontinuidades políticas;
- Possibilitar a melhoria contínua do conjunto de projetos essenciais ao desenvolvimento do Estado.

Desta maneira, constrói-se uma agenda de projetos estratégicos com a finalidade de atingir o salto de qualidade desejado pela sociedade capixaba em todas as suas dimensões, operacionalizando assim a inserção do Estado em um novo, longo e diferenciado ciclo de desenvolvimento.

Para a definição e construção da Carteira de Projetos Estruturantes, considerou-se, além da Visão de Futuro e da Avaliação e Formulação Estratégica, a atividade de benchmarking que tomou como referência outros países e estados da Federação.

Boa leitura!

Agosto de 2006

1. Por que uma Carteira de Projetos?

1.1 Metodologia para a Montagem da Carteira de Projetos Estruturantes

A operacionalização do desdobramento da visão de futuro em uma carteira de projetos estruturantes foi executada segundo a mesma lógica do estudo "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento", desdobrando-se em cinco etapas.

Inicialmente, foi feito **um inventário de projetos existentes**, sejam eles públicos, privados ou em parceria. Neste sentido, ocorreu uma "varredura" nos *sites* de organizações públicas, privadas e do terceiro setor para coletar informações relacionadas a projetos no Espírito Santo e seus atributos básicos segundo tipologia previamente estabelecida (setor, localização, estágio de desenvolvimento, valores estimados, tempo de maturação, etc). Levantamentos complementares foram realizados mediante contatos presenciais junto a empresas ou organizações específicas. Assim, os projetos identificados foram cadastrados em um "banco de projetos".

Em seguida, houve uma **seleção dos projetos inventariados,** segundo critérios de relevância e de aderência estratégica, de modo a eliminar projetos de baixo impacto e/ou de reduzida contribuição à visão de futuro.

O passo seguinte consistiu na **identificação de lacunas e geração de novos projetos**. Isto foi feito confrontando o conjunto de projetos inventariados com os gargalos e as oportunidades anteriormente identificados, de modo a identificar elos faltantes ou espaços de complementaridades relevantes. Os novos projetos foram incorporados ao "banco de projetos", que passa a reunir os ingredientes primários do portfólio.

Uma vez concluída esta etapa, os **projetos** foram reunidos em **grupos sinérgicos,** cada grupo idealmente em torno de um projeto-âncora.

Finalmente os grupos de projetos foram objeto de uma **avaliação multi-critério**[1]**,** que verifica simultaneamente (1) a sua capacidade de transformação e de influência de outros projetos (motricidade) e (2) os riscos relacionados à implantação do projeto. Como resultante desta avaliação se tem a carteira de projetos estruturantes completamente caracterizada e hierarquizada.

É importante observar que **os projetos não serão implementados simultaneamente**. O esforço de implementação será dosado e distribuído ao longo do tempo em função de critérios de seletividade e urgência, da disponibilidade de recursos e da adesão de novos parceiros.

Antes do início da execução, haverá um trabalho de priorização no primeiro ciclo de planejamento tático do Espírito Santo 2025 e esta será uma das primeiras tarefas da agenda de implementação e gestão. Por outro lado, cabe ressaltar que **a composição da carteira de projetos estruturantes será dinâmica** e irá sendo modificada ao longo do tempo em função da execução, dos resultados alcançados e da evolução de fatores externos. Novos projetos serão incorporados aos grupos, alguns poderão ser substituídos ou reconfigurados. Os próprios "projetos âncora" poderão mudar ao longo do tempo. Mas essas mudanças obedecerão a um processo organizado de gerenciamento, monitoramento e avaliação da carteira de projetos do Plano de Desenvolvimento.

1.2 Grupos de Projetos Estruturantes

Os **projetos estruturantes** são os instrumentos escolhidos para operacionalizar a estratégia. O agrupamento de projetos tem por finalidade proporcionar uma soma sinérgica dos resultados dos projetos estruturantes individuais de modo a ampliar a capacidade de transformação da realidade no sentido indicado pela visão de futuro.

> *Grupo de Projetos* é um conjunto de projetos estruturantes e associados de efeito sinérgico que (i) geram resultados finalísticos capazes de transformar a realidade em consonância com a visão de futuro, mediante um esforço de gerenciamento intensivo; (ii) ajustam-se ao ambiente de implementação caracterizado por múltiplos agentes, sob condições de governança democrática (iii) ampliam a financiabilidade pública ou privada das ações que

[1] Utilizando métodos apropriados como, por exemplo, a AHP – Análise Hierárquica de Projetos. O detalhamento desta etapa está no capítulo 4 deste documento.

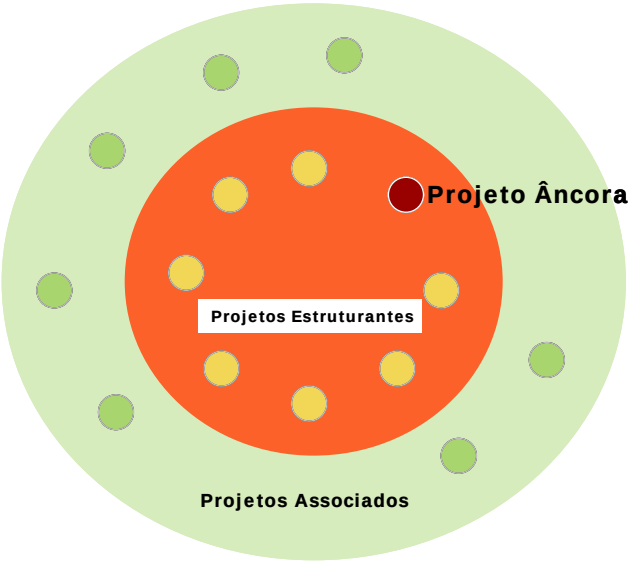
os integram; e (iv) orientam a avaliação de impacto do conjunto de projetos, para monitoramento do processo de construção da visão de futuro.

No processo de materialização da estratégia por intermédio da gestão de projetos estruturantes, uma forma particular de alcançar as metas integrantes da Visão de Futuro consiste em organizar grupos sinérgicos de projetos que, combinados, provocam as transformações planejadas.

Deste modo, cada uma das onze estratégias de desenvolvimento foi traduzida em um grupo de projetos estruturantes. A função de cada grupo é a de reunir um conjunto de iniciativas (ações) que permitirão a transformação da estratégia em resultados concretos que sinalizarão a mudança desejada pela sociedade. Os grupos estão desenhados de forma a permitir o gerenciamento intensivo, monitoramento e avaliação de resultados, durante toda a fase de implementação.

Cada grupo de projetos possui pelo menos um **projeto-âncora**, que é aquele que contribui para a superação do maior gargalo existente e/ou que assegura a sinergia entre os projetos que integram este conjunto.

Ainda compõem a carteira os chamados **projetos associados**, que são iniciativas complementares de importância restrita a determinada dimensão ou região geográfica, mas que contribui também para o alcance dos resultados previstos para o grupo de projetos estruturantes.



Os grupos de projetos possuem os seguintes elementos:

- **Alcance Estratégico**

  Contextualização e justificativa do grupo de projetos, bem como sua vinculação com a Estratégia de Desenvolvimento. Mapeia os antecedentes, situação atual e tendências da temática abordada pelo grupo, bem como os grandes problemas, desafios, gargalos e oportunidades com os quais ele se defronta.

- **Resultados Finalísticos**

  Transformações que devem ser produzidas com a execução do grupo de projetos, tendo como referência seu público-alvo, compreendendo a situação almejada, seu indicador, meta e prazo de consecução, método de avaliação e respectivos prazos de medição.

- **Governança e Sustentabilidade**

  Fatores político-institucionais que criam as condições propícias ao sucesso do grupo de projetos e a sustentação de seus resultados. Consiste no mapeamento de ações que têm a capacidade de potencializar os resultados almejados pelo grupo de projetos.

1.3 Conceito de Projeto Estruturante

No contexto deste trabalho, Projeto Estruturante é uma **iniciativa específica com prazo finito e bem definido**, possuindo as seguintes características:

- transforma a visão de futuro em resultados concretos que **sinalizam a mudança desejada;**
- tem **efeito multiplicador**: capacidade de gerar outras iniciativas privadas ou públicas;
- mobiliza e articula **recursos** públicos, privados ou em parceria;
- produz a **percepção da sociedade** acerca da construção da visão de futuro por meio de ações concretas; e
- permite um **gerenciamento intensivo.**

Para o desenvolvimento deste sistema unificado de gerenciamento é essencial que todos os projetos sejam detalhados obedecendo a um mesmo padrão. Desta maneira, cada projeto estruturante se organiza em 7 atributos. São eles:

- **Objetivo**

  Define a transformação a ser provocada pelo projeto no segmento da realidade que constitui o seu alvo.

- **Escopo**

  Síntese das linhas de ação por meio das quais o projeto será executado para alcançar os objetivos almejados.

- **Resultados**

  Síntese dos efeitos que se deseja obter com a execução do projeto, através do alcance de **metas e prazos** previamente estabelecidos.

- **Valor Total Estimado**

  Apresenta de modo resumido a aplicação de recursos financeiros ao longo da execução do projeto.

  Essas estimativas destinam-se ao planejamento estratégico. São valores aproximados que têm por finalidade a identificação de eventuais restrições financeiras à execução do Plano de Desenvolvimento, o escalonamento dos projetos ao longo do período de planejamento e a avaliação estratégica da carteira de projetos. Não devem, portanto, serem utilizadas para decisões relativas à implantação de projetos individuais, cuja estimativa requer o detalhamento prévio das ações, previsto para uma etapa posterior ao planejamento estratégico.

  Vale ressaltar que, no que se refere aos gastos de pessoal, serão contabilizados apenas os custos previstos de contratação de novos funcionários permanentes por entidades governamentais, utilizando como fonte os recursos públicos estaduais.

- **Entidade Responsável**

  Entidade ou órgão que será responsável pelo gerenciamento do projeto.

- **Situação Atual**

  Descrição sumária do estado atual do projeto, podendo assumir duas formas: em estudo ou em andamento.

- **Prazo**

  Horizonte para a conclusão do projeto. Representa o período em que a execução do mesmo é considerada **estruturante** para o desenvolvimento do Estado.

2. A Estratégia de Desenvolvimento Espírito Santo 2025

2.1 A Estratégia de Desenvolvimento

A Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo para os próximos 20 anos é o caminho escolhido para que o novo ciclo de desenvolvimento traduzido na Visão de Futuro se torne realidade para as gerações atuais e futuras. Busca viabilizar o alcance da situação projetada para o futuro do Estado, sendo assim o grande fio condutor para este futuro desejado.

Quatro estratégias principais formam o núcleo propulsor do processo de transformação:

1. Desenvolvimento do capital humano referenciado a padrões internacionais de excelência;

2. Erradicação da pobreza e redução das desigualdades para ampla inclusão social;

3. Diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas; e

4. Desenvolvimento do capital social e da qualidade e robustez das instituições capixabas.

Além dessas estratégias principais, outras sete complementam o núcleo da Estratégia de Desenvolvimento. São as seguintes:

5. Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no estado;

6. Recuperação e conservação de recursos naturais;

7. Promoção de um desenvolvimento mais equilibrado entre a região metropolitana, o litoral e o interior;

8. Alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico, reforçando seu papel de fator de competitividade da economia capixaba;

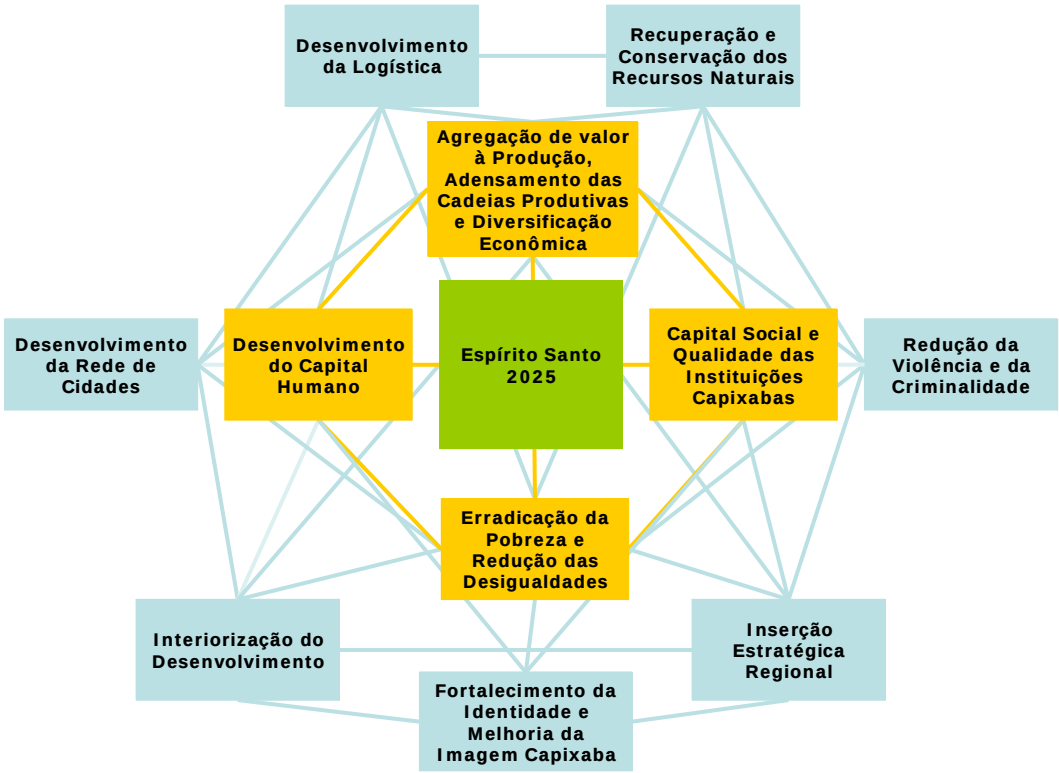
9. Estabelecimento de alianças estratégicas regionais para desenvolver oportunidades de desenvolvimento integrado de interesse do Estado;

10. Desenvolvimento de uma rede equilibrada de cidades que favoreçam o dinamismo econômico e a qualidade e sustentabilidade do espaço urbano; e

11. Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do Estado.

Os quatro elementos do núcleo central somados aos sete complementares compõem um conjunto de elementos de alto grau sinérgico, dada a grande inter-relação e complementaridade entre eles. Por isso, a materialização deste conjunto de estratégias consiste em poderoso instrumento de transformação da realidade capixaba como um todo.

A representação gráfica deste elevado grau de articulação e complementaridade entre as onze estratégias com vistas ao alcance da visão de futuro constitui o chamado “diamante” da Estratégia de Desenvolvimento do Espírito Santo no horizonte 2006-2025, que é mostrado a seguir.



Fonte: Macroplan

2.2 Grupos de Projetos

A estratégia de desenvolvimento será operacionalizada por intermédio de **93** projetos estruturantes e **4** alianças estratégicas reunidos em onze grupos, como abaixo indicado.

- **Desenvolvimento do Capital Humano:**

1. Gestão e Inovação do Sistema Educacional e das Escolas (âncora);
2. Formação e Valorização de Professores;
3. Implantação da Jornada Ampliada;

4. Qualidade e Expansão da Educação Infantil;
5. Qualidade do Ensino Fundamental;
6. Qualidade e Universalização do Ensino Médio;
7. Expansão e Qualidade do Ensino Técnico; e
8. Expansão do Acesso ao Ensino Superior de Qualidade.

- **Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades:**

9. Promoção do Desenvolvimento Local (âncora);
10. Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas;
11. Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação;
12. Educação de Adultos;
13. Universalização dos Serviços de Saúde da Família;
14. Prevenção à Gravidez Precoce e Planejamento Familiar; e
15. Ampliação do Acesso à Habitação de Baixa Renda.

- **Redução da Violência e da Criminalidade:**

16. Sistema Integrado de Defesa Social (âncora);
17. Redução dos Crimes Contra o Patrimônio;
18. Atenção ao Jovem;
19. Prevenção Social da Criminalidade;
20. Gestão da Segurança Pública;
21. Capacitação Policial Orientada para Resultados;
22. Modernização da Polícia Técnico-Científica;
23. Ampliação e Modernização do Sistema Prisional;
24. Policiamento Comunitário e Solução de Problemas;
25. Controle da Atividade Policial; e

26. Diagnóstico e Pesquisa em Segurança Pública.

- **Interiorização do Desenvolvimento:**

27. Gestão da Competitividade Sistêmica no Interior (âncora);
28. APL Mármore e Granito;
29. APL Confecções e Vestuário;
30. APL Florestal-moveleiro;
31. APL Fruticultura;
32. APL Café;
33. APL Alimentos e Bebidas;
34. APL Turismo; e
35. Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira.

- **Desenvolvimento da Rede de Cidades:**

36. Planejamento e Gestão de Cidades (âncora);
37. Desenvolvimento da Região Metropolitana Grande Vitória;
38. Rede de Cidades Cachoeiro de Itapemirim;
39. Rede de Cidades Colatina;
40. Rede de Cidades Linhares;
41. Rede de Cidades São Mateus;
42. Rede de Cidades de Nova Venécia;
43. Desenvolvimento Urbano de Aracruz e Região de Impacto;
44. Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Região de Impacto;
45. Rede de Cidades Serranas;
46. Rede de Cidades Caparaó; e
47. Expansão com Qualidade da Habitação Urbana.

- **Recuperação e Conservação de Recursos Naturais:**

  48. Universalização do Saneamento (âncora);
  49. Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (âncora);
  50. Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
  51. Expansão e Diversificação de Plantios Agroflorestais Comerciais;
  52. Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
  53. Educação Ambiental; e
  54. Conservação de Solos.

- **Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica:**

  55. Promoção e Atração de Investimentos (âncora);
  56. Qualificação de Mão-de-Obra para os Setores Produtivos;
  57. Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores;
  58. Tecnologia e Inovação;
  59. Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Setor Petróleo e Gás Natural;
  60. Implantação do Pólo Gás-Químico do Espírito Santo;
  61. Implantação do Pólo Siderúrgico em Anchieta;
  62. Implantação de Unidades de Ferro-Esponja Briquetado e Aciaria;
  63. Implantação de Unidades de Laminação a Frio e Galvanização;
  64. Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia;
  65. Geração de Energia Elétrica;
  66. Desenvolvimento da Indústria Naval; e
  67. APL Metal-mecânico.

- **Desenvolvimento da Logística:**

68. Desenvolvimento do Porto Barra do Riacho (âncora);
69. Adequação do Porto de Vitória;
70. Desenvolvimento do Porto de Ubu;
71. Eixo Longitudinal Litorâneo;
72. Eixo Longitudinal Interiorano;
73. Eixos Transversais;
74. Adequação de Capacidade da BR 262
75. Eixos Diagonais;
76. Ferrovia Litorânea Sul;
77. Adequação do Corredor Centro-Leste;
78. Terminal de Carga Aérea,
79. Ramal Ferroviário Norte; e
80. Transporte e Distribuição de Gás Natural.

- **Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas:**

81. Profissionalização e Inovação no Serviço Público (âncora);
82. Gestão Orientada para Resultados;
83. Governo Eletrônico;
84. Modernização da Gestão Pública Municipal;
85. Pesquisa Aplicada em Políticas Públicas;
86. Qualidade da Administração Pública; e
87. Ampliação da Gestão Pública Não Governamental.

- **Fortalecimento da Identidade e Melhoria da Imagem Capixaba:**

88. Valorização e Divulgação da Imagem (âncora);

89. Disseminação da Cultura Capixaba na Educação;

90. Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais;

91. Rede de Espaços Culturais;

92. Desenvolvimento do Esporte; e

93. A Cultura em Transformação.

- **Inserção Estratégica Regional:**

    1. Alianças Estratégicas para Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades;

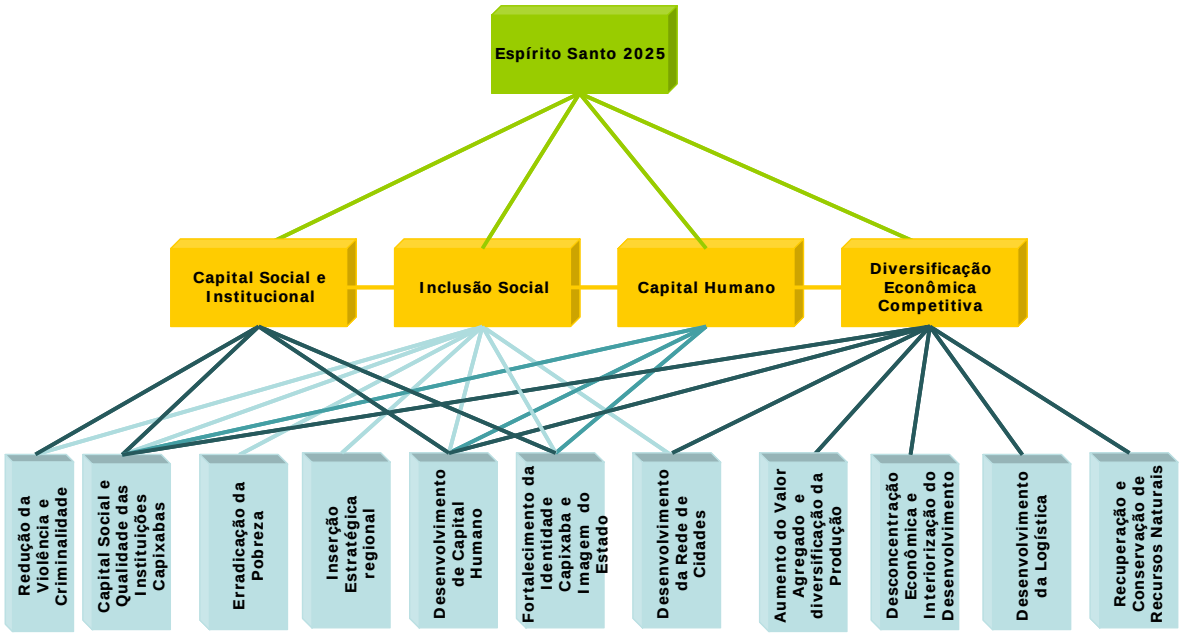
    2. Alianças Estratégicas para Desenvolvimento Econômico Integrado;

    3. Alianças Estratégicas para Integração Logística; e

    4. Alianças Estratégicas para Recuperação e Conservação de Recursos Naturais.

Assim como no diamante da estratégia, estes grupos de projetos podem ser organizados analiticamente, compondo a seguinte árvore:

Hierarquização dos Grupos de Projetos



Fonte: Macroplan

Os principais atributos de cada grupo de projetos – alcance estratégico, principais resultados, composição do grupo e condições de governança e sustentabilidade – estão descritos no capítulo 5 deste documento juntamente com a caracterização dos atributos de cada projeto estruturante.

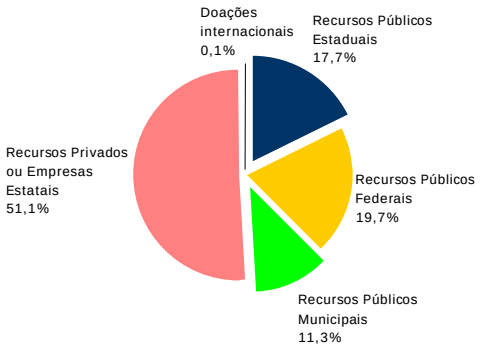
3. Visão de Conjunto da Carteira

3.1. Valor total da Carteira

Para viabilizar a execução dos 93 projetos estruturantes, estimou-se a necessidade de aplicação de R$ 68,8 bilhões, em 20 anos, distribuídos ao longo do período de planejamento.

Considerou-se que o estabelecimento das 4 alianças estratégicas propostas no Grupo 11 não demandará a aplicação de recursos financeiros expressivos, tendo em vista envolver exclusivamente iniciativas de negociação e articulação institucional, e não a execução de projetos.

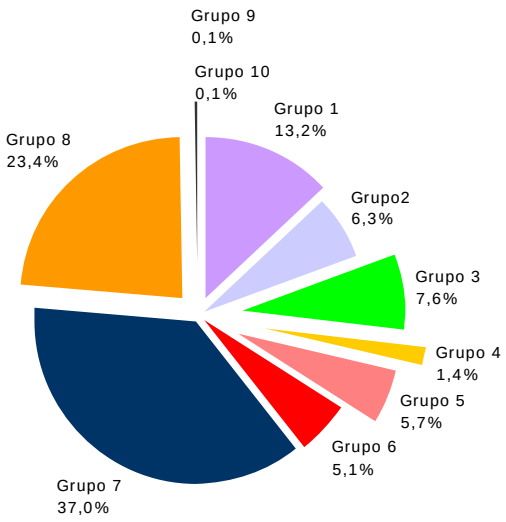
Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

Fontes	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10	Grupo 11	Total
Recursos Públicos Estaduais	1.277,72	1.627,14	5.010,63	378,68	311,81	1.025,85	1.068,99	1.349,69	79,49	30,25	-	**12.160,25**
Recursos Públicos Federais	655,08	1.574,90	179,57	62,00	2.431,79	737,50	976,87	6.894,55	0,00	29,30	-	**13.541,55**
Recursos Públicos Municipais	6.258,44	1.110,09	4,77	38,00	348,81	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	**7.768,10**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	832,30	28,88	5,75	498,25	850,04	1.682,00	23.354,22	7.768,95	0,76	14,65	-	**35.035,79**
Doações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	**72,00**
Total	**9.023,54**	**4.341,01**	**5.200,71**	**976,93**	**3.942,44**	**3.525,35**	**25.400,08**	**16.013,19**	**80,25**	**74,20**	**-**	**68.577,70**

Recursos por Grupo de Projeto



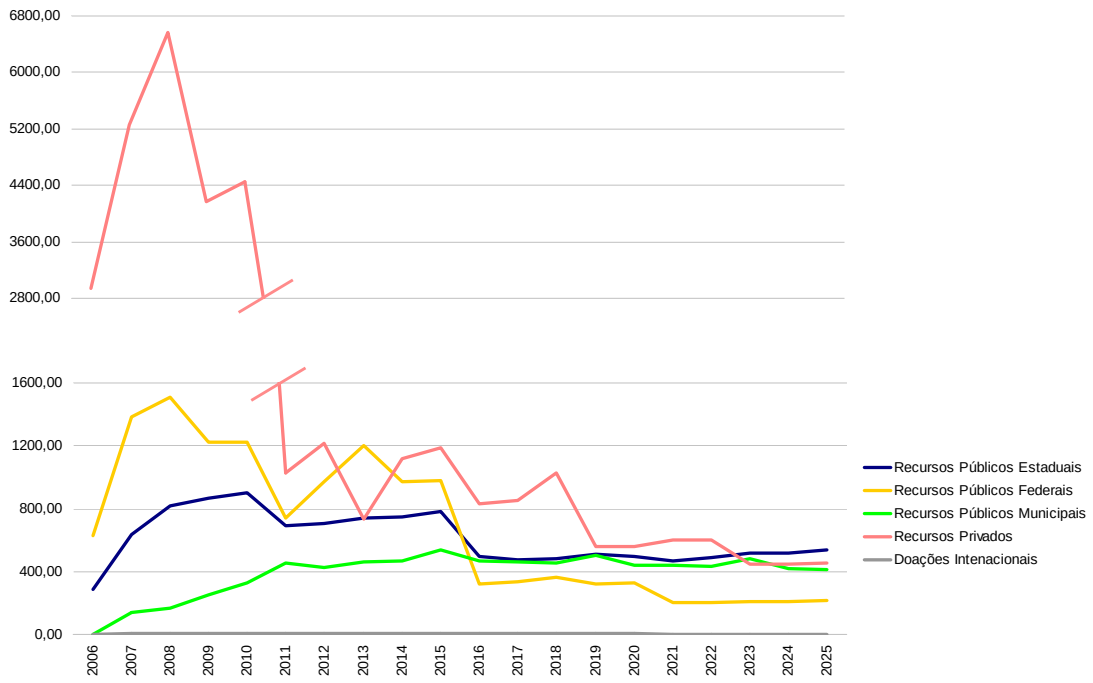
(em R$ milhões)

	Grupo 1	Grupo2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10	Grupo 11	Total
Total	9.023,54	4.341,01	5.200,71	976,93	3.942,44	3.525,35	25.400,08	16.013,19	80,25	74,20	-	**68.577,70**

3.2 Distribuição Temporal dos Recursos

3.2.1 Fonte Financiadora

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



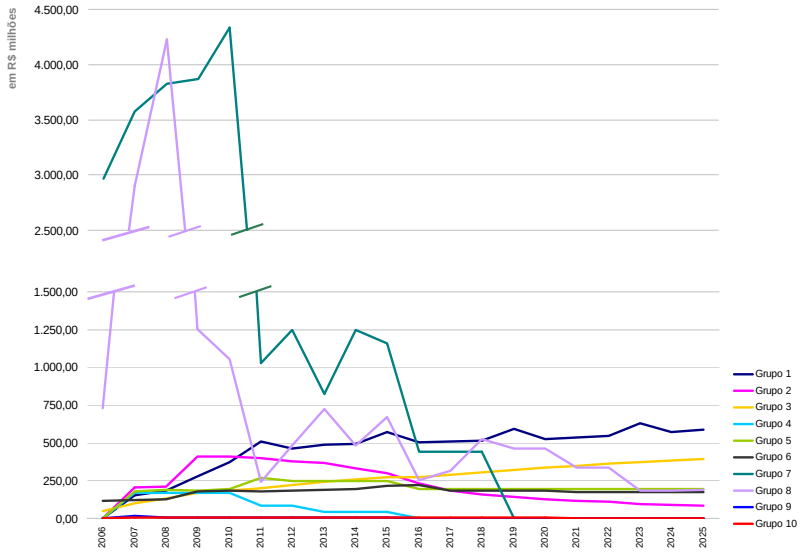
(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Públicos Estaduais	288,62	635,14	818,27	865,48	904,27	691,01	702,26	740,84	745,47	779,44	496,16
Recursos Públicos Federais	627,89	1382,71	1509,13	1224,40	1224,03	741,41	972,17	1199,31	971,02	976,39	319,37
Recursos Públicos Municipais	0,40	142,37	167,93	249,05	331,01	456,64	427,89	461,56	470,74	539,42	469,09
Recursos Privados ou Empresas Estatais	2933,69	5257,87	6572,86	4171,43	4445,45	1028,49	1218,04	731,57	1115,38	1186,64	831,99
Doações internacionais	3,00	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86
Total	**3853,61**	**7421,95**	**9072,05**	**6514,22**	**6908,62**	**2921,41**	**3324,22**	**3137,13**	**3306,47**	**3485,74**	**2120,47**

Fontes	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	476,11	483,11	509,71	499,47	465,66	488,66	514,20	516,53	539,84	**12.160,25**
Recursos Públicos Federais	332,93	366,76	324,36	326,70	200,96	204,21	208,00	212,38	217,42	**13.541,55**
Recursos Públicos Municipais	461,85	455,35	505,09	443,00	437,13	431,45	481,98	420,65	415,52	**7.768,10**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	851,49	5257,87	6572,86	4171,43	599,89	449,09	449,09	451,09	2933,69	**35.035,79**
Doações internacionais	3,86	3,86	3,86	3,86	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	**72,00**
Total	**2126,24**	**7421,95**	**9072,05**	**6514,22**	**1727,20**	**1656,27**	**1601,64**	**1626,86**	**3853,61**	**68.577,70**

3.2.2 Grupo de Projeto

Distribuição Temporal de Recursos por Grupo de Projetos



(em R$ milhões)

Grupos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Grupo 1	0,00	154,25	183,01	277,94	374,47	509,60	464,13	490,12	491,72	569,80	504,76
Grupo 2	0,00	206,40	210,60	406,73	410,70	399,96	379,11	366,48	330,01	296,48	232,49
Grupo 3	44,72	99,61	130,30	166,00	184,45	199,44	221,85	241,76	258,93	273,65	273,61
Grupo 4	0,00	167,95	167,95	167,95	167,95	86,50	86,50	44,05	44,05	44,05	0,00
Grupo 5	0,00	175,72	186,52	184,12	192,52	265,11	245,31	245,31	245,31	245,31	195,72
Grupo 6	117,20	122,59	125,34	178,14	181,24	179,99	183,99	188,99	193,99	217,15	218,15
Grupo 7	2963,90	3575,55	3828,05	3866,51	4334,56	1028,25	1249,91	824,91	1249,03	1159,41	440,00
Grupo 8	727,32	2.900,95	4.229,47	1.255,51	1.051,71	241,37	482,75	724,12	482,75	668,75	249,45
Grupo 9	0,48	13,19	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	2,07
Grupo 10	0,00	5,74	5,09	5,59	5,29	5,45	4,95	5,65	4,95	5,40	4,21
Total por ano	**3.853,61**	**7.421,95**	**9.072,05**	**6.514,22**	**6.908,62**	**2.921,41**	**3.324,22**	**3.137,13**	**3.306,47**	**3.485,74**	**2.120,47**

Grupos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Grupo 1	510,17	515,18	590,37	522,57	533,09	544,73	628,31	571,81	587,53	**9.023,54**
Grupo 2	183,35	158,49	140,82	124,62	114,83	111,45	96,22	87,37	84,90	**4.341,01**
Grupo 3	290,17	305,88	320,75	334,76	347,92	360,24	371,75	382,47	392,44	**5.200,71**
Grupo 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**976,93**
Grupo 5	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	**3.942,44**
Grupo 6	185,65	185,65	185,65	185,65	175,20	175,20	175,20	175,20	175,20	**3.525,35**
Grupo 7	440,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**25.400,08**
Grupo 8	314,90	526,15	462,70	462,70	335,80	336,80	186,00	186,00	188,00	**16.013,19**
Grupo 9	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	**80,25**
Grupo 10	4,21	4,21	4,21	4,21	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	**74,20**
Total por ano	**2.126,24**	**2.333,36**	**1.902,30**	**1.832,31**	**1.705,63**	**1.727,20**	**1.656,27**	**1.601,64**	**1.626,86**	**68.577,70**

4. Análise da Carteira

4.1 Análise de Aderência Estratégica e de Riscos de Implantação da Carteira

4.1.1 Esforço de Gerenciamento

A análise da carteira de projetos do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 tem a finalidade de hierarquizar os 93 projetos estruturantes e as 4 alianças estratégicas segundo os diferentes níveis de gestão necessários para sua efetiva concretização.

Dentre os projetos que conduzirão o Estado rumo ao futuro desejado pela sociedade capixaba, existem alguns que demandam maior esforço de gerenciamento. Trata-se de projetos suscetíveis a riscos de implantação elevados, cuja execução está condicionada à superação de importantes gargalos. Sua natureza, portanto, requer especial atenção gerencial para que o efeito sinérgico dos resultados vinculados ao seu sucesso não deixe de acontecer.

Assim, a garantia da sinergia entre os projetos, agrupados segundo os onze grandes pilares que sustentam e materializam a estratégia de desenvolvimento capixaba, requer o mapeamento prévio daqueles que necessitam de maior esforço de gerenciamento. É, portanto, um processo de escolhas, que, por sua natureza, requer análise adequada e criteriosa. A metodologia para tal é o tema da seção a seguir.

4.1.2 Método de Análise Hierárquica

Processo de tomada de decisão

Qualquer escolha estratégica que se faça implica em uma tomada de decisão. Por isso, procurando determinar a solução que responde a determinado problema previamente mapeado, o processo de tomada de decisão é dotado de alta complexidade para qualquer unidade decisória, seja ela uma família, associação, empresa, estado ou país.

Tomar decisão de alcance estratégico é uma das tarefas mais difíceis e de maior risco em qualquer atividade. Por isso, o processo deve ser antecedido por uma análise aprofundada dos fatores que irão subsidiar os decisores na escolha da melhor solução possível. Uma decisão ruim pode prejudicar ou até mesmo inviabilizar o alcance dos resultados almejados.

Em muitos casos, as decisões equivocadas são tomadas devido à falta de clareza acerca das alternativas, à ausência do conhecimento de todas as informações relevantes e sem a estimativa de custos e benefícios. Ou seja, carecem de um conjunto de dados, informações e conhecimentos necessários à tomada de decisão acertada. A análise adequada desses fatores é fundamental para que a decisão seja a mais apropriada, tempestiva e com as menores margens de erro e risco, reduzindo assim os níveis de incerteza.

No caso do Espírito Santo no horizonte 2006-2025, um dos principais problemas de decisão está relacionado à definição de quais são aqueles projetos que necessitam de maior atenção gerencial para que obtenham o sucesso. Em outras palavras, a questão central é saber **onde concentrar maior esforço**, ou seja, quais projetos devem ser alvo de maior atenção gerencial.

Em problemas de decisão complexos, geralmente vários critérios podem ser necessários para uma escolha final entre diferentes alternativas. A Análise de Decisão Multicritério organiza o processo de tomada de decisão por meio de modelagem matemática, auxiliando o decisor a resolver problemas nos quais existem diversos objetivos a serem alcançados simultaneamente.

Atualmente existem diversos métodos de auxilio à tomada de decisão por múltiplos critérios. Alguns desses métodos apresentam complicados modelos matemáticos. Muitos deles dependem da determinação de parâmetros subjetivos ou da realização de complexas rotinas matemáticas. Devido a isso, muitos são os planejadores que deixam de lado essas metodologias e privilegiam a utilização de métodos tradicionais de decisão que, na maioria das vezes, dependem da percepção intuitiva do tomador de decisão. Porém, com o desenvolvimento da computação, o processo decisório por meio de ferramentas matemáticas foi notavelmente aprimorado.

Processo de análise hierárquica

O método multicritério de apoio à tomada de decisão que serviu de base para o desenvolvimento do modelo de análise estratégica da carteira de projetos do Espírito Santo 2025 é o chamado Processo de Análise Hierárquica.

Comumente chamado de AHP (do inglês *Analytic Hierarchy Process*), o método foi desenvolvido na década de 1970, nos Estados Unidos, por Thomas L. Saaty e seus colaboradores. A idéia básica da ferramenta é o

desmembramento de determinado problema segundo hierarquias, ao que se segue a identificação de relações entre as mesmas por meio de escolhas conscientes. Saaty define hierarquia como uma abstração da estrutura de um sistema para estudar as interações funcionais de seus componentes e seus impactos no sistema total.

Assim, o problema é analisado por meio da construção de níveis hierárquicos. Nela, o problema é decomposto em um primeiro grupo de fatores (critérios). Em seguida, esses fatores são decompostos em um novo nível de fatores (subcritérios), e assim por diante. O método AHP parte do geral para o mais particular e concreto, e o modelo formal da hierarquia é conhecido como Árvore Hierárquica.

A decomposição hierárquica fornece uma visão global do problema e da relação de complexidade em torno da temática em análise, ajudando o decisor na avaliação da dimensão e conteúdo dos critérios e fornecendo também uma comparação homogênea de tais elementos.

A identificação dos fatores mais relevantes (critérios e subcritérios) é essencial para o sucesso da análise estratégica da carteira, assim como a determinação do grau de importância que os mesmos possuem entre si. Assim, a estruturação do problema deve ser feita de tal forma que os critérios aplicados em cada nível sejam homogêneos e não redundantes. Ou seja, os critérios de um determinado nível devem apresentar o mesmo grau de importância relativa dentro do seu nível (homogeneidade), e um critério de um determinado nível deve ser independente em relação aos critérios dos níveis inferiores (não redundância).

É importante destacar que não há fórmula precisa para identificação e formação dos critérios e subcritérios que serão hierarquizados. Porém, para estruturar uma árvore é necessário conhecer substancialmente o sistema e o problema em questão – no nosso caso específico, o Estado do Espírito Santo e os 97 projetos estruturantes e alianças estratégicas que integram a carteira de seu Plano de Desenvolvimento para os próximos 20 anos.

4.1.3 Concepção do Modelo de Análise Estratégica da Carteira de Projetos

A concretização do futuro desejado pela sociedade capixaba depende da obtenção de um conjunto de metas que são alcançadas por meio de um leque de projetos e alianças estratégicas vinculados com as suas estratégias.

Dentro deste contexto, torna-se essencial pôr em prática um processo sistemático de análise estratégica que apóie a delimitação daqueles projetos que demandam maior atenção gerencial. O processo consiste, em linhas

gerais, na identificação, dentro dos grupos, daqueles projetos altamente transformadores da realidade, mas que poderão se defrontar com riscos em sua execução, necessitando, em consequência, de maior esforço gerencial para que obtenham sucesso.

Definição e detalhamento dos critérios e subcritérios da análise

Os critérios (nível 1) da árvore hierárquica são os fatores centrais que serão utilizados na análise estratégica dos projetos. É a partir deles que será possível saber como os projetos serão avaliados.

A definição desses critérios deve estar diretamente relacionada com o objetivo da análise e deve, de alguma forma, ajudar a traduzir as estratégias definidas nas diretrizes em critérios objetivos de avaliação dos projetos. A hierarquização dos projetos do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 foi obtida por intermédio da definição de três critérios centrais: **capacidade de transformação**, **riscos** ao sucesso do projeto e **custos**.

Após definidos os critérios (nível 1), é preciso detalhá-los de forma que seu conteúdo esteja claro e bem delimitado. Quando for o caso, este detalhamento deve envolver a identificação e detalhamento de subcritérios em quantos níveis forem necessários (nível 2, 3 ou mais). A boa prática sugere que não sejam definidos muitos níveis para não tornar a análise muito complexa e difícil de ser aplicada. A partir deste detalhamento, constrói-se a primeira versão da "árvore hierárquica" da análise estratégica. Para facilitar a análise e o entendimento dos subcritérios, os mesmos devem ser definidos por meio de perguntas ou pontos de atenção que orientem o decisor na avaliação do projeto frente ao critério.

Os critérios elaborados para a Análise da Carteira de Projetos do Espírito Santo 2025 foram os seguintes:

Detalhamento de critérios e subcritérios

- **Critério 1: Capacidade de transformação**
  - **Subcritério 1.1:** Grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos do grupo
    - *Qual a contribuição dos resultados (produtos) do projeto para o alcance dos resultados finalísticos de seu grupo?*
  - **Subcritério 1.2:** Motricidade do projeto dentro do grupo

- *Qual a contribuição do projeto para a superação do principal gargalo do grupo?*
- *Qual a contribuição do projeto para assegurar a sinergia entre os projetos que integram o grupo?*

- **Subcritério 1.3:** Motricidade do grupo dentro da carteira
  - *Qual a contribuição do grupo de projetos para a superação dos principais gargalos do estado?*
  - *Qual a contribuição do grupo para assegurar a sinergia entre os grupos de projetos que integram o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025?*

- **Subcritério 1.4:** Grau de contribuição do grupo para o Plano de Metas
  - *Qual a contribuição do grupo de projetos para o alcance do conjunto de metas definidas no Plano de Metas Espírito Santo 2025?*
  - *Qual o grau de sinergia em relação aos demais grupos de projetos tendo em vista o alcance do conjunto de metas preconizadas pelo Plano de Metas Espírito Santo 2025?*

- **Critério 2: Riscos de implantação do projeto**

  - **Subcritério 2.1:** Complexidade da articulação de parcerias para execução do projeto
    - *Há convergência de interesses e estratégias das instituições envolvidas no projeto?*
    - *Os parceiros são dotados de autonomia e liderança para assumir compromissos e negociar as soluções necessárias ao desenvolvimento do projeto?*

  - **Subcritério 2.2**: Incerteza quanto à obtenção de recursos financeiros
    - *O montante de recursos financeiros requeridos pelo projeto demanda a mobilização de diferentes parceiros de difícil coordenação?*

- *Qual o grau de incerteza em relação à liberação de recursos financeiros por parte das entidades patrocinadoras?*

- **Subcritério 2.3:** Incerteza quanto à disponibilidade de fatores não-financeiros

  - *Há incerteza quanto à disponibilidade de capital físico (infra-estrutura, sistema logístico e instalações) para a execução do projeto?*

  - *Há incerteza quanto à disponibilidade de capital humano (mão-de-obra qualificada e conhecimento) para a execução do projeto?*

  - *Existem incertezas quanto à magnitude da demanda requerida para viabilização do projeto?*

  - *As condições mercadológicas favorecem a execução do projeto?*

- **Subcritério 2.4:** Dificuldade para execução operacional do projeto (capacidade de execução e ambiência instituicional da entidade responsável)

  - *A entidade responsável tem histórico de sucesso na execução de projetos dessa magnitude?*

  - *A entidade responsável é dotada de recursos humanos, organização e condições de governança adequadas à execução do projeto?*

- **Subcritério 2.5:** Risco regulatório, legislativo, de licenciamento e jurídico-institucional

  - *O sucesso do projeto é condicionado por ações prévias no campo do Legislativo estadual?*

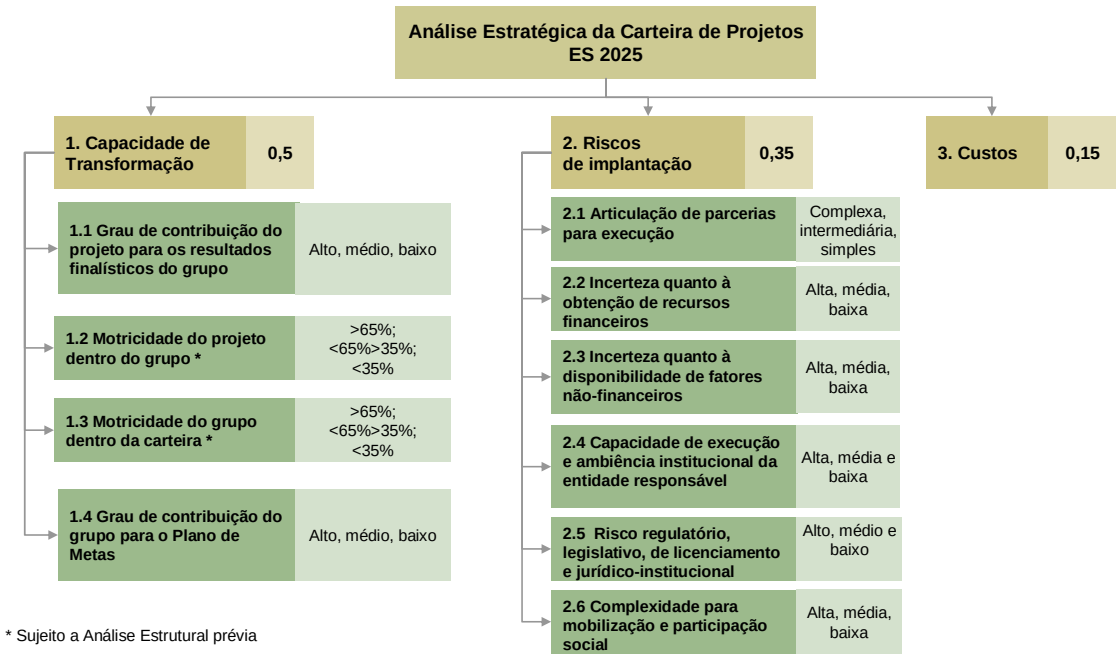
  - *O projeto requer a aprovação de alguma lei em âmbitos federal ou municipal?*

  - *Qual o grau de suscetibilidade do sucesso do projeto em relação a mudanças no ambiente regulatório ou de sua aplicação?*

- *Qual o grau de dificuldade de obtenção de licenças junto às entidades estaduais, municipais ou federais?*
- *Existe potencial de modificações substantivas no ambiente institucional que inviabilize a execução ou continuidade do projeto?*

- **Subcritério 2.6:** Complexidade da mobilização e participação social
  - *Qual o grau de dificuldade em obter consensos entre atores sociais para execução do projeto?*
  - *Qual o grau de complexidade para mobilizar a sociedade na direção dos resultados almejados pelo projeto?*
  - *O projeto se sustenta sem forte engajamento e participação social?*

- **Critério 3: Custos do projeto**
  - *Qual o custo financeiro total do projeto?*



* Sujeito a Análise Estrutural prévia

Definição dos pesos dos critérios e subcritérios

Com a elaboração e detalhamento dos critérios e subcritérios realizada, a etapa seguinte é a de definição dos pesos relativos de cada um destes elementos.

Devido às especificidades de cada critério, dificilmente os mesmos têm pesos iguais. É preciso então definir qual o grau de importância de cada um dentro do conjunto. Para uma eficaz consecução desta tarefa, foi utilizado *software* específico de apoio à tomada de decisão.

Dessa maneira, chegou-se à seguinte lista com o resultado da atribuição de pesos para os critérios e subcritérios:

Critérios	Pesos (%)
1. Capacidade de transformação	**0,5**
1.1 Grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos	0,272
1.2 Motricidade do projeto dentro do grupo	0,335
1.3 Motricidade do grupo dentro da carteira	0,255
1.4 Grau de contribuição do grupo para o Plano de Metas	0,139
2. Riscos de implantação	**0,35**
2.1 Complexidade para articulação de parcerias para execução do projeto	0,17
2.2 Incerteza quanto à obtenção de recursos financeiros	0,21
2.3 Incerteza quanto à disponibilidade de fatores não-financeiros	0,14
2.4 Grau de dificuldade para execução operacional do projeto (capacidade de gestão e ambiência institucional da entidade responsável)	0,19
2.5 Risco regulatório, legislativo, de licenciamento e jurídico-institucional	0,18
2.6 Grau de complexidade para mobilização e participação social	0,12
3. Custos	**0,15**
3.1 Custo do projeto	0,15

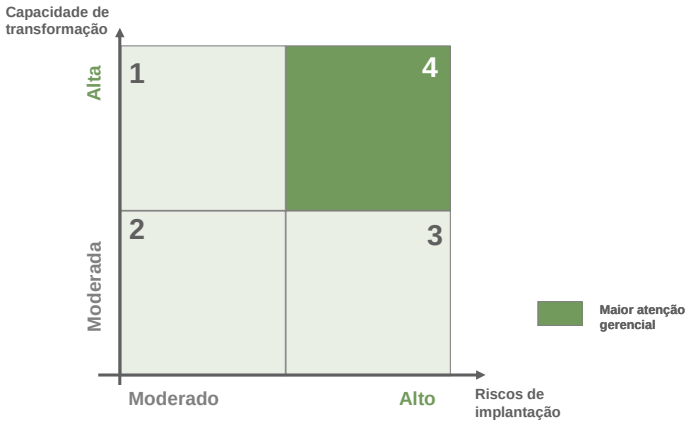
4.1.4. Interpretação Gráfica

A etapa seguinte tem a finalidade de definir quais projetos demandarão maior atenção gerencial a partir da avaliação combinada de três análises distintas, obtidas pelo cruzamento dos critérios.

Capacidade de Transformação X Riscos de Implantação

O primeiro e mais importante tipo de análise confronta a capacidade transformadora do projeto em contraposição aos riscos de sucesso inerentes à natureza de cada um. Nesse caso, os projetos localizados no quadrante 4 são aqueles que demandam maior atenção gerencial, isto é, necessitam de gestão e monitoramento de maior intensidade que gerem os resultados almejados pela sociedade capixaba.

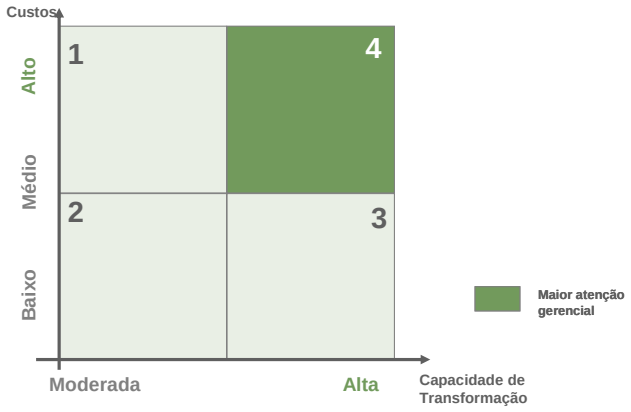
Capacidade de Transformação X Riscos de Implantação



Capacidade de Transformação X Custos

A segunda análise confronta a capacidade transformadora do projeto em contraposição ao seu custo financeiro. Nesse caso, aqueles projetos localizados no quadrante 4 devem ser alvo de maior atenção gerencial.

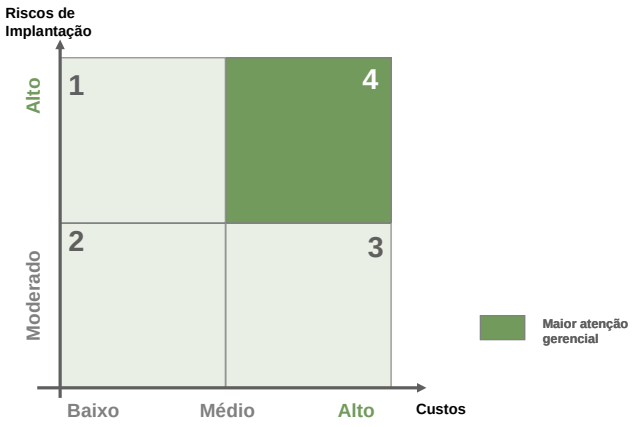
Capacidade de Transformação X Custos



Riscos de Implantação X Custos

O último cruzamento a servir de insumo para a decisão de quais projetos devem ser alvo de maior intensidade de gestão é obtido pelo confronto dos riscos com os custos financeiros dos projetos. Nesse caso, aqueles que demandam maior atenção em sua gestão são os situados no quadrante 4.

Riscos de Implantação X Custos



4.2 Resultados

Os resultados da análise estratégica podem ser observados nas três matrizes apresentadas a seguir, sabendo que a numeração dos projetos utilizada corresponde à seguinte seqüência de projetos:

Desenvolvimento do Capital Humano

1. **Gestão e Inovação do Sistema Educacional e das Escolas (âncora)**
2. Formação e Valorização de Professores
3. Implantação da Jornada Ampliada
4. Qualidade e Expansão da Educação Infantil
5. Qualidade do Ensino Fundamental
6. Qualidade e Universalização do Ensino Médio
7. Expansão e Qualidade do Ensino Técnico
8. Expansão do Acesso ao Ensino Superior de Qualidade

Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades

9. **Promoção do Desenvolvimento Local (âncora)**
10. Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas
11. Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação
12. Educação de Adultos
13. Universalização dos Serviços de Saúde da Família;
14. Prevenção à Gravidez Precoce e Planejamento Familiar
15. Ampliação do Acesso à Habitação de Baixa Renda

Redução da Violência e da Criminalidade

16. **Sistema Integrado de Defesa Social (âncora)**
17. Redução dos Crimes Contra o Patrimônio
18. Atenção ao Jovem
19. Prevenção Social da Criminalidade
20. Gestão da Segurança Pública
21. Capacitação Policial Orientada para Resultados
22. Modernização da Polícia Técnico-Científica
23. Ampliação e Modernização do Sistema Prisional
24. Policiamento Comunitário e Solução de Problemas
25. Controle da Atividade Policial
26. Diagnóstico e Pesquisa em Segurança Pública

Interiorização do Desenvolvimento

27. **Gestão da Competitividade Sistêmica no Interior (âncora)**
28. APL Mármore e Granito
29. APL Confecções e Vestuário
30. APL Florestal-moveleiro
31. APL Fruticultura
32. APL Café
33. APL Alimentos e Bebidas
34. APL Turismo
35. Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira

Desenvolvimento da Rede de Cidades

36. **Planejamento e Gestão de Cidades (âncora)**
37. Desenvolvimento da Região Metropolitana Grande Vitória
38. Rede de Cidades Cachoeiro de Itapemirim
39. Rede de Cidades Colatina
40. Rede de Cidades Linhares
41. Rede de Cidades São Mateus
42. Rede de Cidades de Nova Venécia
43. Desenvolvimento Urbano de Aracruz e Região de Impacto
44. Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Região de Impacto
45. Rede de Cidades Serranas
46. Rede de Cidades Caparaó
47. Expansão com Qualidade da Habitação Urbana

Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

48. **Universalização do Saneamento (âncora)**
49. **Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (âncora)**
50. Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
51. Expansão e Diversificação de Plantios Agroflorestais Comerciais
52. Gerenciamento de Resíduos Sólidos
53. Educação Ambiental
54. Conservação de Solos

Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica

55. **Promoção e Atração de Investimentos (âncora)**
56. Qualificação de Mão-de-Obra para os Setores Produtivos
57. Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores
58. Tecnologia e Inovação
59. Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Setor Petróleo e Gás Natural
60. Implantação do Pólo Gás-Químico do Espírito Santo
61. Implantação do Pólo Siderúrgico em Anchieta
62. Implantação de Unidades de Ferro-Esponja Briquetado e Aciaria
63. Implantação de Unidades de Laminação a Frio e Galvanização
64. Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia
65. Geração de Energia Elétrica
66. Desenvolvimento da Indústria Naval
67. APL Metal-mecânico

Desenvolvimento da Logística

68. **Desenvolvimento do Porto Barra do Riacho (âncora)**
69. Adequação do Porto de Vitória
70. Desenvolvimento do Porto de Ubu;
71. Eixo Longitudinal Litorâneo
72. Eixo Longitudinal Interiorano
73. Eixos Transversais
74. Adequação de Capacidade da BR 262
75. Eixos Diagonais
76. Ferrovia Litorânea Sul
77. Adequação do Corredor Centro-Leste
78. Terminal de Carga Aérea
79. Ramal Ferroviário Norte
80. Transporte e Distribuição de Gás Natural

Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas

81. **Profissionalização e Inovação no Serviço Público (âncora)**
82. Gestão Orientada para Resultados
83. Governo Eletrônico
84. Modernização da Gestão Pública Municipal
85. Pesquisa Aplicada em Políticas Públicas
86. Qualidade da Administração Pública
87. Ampliação da Gestão Pública Não Governamental

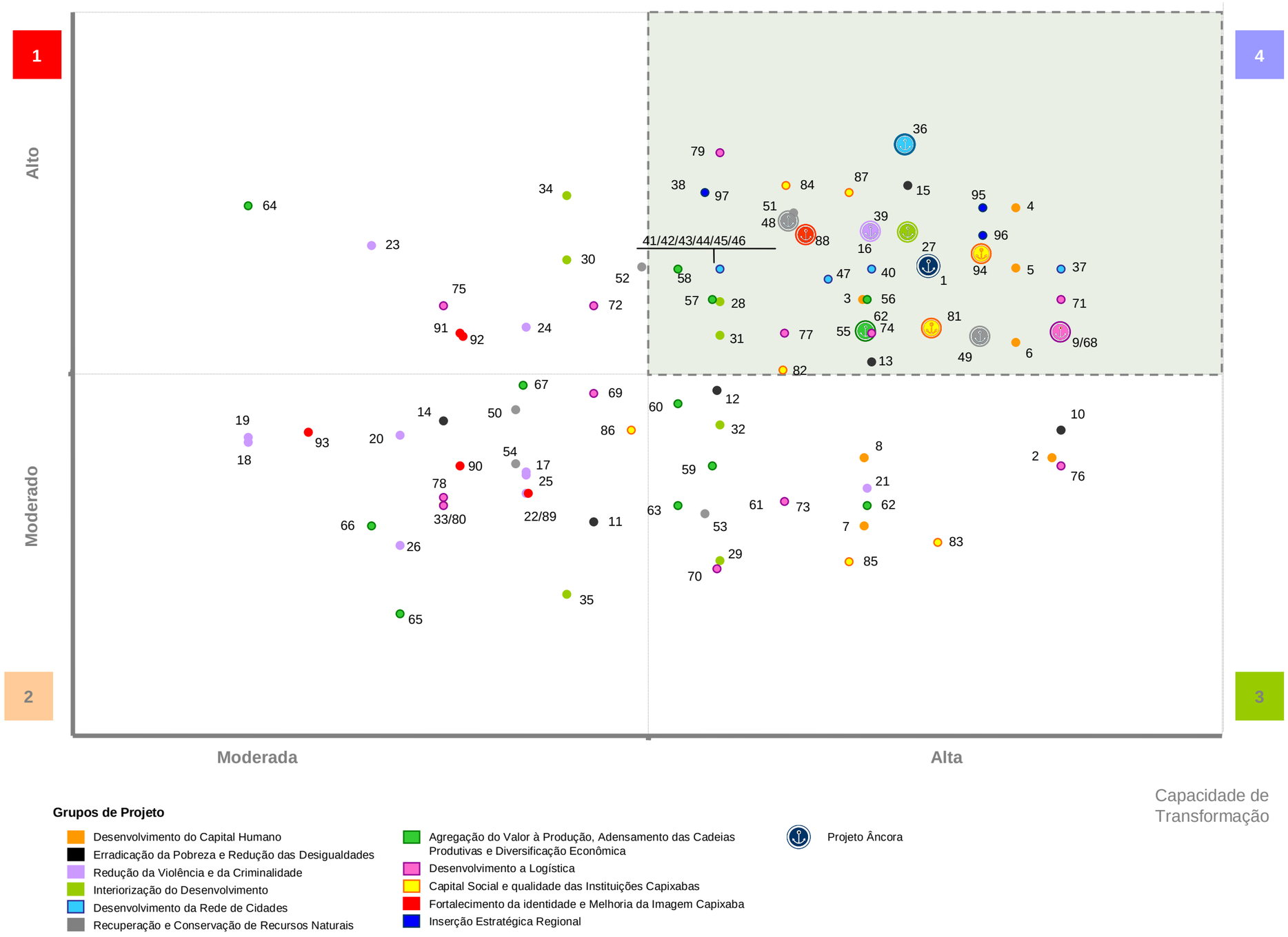
Fortalecimento da Identidade e Melhoria da Imagem Capixaba

88. **Valorização e Divulgação da Imagem (âncora)**
89. Disseminação da Cultura Capixaba na Educação
90. Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais
91. Rede de Espaços Culturais
92. Desenvolvimento do Esporte
93. A Cultura em Transformação.

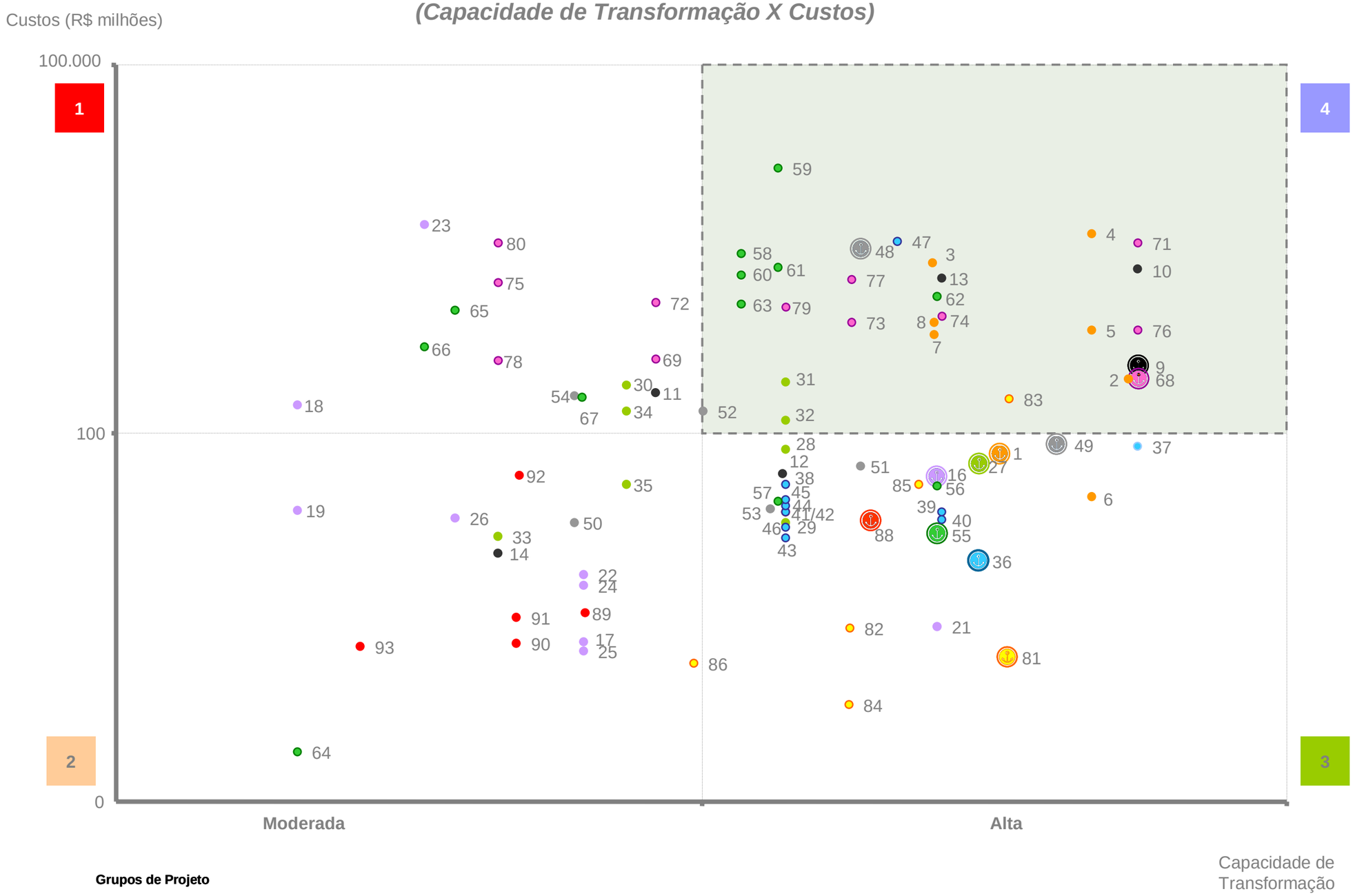
Inserção Estratégica Regional

1. Alianças Estratégicas para Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades
2. Alianças Estratégicas para Desenvolvimento Econômico Integrado
3. Alianças Estratégicas para Integração Logística;
4. Alianças Estratégicas para Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

Matriz de Análise Estratégica dos Projetos
(Capacidade de Transformação X Riscos de Implantação)



Matriz de Análise Estratégica dos Projetos
(Capacidade de Transformação X Custos)

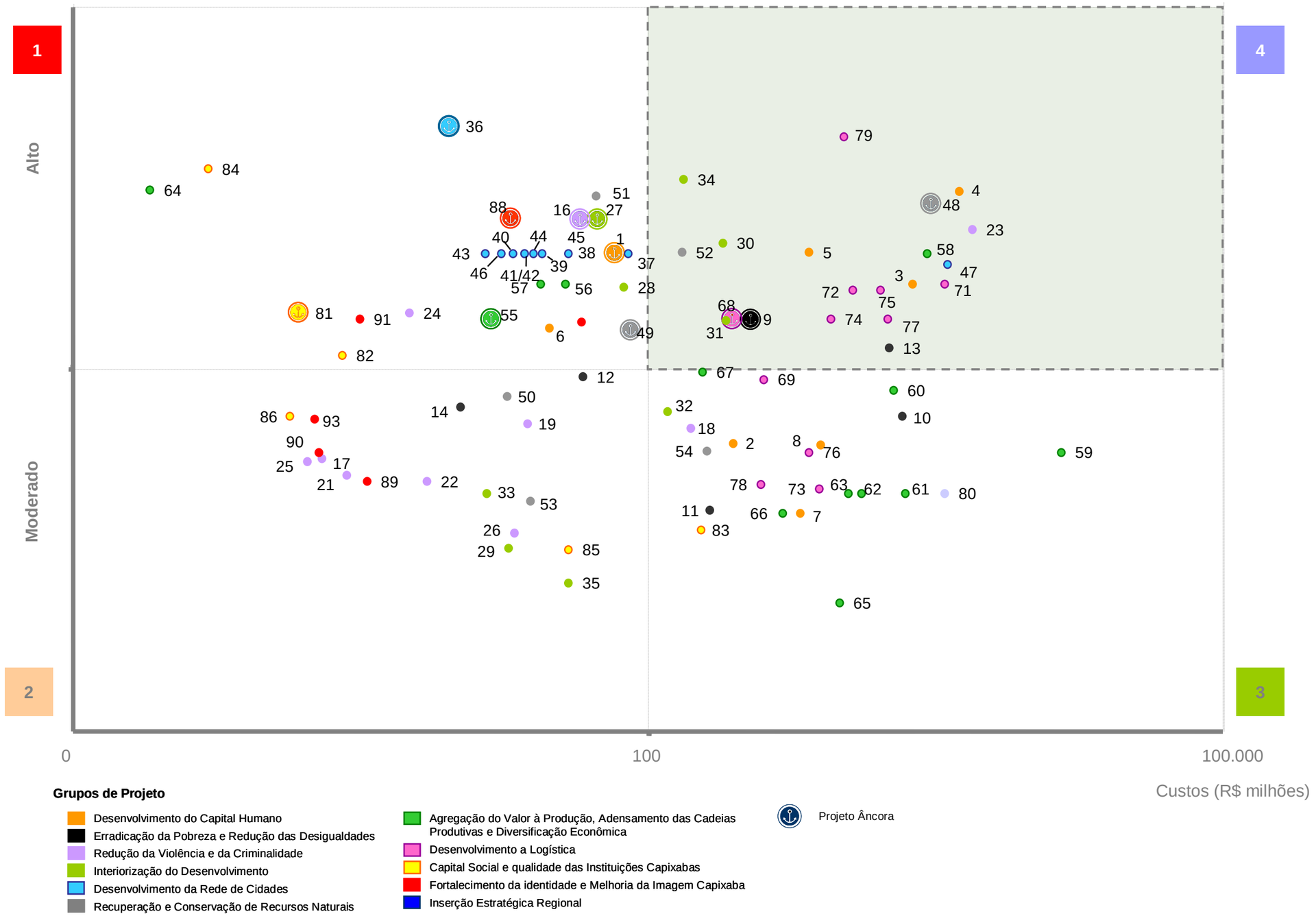


Grupos de Projeto

- Desenvolvimento do Capital Humano
- Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades
- Redução da Violência e da Criminalidade
- Interiorização do Desenvolvimento
- Desenvolvimento da Rede de Cidades
- Recuperação e Conservação de Recursos Naturais
- Agregação do Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica
- Desenvolvimento a Logística
- Capital Social e qualidade das Instituições Capixabas
- Fortalecimento da identidade e Melhoria da Imagem Capixaba
- Inserção Estratégica Regional
- Projeto Âncora

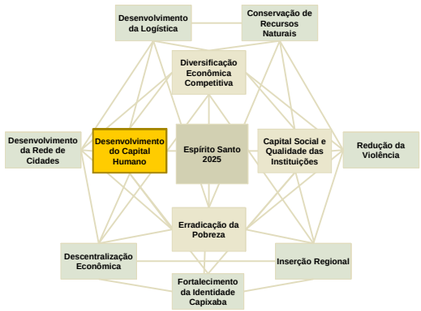
Matriz de Análise Estratégica dos Projetos

(Riscos de Implantação X Custos)



5. Grupos e Projetos

A seguir, são apresentados o detalhamento dos 93 projetos estruturantes e 4 alianças estratégicas, e informações consolidadas sobre cada um dos 11 grupos que compõem a carteira.



5.1 Desenvolvimento do Capital Humano

Resultados Finalísticos

Resultados		2025
Elevar a escolaridade média da população de 25 a 34 anos		12
Melhorar a avaliação no SAEB na quarta série	Leitura	225
	Matemática	250
Melhorar a avaliação no SAEB na oitava série	Leitura	300
	Matemática	350
Melhorar a avaliação no SAEB no Ensino Médio	Leitura	350
	Matemática	400
Universalização do acesso ao ensino infantil nas áreas urbanas até 2015		

Grupo de Projetos

1. **Gestão e Inovação do Sistema Educacional e das Escola s**
2. Formação e Valorização de Professores
3. Implantação da Jornada Ampliada
4. Qualidade e Expansão da Educação Infantil
5. Qualidade do Ensino Fundamental
6. Qualidade e Universalização do Ensino Médio
7. Expansão e Qualidade do Ensino Técnico
8. Expansão do Acesso ao Ensino Superior de Qualidade

(em R$ milhões)

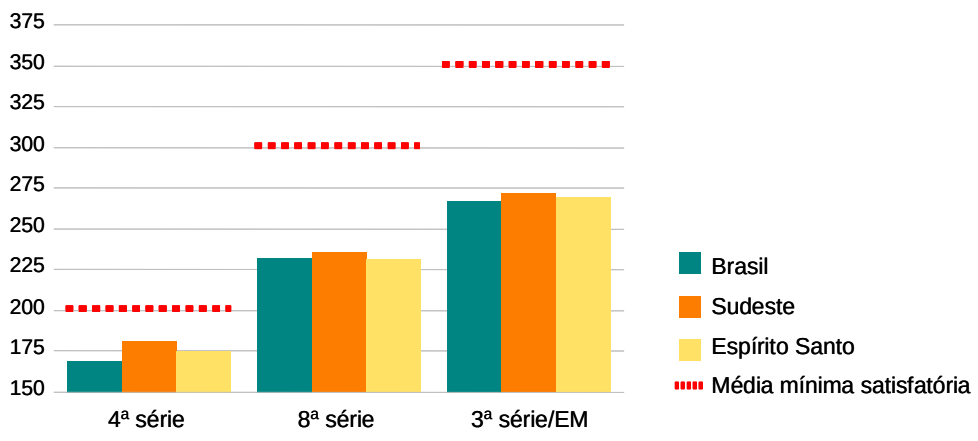
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	39,61	33,43	38,47	44,71	55,48	45,53	50,85	56,80	76,67	65,22	67,93	69,95	85,79	70,32	76,75	83,83	106,35	100,26	109,77	**1.277,72**
Recursos Públicos Federais	13,61	18,69	23,88	29,20	28,51	26,51	24,69	23,06	25,25	27,68	30,38	33,37	36,70	40,39	44,49	49,03	54,08	59,68	65,90	**655,08**
Recursos Públicos Municipais	99,16	116,52	188,72	261,20	375,63	342,10	364,59	361,87	417,89	361,87	361,87	361,87	417,89	361,87	361,87	361,87	417,89	361,87	361,87	**6.258,44**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	1,87	14,37	26,87	39,37	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	**832,30**
Total	**154,25**	**183,01**	**277,94**	**374,47**	**509,60**	**464,13**	**490,12**	**491,72**	**569,80**	**504,76**	**510,17**	**515,18**	**590,37**	**522,57**	**533,09**	**544,73**	**628,31**	**571,81**	**587,53**	**9.023,54**

a. Alcance Estratégico

Nos dias de hoje, e ainda mais no futuro, as oportunidades de desenvolvimento dos países ou regiões dependerão, progressivamente, do nível do seu capital humano, expresso pela quantidade de anos e pela qualidade da escolaridade de seus habitantes. Isso porque, no século XXI, o fator conhecimento será determinante da eficiência e capacidade de inovação do setor produtivo, do uso racional dos recursos naturais, da melhor qualidade de vida e do bom desempenho das instituições.

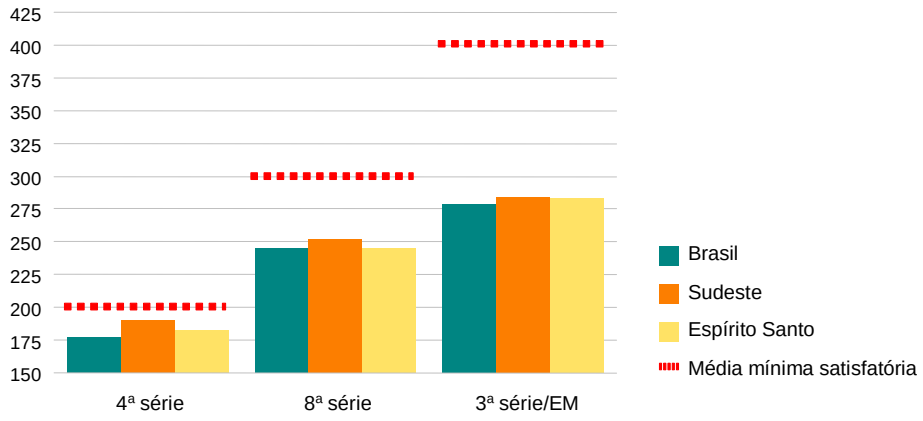
O Espírito Santo, como o restante do País, tem um sistema escolar de baixa qualidade em que a maioria de seus estudantes apresenta deficiências graves de aprendizado no tocante a leitura, escrita e matemática, em todos os estágios da educação básica. Ademais, as taxas de abandono e de repetência são elevadas.

Média de Proficiência em Leitura – Saeb 2003



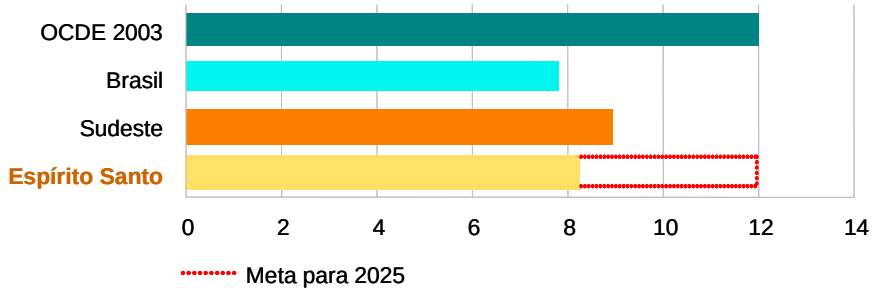
Fonte: INEP

Média de Proficiência em Matemática – Saeb 2003



Fonte: INEP

Média de Anos de Estudo da População na Faixa Etária entre 25 e 34 anos – 2004[2]



Fonte: IPEA e PNAD

Dado o atraso educacional do estado e as perspectivas de um crescimento econômico acelerado, é fundamental a realização de investimentos educacionais expressivos, públicos e privados, para viabilizar um novo ciclo de desenvolvimento de qualidade e capaz de estender seus benefícios a toda a população capixaba, em todas as regiões.

O conjunto de projetos requeridos para modificar o quadro atual tem duas vertentes principais. A primeira visa dotar o estado de um ensino de qualidade, segundo padrões internacionais. A segunda

[2] Dados para a população adulta (25 anos ou mais), no que se refere à OCDE.

objetiva ampliar significativamente a escolaridade média da população. É, portanto, composto por iniciativas voltadas para: melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, com universalização do ensino médio; atenção especial ao ensino infantil; e ampliação do acesso ao ensino técnico e superior. Os resultados serão mais facilmente obtidos por meio da mobilização da sociedade, incluindo a iniciativa privada, da realização de um esforço continuado e consistente de formação e valorização do docente, bem como da melhoria da gestão do sistema educacional e da implantação de um sistema autônomo de avaliação e monitoramento de todas as escolas.

b. Resultados Finalísticos

Resultados		**Situação atual**	**2015**	**2025**
Elevar a escolaridade média da população de 25 a 34 anos		8,2 (2004)	10	12
Melhorar a avaliação no SAEB na quarta série	Leitura	175,1 (2003)	200	225
	Matemática	182,7 (2003)	215	250
Melhorar a avaliação no SAEB na oitava série	Leitura	231,3 (2003)	265	300
	Matemática	245,5 (2003)	300	350
Melhorar a avaliação no SAEB no Ensino Médio	Leitura	269,9 (2003)	310	350
	Matemática	282,7 (2003)	340	400
Universalização do acesso ao ensino infantil nas áreas urbanas até 2015				

c. Grupo de Projetos

1. **Gestão e Inovação do Sistema Educacional e das Escolas**
2. Formação e Valorização de Professores
3. Implantação da Jornada Ampliada
4. Qualidade e Expansão da Educação Infantil

5. Qualidade do Ensino Fundamental
6. Qualidade e Universalização do Ensino Médio
7. Expansão e Qualidade do Ensino Técnico
8. Expansão do Acesso ao Ensino Superior de Qualidade

Projeto 1 - Gestão e Inovação do Sistema Educacional e das Escolas (âncora)

Objetivo

Adotar novos métodos de gestão para aumentar a capacidade de produzir e avaliar resultados, além de fortalecer a autonomia escolar e sua integração com a sociedade.

Escopo

Implantação de contratos de gestão nas escolas de educação básica com autonomia e responsabilização gerencial. Acompanhamento e divulgação do desempenho educacional a partir de avaliações independentes. Implantação de núcleo especializado e de elevada capacidade técnica para avaliação e realização de pesquisas educacionais. Introdução de incentivos aos docentes que levem em conta os resultados da aprendizagem dos alunos. Formação de gestores escolares com foco na capacitação gerencial de diretores de escolas. Criação de um sistema de certificação da formação inicial de gestores escolares.

Resultados

Todos os gestores escolares das redes públicas estadual e municipal com qualificação e certificação profissional até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 2 - Formação e Valorização de Professores

Objetivo

Aumentar a qualificação e motivação dos professores do ensino básico e fortalecer e valorizar a carreira docente.

Escopo

Investimento robusto na formação de professores, com foco na preparação para o trabalho docente. Certificação profissional. Adoção de regime salarial mais estimulante para atração de talentos e implantação de um sistema de incentivos vinculado ao desempenho escolar dos alunos. Propiciar bolsas de estudo para especialização no Brasil e exterior.

Resultados

Todos os professores do ensino fundamental com formação superior e certificação profissional até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 3 - Implantação da Jornada Ampliada

Objetivo

Aumentar a permanência diária na escola para pelo menos 6 horas.

Escopo

Aumento gradativo da permanência diária em todas as escolas até atingir, pelo menos, seis de permanência, com 5 horas de trabalho efetivo. Ampliação e melhoria das instalações físicas das escolas e seus equipamentos.

Resultados

Implantar a jornada ampliada de 6 horas em todas as escolas públicas estaduais e municipais até 2012.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 4 - Qualidade e Expansão da Educação Infantil

Objetivo

Garantir o acesso às creches e pré-escolas a todas as famílias em situação de vulnerabilidade social, sem substituir o sistema privado ou do terceiro setor existente.

Escopo

Implementação do Fundeb. Ampliação da oferta, principalmente nos bairros socialmente vulneráveis, somando recursos de iniciativas comunitárias e de ONGs. Estímulo à melhoria da qualidade, com formação e valorização dos professores e adequação do equipamento escolar.

Resultados

Atingir o atendimento de 100% da demanda por creche e pré-escola até 2011 e manter este atendimento até 2025.

Entidade Responsável: Prefeituras Municipais

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 5 - Qualidade do Ensino Fundamental

Objetivo

Elevar o desempenho escolar dos alunos em todos os níveis e reduzir o abandono e a repetência.

Escopo

Reorganização da oferta de infra-estrutura, acelerando a municipalização do ensino. Ampliação do ensino fundamental para 9 anos. Implantação de um Ciclo Básico de Alfabetização que dure dos seis aos oito anos de idade. Adoção de práticas de correção de fluxo. Estabelecimento de diretrizes e parâmetros para elaboração de projetos pedagógicos das escolas. Instituição de um programa de leitura em todas as séries da educação fundamental. Aceleração do programa de informatização das escolas. Capacitação de docentes e universalização do acesso à internet banda larga.

Resultados

- 100% de municipalização até 2008; e
- Redução da taxa de repetência no ensino fundamental para índices inferiores a 2,5% após 2020.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 6 - Qualidade e Universalização do Ensino Médio

Objetivo

Universalizar o acesso de jovens entre 15 e 17 anos ao ensino médio de qualidade.

Escopo

Reorganização da oferta de infra-estrutura específica para o ensino médio da rede pública. Desenvolvimento de modelos pedagógicos que aumentem a atratividade da escola para os jovens. Flexibilização curricular. Equipamento das escolas com laboratórios, bibliotecas e informática para uso pedagógico. Formação e capacitação de professores. Transferência condicionada de renda para atrair e reter jovens carentes entre 15 e 17 anos. Instituição de programa de leitura em todas as séries. Ampliação das oportunidades para Educação de Jovens e Adultos, mediante a concessão de bolsas para utilização no sistema privado e no terceiro setor.

Resultados

- Universalizar o ensino médio para todos os jovens de 15 a 17 até 2015; e
- Reduzir a taxa de repetência e de abandono no ensino médio para índices inferiores a 2,5% até 2020.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 7 - Expansão e Qualidade do Ensino Técnico

Objetivo

Aumentar a oferta e garantir a qualidade de cursos técnicos voltados para o desenvolvimento das vocações econômicas do Espírito Santo.

Escopo

Aumento da oferta de ensino técnico através da ampliação da oferta privada e do terceiro setor. Criação de sistema de certificação e avaliação dos cursos técnicos ofertados em instituições particulares, públicas e comunitárias. Concessão de bolsas para assegurar o acesso de jovens carentes.

Resultados

Atender a 100% da demanda por ensino técnico até 2010 e manter este atendimento até 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 8 - Expansão do Acesso ao Ensino Superior de Qualidade

Objetivo

Ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade, assegurando a concessão de bolsas aos grupos mais pobres e oferecendo mecanismos de financiamento para os alunos da classe média, ambos condicionados e priorizados segundo o desempenho escolar dos estudantes e a avaliação das instituições de ensino.

Escopo

Ampliação do Programa Nossa Bolsa. Reestruturação e ampliação de programa estadual de crédito educativo do sistema bancário Bandes/Banestes.

Resultados

Ter 50% dos jovens de 18 a 24 anos cursando ou tendo concluído o ensino superior em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

d. Governança e Sustentabilidade

As condições de governança e sustentabilidade de cada grupo de projetos serão objeto de atenção especial de toda a linha gerencial, desde o núcleo gestor até cada um dos gerentes de projetos estruturantes. Os gerentes dos projetos de Desenvolvimento do Capital Humano deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. envolver a opinião pública, transformando a educação de qualidade na principal prioridade da sociedade capixaba;

2. ampliar o reconhecimento social do magistério;

3. estimular maior participação da comunidade na gestão das escolas;

4. dar transparência total dos resultados de avaliação independente anual de cada escola;

5. estabelecer acordo estratégico entre Estado e municípios visando à expansão e melhoria da qualidade do ensino fundamental;

6. consolidar recursos mediante ampla parceria entre os governos federal, estadual e municipal e o setor empresarial;

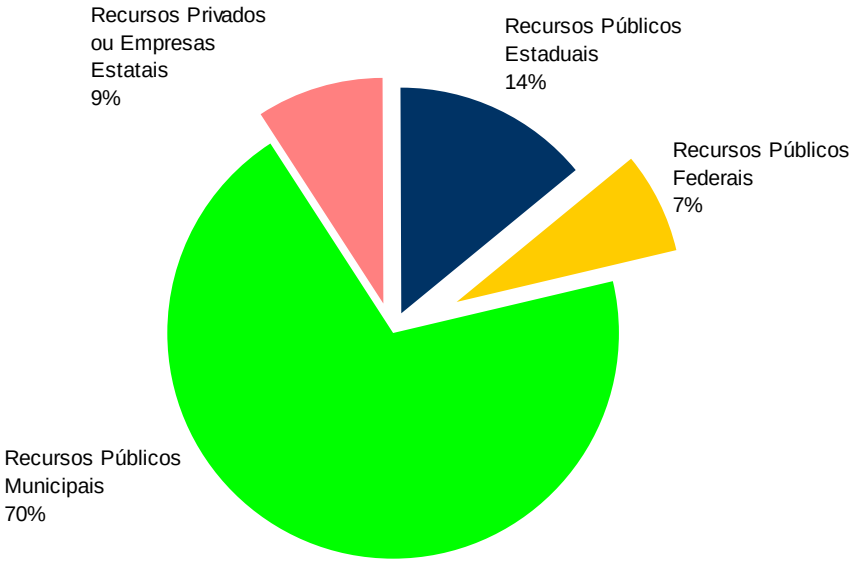
7. fortalecer a autonomia e estabelecer a responsabilização por resultados; e

8. profissionalizar a gestão do sistema educacional público.

e. Custos do Grupo de Projetos

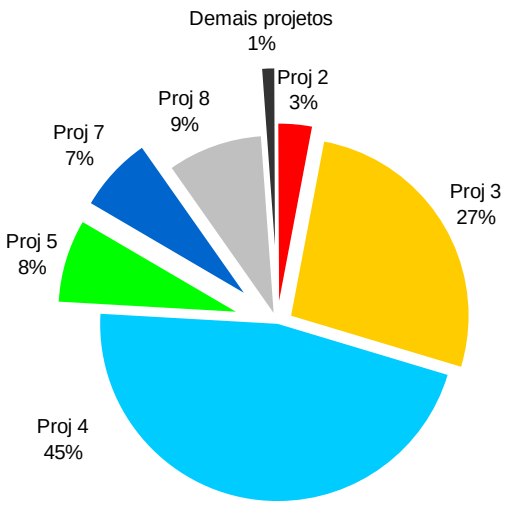
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



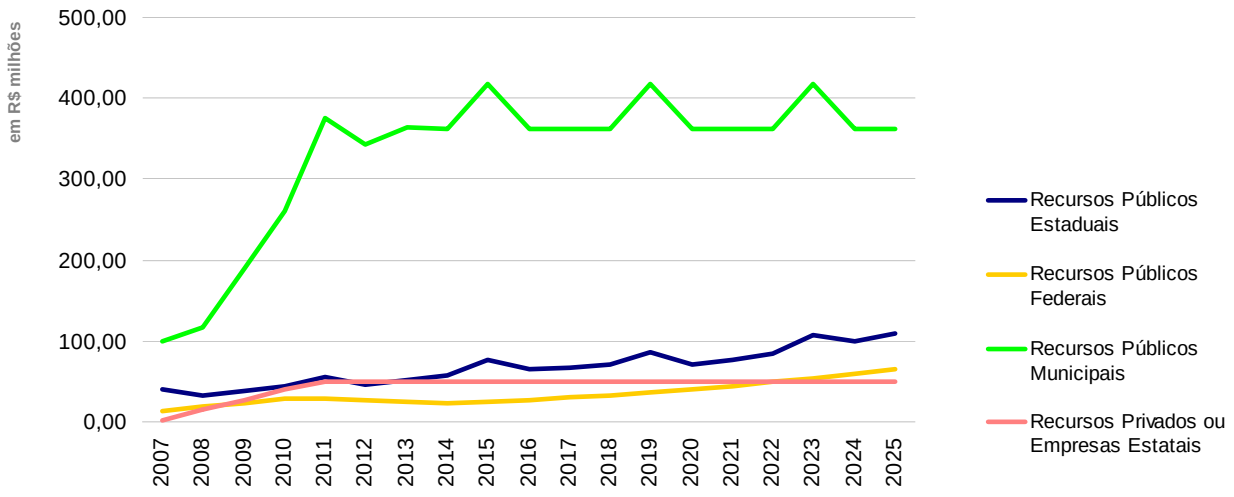
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

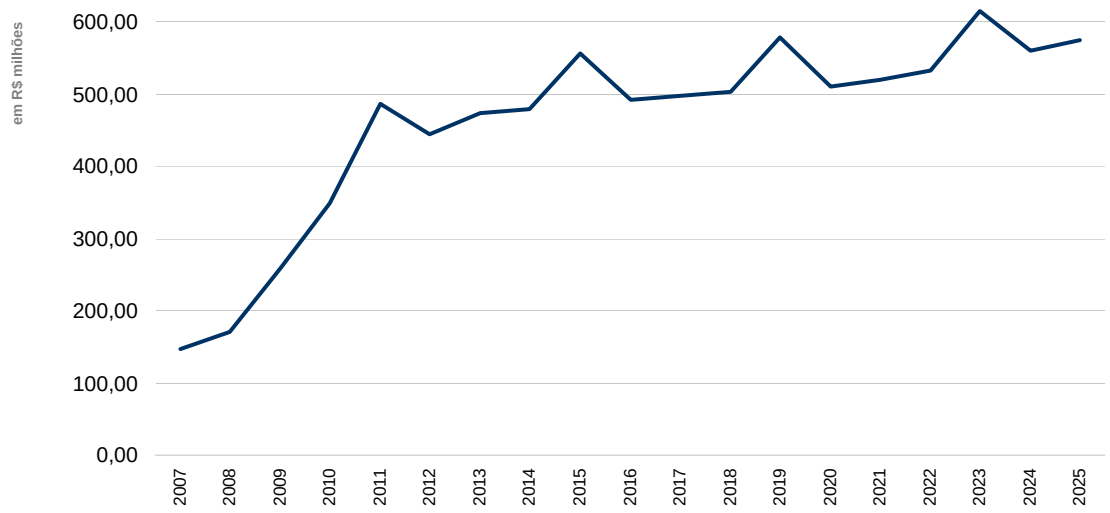
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

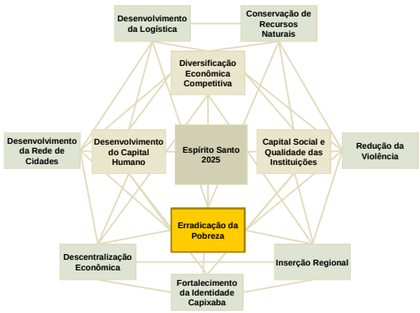
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Públicos Estaduais	39,61	33,43	38,47	44,71	55,48	45,53	50,85	56,80	76,67	65,22
Recursos Públicos Federais	13,61	18,69	23,88	29,20	28,51	26,51	24,69	23,06	25,25	27,68
Recursos Públicos Municipais	99,16	116,52	188,72	261,20	375,63	342,10	364,59	361,87	417,89	361,87
Recursos Privados	1,87	14,37	26,87	39,37	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99
Total	**154,25**	**183,01**	**277,94**	**374,47**	**509,60**	**464,13**	**490,12**	**491,72**	**569,80**	**504,76**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	67,93	69,95	85,79	70,32	76,75	83,83	106,35	100,26	109,77	**1.277,72**
Recursos Públicos Federais	30,38	33,37	36,70	40,39	44,49	49,03	54,08	59,68	65,90	**655,08**
Recursos Públicos Municipais	361,87	361,87	417,89	361,87	361,87	361,87	417,89	361,87	361,87	**6.258,44**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	49,99	**832,30**
Total	**510,17**	**515,18**	**590,37**	**522,57**	**533,09**	**544,73**	**628,31**	**571,81**	**587,53**	**9.023,54**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	147,47	169,98	258,67	348,95	486,21	444,34	473,93	479,13	557,21	492,17
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Total	497,58	502,59	577,78	509,98	520,50	532,14	615,72	559,22	574,94	



5.2 Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades

Resultados Finalísticos

Resultados	2025
Erradicar a pobreza no Espírito Santo até 2025	0
Reduzir em 26% a desigualdade no Espírito Santo até 2025 (medida pelo índice Gini)	0,4
Reduzir a mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por 1 mil nascidos vivos)	Inferior a 5

Grupo de Projetos

9. Promoção do Desenvolvimento Local
10. Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas
11. Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação
12. Educação de Adultos
13. Universalização dos Serviços de Saúde da Família
14. Prevenção à Gravidez Precoce e Planejamento Familiar
15. Ampliação do Acesso à Habitação para Baixa Renda

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

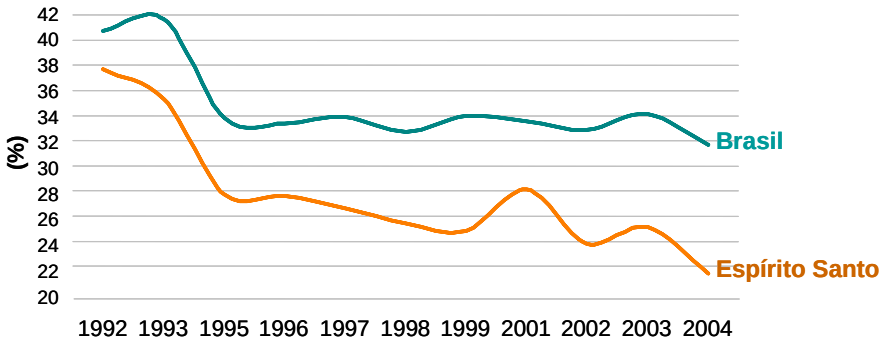
(em R$ milhões)

Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	16,25	15,02	208,95	207,61	192,94	176,85	167,75	139,69	115,63	83,46	56,36	45,30	40,86	31,74	28,80	32,05	23,22	20,57	24,08	**1.627,14**
Recursos Públicos Federais	173,11	170,35	163,84	159,87	153,93	138,65	123,95	103,64	81,51	56,64	41,84	34,53	27,59	26,58	25,60	24,66	23,74	22,86	22,00	**1.574,90**
Recursos Públicos Municipais	15,51	23,71	32,42	41,70	51,57	62,08	73,26	85,16	97,82	90,87	83,63	77,13	70,85	64,78	58,91	53,23	47,74	42,43	37,30	**1.110,09**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	**28,88**
Total	**206,40**	**210,60**	**406,73**	**410,70**	**399,96**	**379,11**	**366,48**	**330,01**	**296,48**	**232,49**	**183,35**	**158,49**	**140,82**	**124,62**	**114,83**	**111,45**	**96,22**	**87,37**	**84,90**	**4.341,01**

a. Alcance Estratégico

A velocidade do processo de redução da pobreza (renda domiciliar per capita inferior a R$ 121,50) no Estado do Espírito Santo tem se dado, desde o início da década de 90, com quase o dobro da velocidade observada no Brasil como um todo (43% contra 22%, entre 1992 e 2004, segundo a PNAD-IBGE), como mostra o gráfico a seguir. Apenas Santa Catarina (53%), Mato Grosso (48%) e Paraná (47%) tiveram melhor desempenho neste período.

Evolução da proporção de pobres



Fonte: IETS, a partir de tabulações especiais da PNAD-IBGE.

O percentual de indigentes no Espírito Santo, neste mesmo período, diminuiu 63%, passando de 14,1% para 5,3%.

A desigualdade de renda tem diminuído de forma consistente desde o início desta década: o índice de Gini passou, de 0,60 em 2001 para 0,55 em 2004.

Mantido o ritmo atual de crescimento econômico, o Estado tende a alcançar em 2025 índices residuais de pobreza e indigência, permanecendo, no entanto, o desafio de redução das desigualdades.

A proposta deste grupo de projetos é a de antecipar a erradicação da pobreza e da indigência e de buscar uma diminuição expressiva da desigualdade de renda.

As linhas de ação concentram seu foco na educação, objeto dos projetos de desenvolvimento do capital humano, na universalização do acesso a serviços sociais, na transferência de renda condicionada

e na criação de oportunidades de geração de renda e desenvolvimento de micro e pequenos negócios em âmbito local.

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2015	2025
Erradicar a pobreza no Espírito Santo até 2025	21% (2004)	10,6%	0
Reduzir em 26% a desigualdade no Espírito Santo até 2025 (medida pelo índice Gini)	0,55 (2004)	0,44	0,4
Reduzir a mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por 1 mil nascidos vivos)	29,17 (2000)	16	Inferior a 5

c. Grupo de Projetos

9. Promoção do Desenvolvimento Local

10. Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas

11. Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação

12. Educação de Adultos

13. Universalização dos Serviços de Saúde da Família

14. Prevenção à Gravidez Precoce e Planejamento Familiar

15. Ampliação do Acesso à Habitação para Baixa Renda

Projeto 9 - Promoção do Desenvolvimento Local (âncora)

Objetivo

Combater estruturalmente a desigualdade e a pobreza ampliando o acesso dos micro e pequenos negócios aos serviços produtivos (educação profissional, assistência técnica, crédito, acesso a mercados e infra-estrutura), de modo a gerar oportunidades de trabalho em territórios onde se concentra a pobreza.

Escopo

Capacitação em gestão empresarial e assistência técnica a micro e pequenos negócios, fundamentado no modelo de vales. Desburocratização e incentivo à regularização de micro e pequenos negócios. Criação de fundo concursável para projetos de fortalecimento de redes de micro e pequenas empresas, através da utilização de recursos do Estado e de outras agências nacionais e internacionais de fomento.

Resultados

Aumentar em 50% o número de pessoas ocupadas em micro e pequenas empresas até 2015.

Entidade Responsável: Sebrae/ES

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 10 - Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas

Objetivo

Acelerar o processo de redução da pobreza e da desigualdade e criar condições para a auto-sustentabilidade dos resultados no longo prazo.

Escopo

Criação de fundo a ser gerido de modo compartilhado entre o Governo Estadual e a sociedade. Elaboração de um cadastro estadual de beneficiários potenciais. Complementação do Programa Bolsa-Família e expansão gradual do leque de contrapartidas para assegurar o acesso à saúde pré-natal e neonatal, à educação infantil, ao ensino médio e à qualificação profissional de desempregados. Ampliação gradual dos beneficiários do programa para o alcance da meta estadual de renda mínima familiar *per capita*.

Resultados

Famílias atendidas no período de 2009 a 2018:

(em R$ milhões)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Famílias	221 mil	206 mil	190 mil	165 mil	140 mil	108 mil	72 mil	38 mil	18 mil	9 mil

Entidade Responsável: Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2019

Projeto 11 - Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação

Objetivo

Ampliar e democratizar o acesso a serviços sociais e produtivos e ao conhecimento.

Escopo

Alfabetização digital da população em larga escala. Universalização do acesso à internet banda larga. Produção e disseminação de conteúdos adequados em parcerias com empresas privadas, universidades e entidades da sociedade civil.

Resultados

300 telecentros implantados até 2013 e mantidos até 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 12 - Educação de Adultos

Objetivo

Ampliar a oferta de educação de adultos, voltada para pessoas com mais de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, que desejem concluir o ensino fundamental ou médio.

Escopo

Ampliação das oportunidades para educação de pessoas com mais de 18 anos, mediante a concessão de bolsas para utilização no sistema privado e no terceiro setor.

Resultados

Erradicar o analfabetismo da população com mais de 18 anos até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2015

Projeto 13 - Universalização dos Serviços à Saúde da Família

Objetivo

Melhorar a qualidade de vida da população de maior vulnerabilidade social por meio do atendimento dos serviços primários de saúde à família e da mulher.

Escopo

Implementação, em todas as regiões marcadas por vulnerabilidade social, da prestação de serviços primários de saúde junto às famílias e mulheres. Manutenção de equipes de saúde compostas por médicos, dentistas, enfermeiros e agentes de saúde, dotadas de registros das características epidemiológicas das famílias e aparelhos e medicamentos de serviços primários de saúde. Articulação do trabalho das equipes com os postos ambulatoriais e demais órgãos da saúde do município e do estado.

Resultados

Atingir 700 mil famílias atendidas por ano até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 14 - Prevenção à Gravidez Precoce e Planejamento Familiar

Objetivo

Assegurar a maternidade responsável.

Escopo

Realização de medidas educacionais, assistência médica e orientação social, com foco nos jovens e na família.

Resultados

- Redução em 90% da gravidez precoce; e
- Redução em 90% da gravidez não desejada por parte de mulheres adultas.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2016

Projeto 15 - Ampliação do Acesso à Habitação de Baixa Renda

Objetivo

Ampliar o acesso da população de baixa renda à habitação regular.

Escopo

Regularização da titulação dos imóveis urbanos. Financiamento para compra de imóveis novos e usados e de material de construção, destinadas exclusivamente para os proprietários de imóveis regularizados. Remoção de imóveis em área de risco e de ocupação irregular e monitoramento contínuo destas áreas. Fortalecimento de programas multissetoriais integrados em comunidades de baixa renda.

Resultados

Nove comunidades de baixa renda da RMGV beneficiadas por projetos de habitação associados a intervenções na infra-estrutura urbana e meio-ambiente e à regularização da propriedade.

Nota: O atendimento à demanda por habitações para populações de baixa renda será também proporcionado pelo Grupo de Projetos de Desenvolvimento da Rede de Cidades.

Entidade Responsável: Prefeituras Municipais

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2015

d. Governança e Sustentabilidade

Os gerentes dos projetos de Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. fortalecer as parcerias para delegar a gestão dos processos às organizações comunitárias e entidades não governamentais;

2. ampliar a governança local dos projetos e a transparência dos resultados almejados e efetivamente alcançados;

3. dar mais autoridade às mulheres (mães) quanto à concessão de renda e ao cumprimento das condicionalidades;

4. integrar programas e recursos federais, estadual e municipais;

5. estabelecer parcerias com o setor empresarial para mobilizar recursos de responsabilidade social territorialmente referenciados e para contar com a capacidade gerencial das empresas;

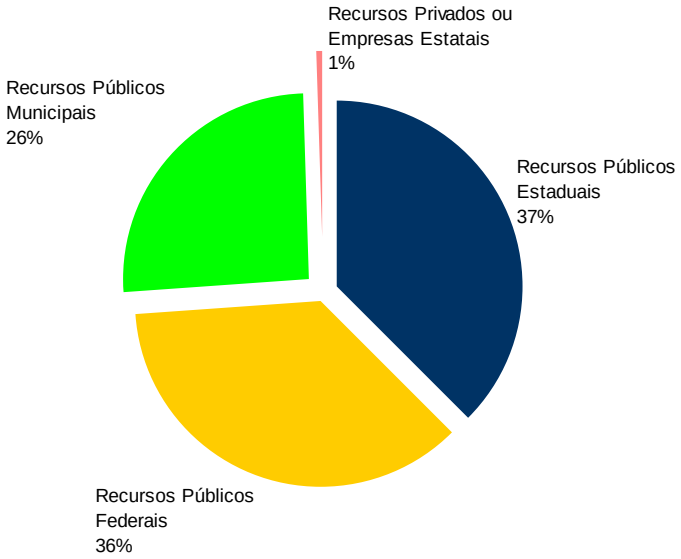
6. promover o uso intensivo da tecnologia de informação para controle e gerenciamento dos projetos; e

7. compatibilizar as ações de erradicação da pobreza com o manejo sustentável de recursos naturais.

e. Custos do Grupo de Projetos

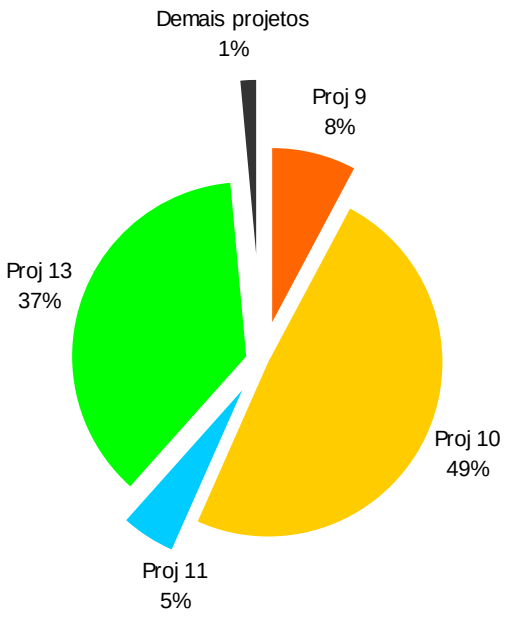
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



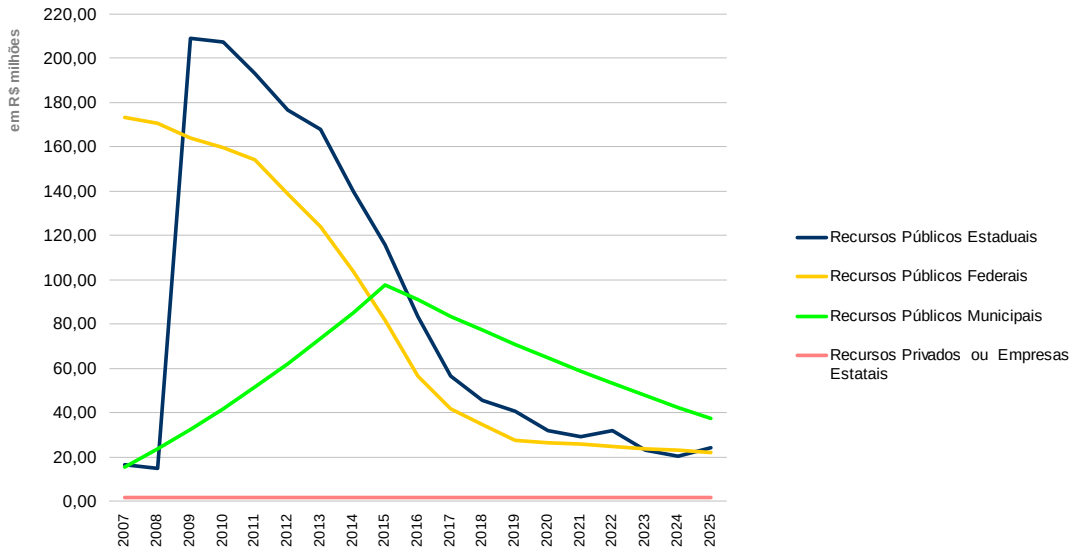
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

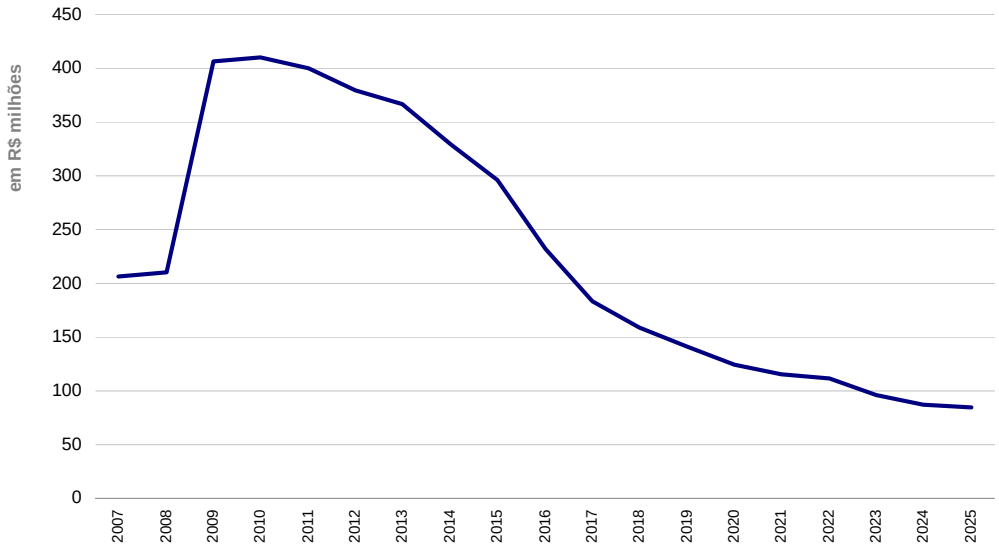
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

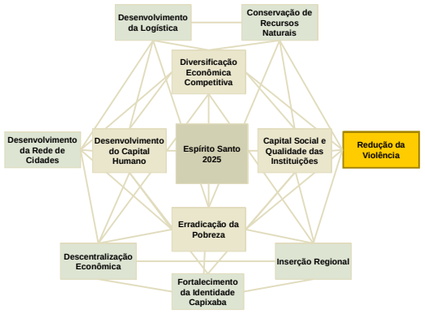
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Públicos Estaduais	16,25	15,02	208,95	207,61	192,94	176,85	167,75	139,69	115,63	83,46
Recursos Públicos Federais	173,11	170,35	163,84	159,87	153,93	138,65	123,95	103,64	81,51	56,64
Recursos Públicos Municipais	15,51	23,71	32,42	41,70	51,57	62,08	73,04	85,16	97,82	90,87
Recursos Privados ou Empresas Estatais	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52
Total	**206,40**	**210,60**	**406,73**	**410,70**	**399,96**	**379,11**	**366,48**	**330,01**	**296,48**	**232,49**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	56,36	45,30	40,86	31,74	28,80	32,05	23,22	20,57	24,08	**1.627,14**
Recursos Públicos Federais	41,84	34,53	27,59	26,58	25,60	24,66	23,74	22,86	22,00	**1.574,90**
Recursos Públicos Municipais	83,63	77,13	70,85	64,78	58,91	53,23	47,74	42,43	37,30	**1.110,09**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	1,52	**28,88**
Total	**183,35**	**158,49**	**140,82**	**124,62**	**114,83**	**111,45**	**96,22**	**87,37**	**84,90**	**4.341,01**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	206,40	210,60	406,73	410,70	399,96	379,11	366,48	330,01	296,48	232,49
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Total	183,35	158,49	140,82	124,62	114,83	111,45	96,22	87,37	84,90	



5.3 Redução da Violência e Criminalidade

Resultados Finalísticos

Resultados	2025
Reduzir o número de homicídios por 100 mil habitantes	Inferior a 10
Reduzir crimes violentos contra o patrimônio por 100 mil habitantes	41,3
Aumentar o índice de confiança da Polícia	80%

Grupo de Projetos

16. **Sistema Integrado de Defesa Social**
17. Redução dos Crimes Contra o Patrimônio
18. Atenção ao Jovem
19. Prevenção Social da Criminalidade
20. Gestão da Segurança Pública
21. Capacitação Policial Orientada para Resultados
22. Modernização da Polícia Técnico-Científica
23. Ampliação e Modernização do Sistema Prisional
24. Policiamento Comunitário e Solução de Problemas
25. Controle da Atividade Policial
26. Diagnóstico e Pesquisa em Segurança Pública

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

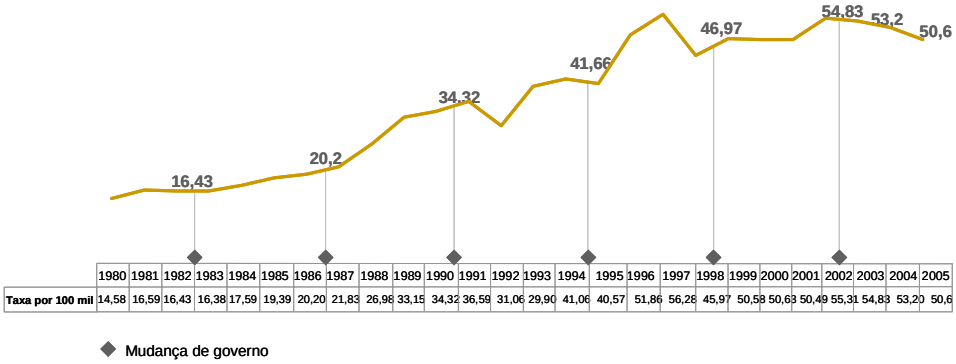
(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	36,92	84,52	116,48	150,34	170,10	187,73	210,01	229,93	247,09	261,96	265,70	282,55	298,58	313,78	328,13	341,63	354,30	366,16	377,22	387,52	**5.010,63**
Recursos Públicos Federais	7,80	14,95	13,62	14,98	13,19	10,49	10,07	10,07	10,07	9,91	7,91	7,62	7,30	6,97	6,63	6,28	5,94	5,59	5,25	4,93	**179,57**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,20	0,41	0,61	0,89	0,89	0,89	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**4,77**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,00	0,14	0,21	0,48	0,76	0,61	0,89	0,89	0,89	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**5,75**
Total	**44,72**	**99,61**	**130,30**	**166,00**	**184,45**	**199,44**	**221,85**	**241,76**	**258,93**	**273,65**	**273,61**	**290,17**	**305,88**	**320,75**	**334,76**	**347,92**	**360,24**	**371,75**	**382,47**	**392,44**	**5.200,71**

a. Alcance Estratégico

O Espírito Santo vem assistindo, nos últimos 20 anos, a uma considerável escalada dos índices de criminalidade e violência em todo o Estado. Em 2005 ocorreram 50,6 homicídios por 100 mil habitantes: um aumento de 161% quando comparado à taxa de 19,4 ocorridos vinte anos antes.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes - Evolução Histórica ES



	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Taxa por 100 mil	14,58	16,59	16,43	16,38	17,59	19,39	20,20	21,83	26,98	33,15	34,32	36,59	31,06	29,90	41,06	40,57	51,86	56,28	45,97	50,58	50,63	50,49	55,31	54,83	53,20	50,6

Fonte: População: IBGE - estimativa para população em 01 de julho de 1980-2010

Homicídios: 1980 a 1997 - SIM / DATASUS - Ministério da Saúde

1998 a 2004 - Assessoria de Informação - PC / ES

Depois de cerca de duas décadas de crescimento continuado da violência, o estado do Espírito Santo encontra-se entre os mais violentos do Brasil. Com uma taxa muito superior à média nacional (29,1), o estado é superado apenas pelo Rio de Janeiro e Pernambuco, ambos com índices na casa dos 55 homicídios por 100 mil habitantes. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com uma taxa de 84 homicídios por 100 mil habitantes, a situação é ainda mais alarmante, com maior incidência sobre homens jovens em situação de vulnerabilidade social.

Embora existam iniciativas e mecanismos para controle da violência em vários estágios de implantação, sobretudo na RMGV, o estado ainda carece de maior articulação de ações e de uma forte participação e engajamento da sociedade para a redução dos índices de criminalidade e violência.

Assim, tomando como base experiências nacionais e internacionais bem sucedidas, mas sem deixar de considerar a realidade e os desafios específicos do Espírito Santo, este grupo de projetos visa priorizar e direcionar a aplicação de recursos em ações capazes de

superar os principais gargalos que têm impossibilitado a redução e controle da violência no estado, tais como: a integração de esforços de todos os órgãos que influenciam a segurança pública; a atenção especial ao jovem em condições de vulnerabilidade social; modernização do aparelho de segurança e um salto de qualidade e eficácia na gestão dos sistemas de segurança. Além disso, a governança e sustentabilidade deste grupo apresentam iniciativas de ação articulada entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e entre as esferas federal, municipal e estadual.

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2025
Reduzir o número de homicídios por 100 mil habitantes	50,6 (2005)	Inferior a 10
Reduzir crimes violentos contra o patrimônio por 100 mil habitantes	206,4 (2004)	41,3
Aumentar o índice de confiança da Polícia	37,10 % (2006)	80%

c. Grupo de Projetos

16. Sistema Integrado de Defesa Social

17. Redução dos Crimes Contra o Patrimônio

18. Atenção ao Jovem

19. Prevenção Social da Criminalidade

20. Gestão da Segurança Pública

21. Capacitação Policial Orientada para Resultados

22. Modernização da Polícia Técnico-Científica

23. Ampliação e Modernização do Sistema Prisional

24. Policiamento Comunitário e Solução de Problemas

25. Controle da Atividade Policial

26. Diagnóstico e Pesquisa em Segurança Pública

Projeto 16 - Sistema Integrado de Defesa Social (âncora)

Objetivo

Projeto de caráter institucional que tem por objetivo integrar, em caráter permanente, as ações dos órgãos atuantes nas áreas de segurança pública e de defesa civil, compreendendo a implantação de: sistema integrado de informações; centro integrado de operações; e unidades de articulação e integração.

Escopo

Implantação e manutenção de: (a) um sistema integrado de informações; (b) um centro integrado de operações; (c) unidades de articulação, integração, planejamento e inteligência; e (d) áreas integradas de policiamento.

Resultados

- **Sistema integrado de informações de defesa social implantado até 2010.**

  É um sistema modular, integrado, que permitirá a gestão das informações de Defesa Social relacionadas às ocorrências policiais e de bombeiros, à investigação policial, ao processo judicial e à execução penal. Sua finalidade é integrar, coordenar e otimizar as ações dos órgãos envolvidos, permitindo a melhoria da gestão das informações referentes ao atendimento e registro de ocorrências, à investigação policial e ao processo e execução penal. A implantação do sistema inclui: o desenvolvimento de aplicativo (software), a aquisição de equipamentos (hardware), a organização dos bancos de dados e o treinamento de pessoal.

- **Centro integrado de operações implantado até 2010.**

  É uma central única de atendimento de chamadas emergênciais policiais e de bombeiros e despacho integrado de veículos operacionais onde se processa o início do ciclo das ações, independentes de onde o fato tenha dado entrada no sistema. O centro constitui-se em verdadeiro aparato de gestão dos métodos de captação e difusão de ocorrências, a serem encaminhadas segundo as competências legais dos órgãos de segurança pública e de defesa civil.

- **Unidades de articulação e integração implantadas até 2010.**

  Inclui a criação e/ou aprimoramento do funcionamento das unidades integradas de planejamento e gestão da informação e inteligência.

- **Áreas integradas de Policiamento implantadas até 2010.**

  As regiões são divididas em áreas e em cada área deverá existir um único local onde as Policias Civil e Militar ficarão incumbidas de executar o planejamento e ações conjuntas.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2010

Projeto 17 - Redução dos Crimes Contra o Patrimônio

Objetivo

Reduzir a criminalidade em áreas comerciais e urbanas dos grandes municípios mediante o monitoramento eletrônico e parcerias com empresas privadas.

Escopo

Implantação de um centro de monitoramento, integrando câmeras públicas e privadas em centros comerciais e áreas urbanas.

Resultados

Implantar 70 câmeras de monitoramento eletrônico em centros comerciais até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2010

Projeto 18 - Atenção ao Jovem

Objetivo

O projeto tem por objetivo incentivar, mediante a concessão de bolsas, o retorno e a permanência na escola de jovens de 15 a 19 anos em condições de vulnerabilidade social, com o seguinte perfil:

- Desempregados,
- Ensino fundamental ou médio incompletos e,
- Domiciliados nas áreas de risco de violência dos municípios capixabas de médio e grande porte.

Além do perfil definido, terão prioridade os jovens pertencentes a famílias com renda familiar inferior a 2 salários-mínimo.

Escopo

Concessão de bolsas condicionadas aos jovens enquadrados dentro dos parâmetros de idade e vulnerabilidade social definidos: desempregados, ensino fundamental ou médio incompletos e domiciliados nas áreas de risco de violência dos municípios de médio e grande porte. Prioridade para os jovens pertencentes às famílias com renda inferior a 2 salários-mínimos.

Resultados

Ter 34.000 jovens beneficiados pelo projeto (recebendo a bolsa) até o ano de 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 19 - Prevenção Social da Criminalidade

Objetivo

O projeto tem por objetivo desmotivar a entrada de jovens em atividades ilícitas por meio da disponibilização de atividades sócio-educativas e profissionalizantes voltadas para sua inclusão social.

Escopo

Implantar, em áreas de risco de municípios de médio e grande portes, núcleos de referência que disponibilizem atividades de esporte, música, dança, teatro e cursos profissionalizantes. Estes núcleos serão implantados a partir das demandas apontadas pelas atividades de planejamento e inteligência do sistema de defesa social.

Resultados

Implantar 13 núcleos até 2008, mediante organizações públicas não governamentais.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 20 - Gestão da Segurança Pública

Objetivo

O projeto tem por objetivo aumentar a efetividade das instituições do sistema de defesa social e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, mediante a implantação de métodos de gestão orientada para resultados.

Escopo

Implantação de métodos de gestão orientada para resultados em todas as instituições do sistema.

Resultados

Ter todas as unidades integrantes do sistema de defesa social com no mínimo 50% da pontuação máxima dos critérios de avaliação do Programa Qualidade na Gestão Pública do Espírito Santo[3], até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2010

3 Em desenvolvimento pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos.

Projeto 21 - Capacitação Policial Orientada para Resultados

Objetivo

O projeto tem por objetivo elevar a qualificação dos policiais civis e militares, com ênfase na solução de problemas e mediação de conflitos, adoção de procedimentos padronizados de conduta policial e aumento da capacidade de análise e reflexão crítica dos problemas.

Escopo

Modernização do currículo de formação de policiais, aumentando a ênfase em disciplinas relacionadas a temas como o diálogo com a sociedade, direitos humanos e técnicas para análise e formulação de estratégias e ações de segurança.

Resultados

- Academia Integrada[4] de Segurança Pública implantada até 2010;
- Treinamento integrado de toda a força policial até 2020; e
- Realizar 5 (cinco) cursos para formação em nível de especialização de 250 gestores (policiais e civis) em Segurança Pública até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2020

[4] Centro único de treinamento policial tanto civil quanto militar, fazendo com que, já em sua formação, os policiais das duas corporações se respeitem e se conheçam, facilitando atingir o resultado esperado de suas ações conjuntas.

Projeto 22 - Modernização da Polícia Técnico-Científica

Objetivo

Este projeto tem por objetivo aumentar a capacidade de investigação técnica e científica da polícia, mediante a adequação da infra-estrutura tecnológica e laboratorial.

Escopo

Intensificação de cursos e treinamentos regulares para os investigadores. Adequação do quadro de profissionais. Adequação da infra-estrutura de laboratórios e equipamentos.

Resultados

Infra-estrutura tecnológica e laboratorial modernizada até 2007.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2011

Projeto 23 - Ampliação e Modernização do Sistema Prisional

Objetivo

Este projeto tem por objetivo melhorar a gestão, adequar a capacidade e equipar as unidades prisionais visando a eliminação do déficit de vagas e a melhoria dos índices de ressocialização dos presos.

Escopo

Ampliação e modernização das unidades prisionais existentes. Construção de novas unidades prisionais. Ampliação do percentual de unidades prisionais com gestão pública não estatal.

Resultados

- Construir 16.000 novas vagas em unidades prisionais até 2025; e

Nota: O resultado foi dimensionado considerando o regime prisional atual. Não leva em conta eventuais aperfeiçoamentos que possam reduzir a demanda por vagas e o custo de manutenção das unidades prisionais.

- Ampliar a porcentagem de vagas com gestão privada para 30% em 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Justiça

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 24 - Policiamento Comunitário e Solução de Problemas

Objetivo

Este projeto tem por objetivo melhorar a efetividade da ação policial e ampliar a participação da sociedade nas atividades de segurança pública.

Escopo

Implantação do policiamento comunitário em novas comunidades e capacitação dos policiais nessa metodologia. Envolvimento das comunidades para definição de prioridades, identificação das melhores soluções e colaboração no policiamento e ações preventivas.

Resultados

- Metodologia de policiamento comunitário e de solução de problemas implantada em 13 comunidades até 2009.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2009

Projeto 25 - Controle da Atividade Policial

Objetivo

Este projeto tem por objetivo aumentar a qualidade e correção do trabalho policial, visando diminuir a corrupção nestas instituições e aumentar a confiança da sociedade nas instituições de defesa social.

Escopo

Estruturação de um órgão de controle autônomo, com carreira própria e independente das polícias.

Resultados

- Ouvidoria Geral de Defesa Social implantada até 2008; e
- Corregedoria Geral de Defesa Social autônoma de Segurança Pública implantada até 2008.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 26 - Diagnóstico e Pesquisa em Segurança Pública

Objetivo

Este projeto tem por objetivo expandir e consolidar a atividade de pesquisa focada em segurança pública no Espírito Santo, desenvolvida a partir de um núcleo acadêmico estabelecido em uma universidade capixaba e integrado a outras entidades similares no país e no exterior.

Escopo

Contratação de especialistas exclusivos para constituição de um núcleo de pesquisa. Organização em rede do esforço de pesquisa, mobilizando instituições dentro e fora do Estado. Realização contínua de pesquisas para mapeamento e diagnóstico e soluções para segurança pública no Espírito Santo.

Resultados

- Núcleo acadêmico de pesquisa em segurança pública consolidado até 2007;
- Diagnóstico socioeconômico e espacial detalhado da violência e criminalidade no Estado do Espírito Santo e, particularmente, nos grandes centros urbanos, elaborado até 2007; e
- Pesquisa de vitimização e avaliação institucional elaborada em 2007 e replicada a cada dois anos.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

d. Governança e Sustentabilidade

Os gerentes dos projetos de Redução da Violência e Criminalidade deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. criar um ambiente propício à integração de esforços das entidades responsáveis pela segurança pública, inclusive o Ministério Público, Poderes Judiciário e Legislativo;

2. desenvolver mecanismos de participação cidadã no planejamento e gestão da segurança pública;

3. aumentar o reconhecimento social do policial;

4. estimular o engajamento das autoridades municipais nas atividades de segurança pública e redução da criminalidade;

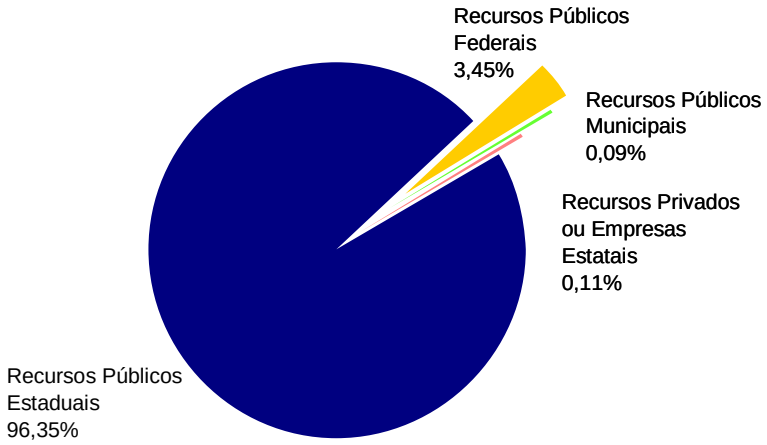
5. ampliar o grau de articulação das políticas sociais, de desenvolvimento urbano e de segurança pública; e

6. aperfeiçoar o aparato legislativo que dê suporte às ações de segurança pública.

e. Custos do Grupo de Projetos

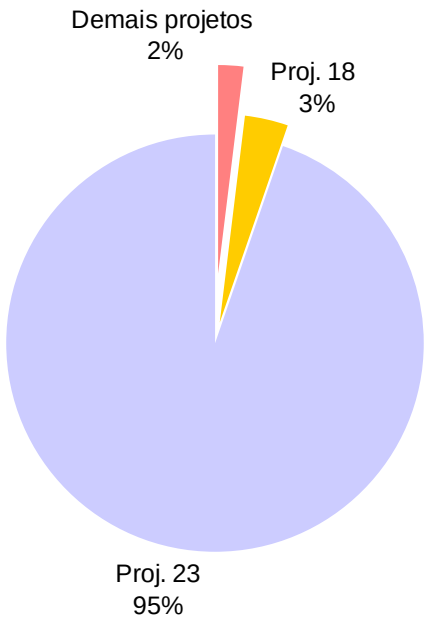
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



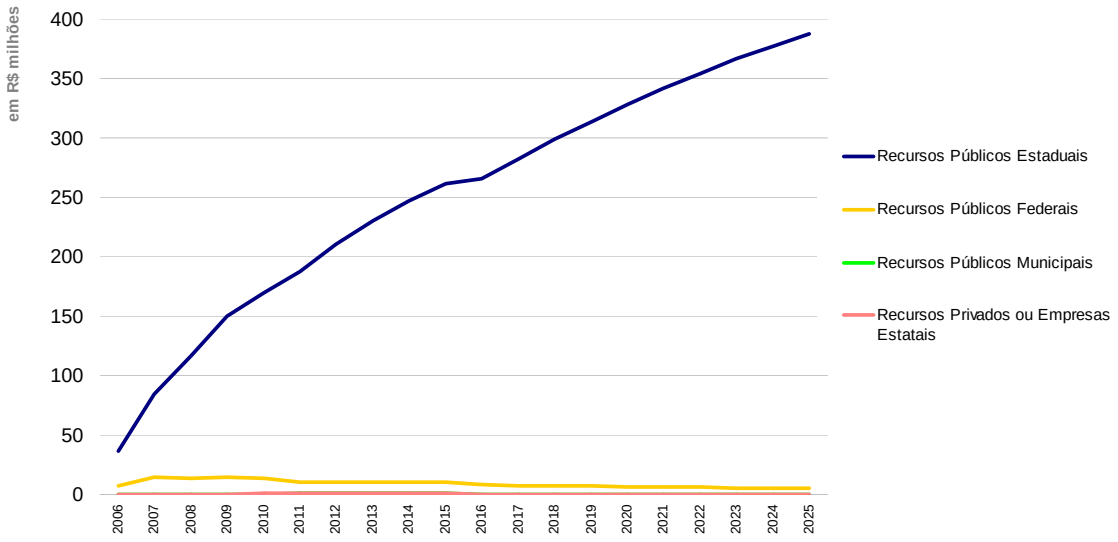
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

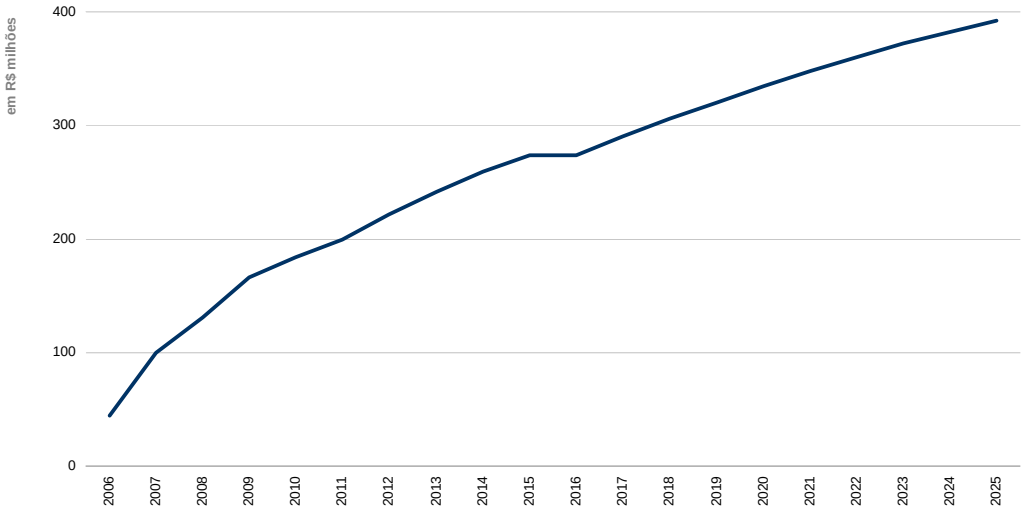
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(R$ milhões)

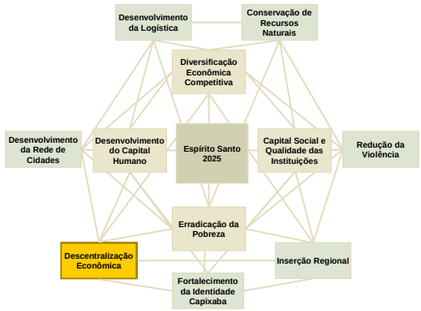
Fontes	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Recursos Públicos Estaduais	36,92	84,52	116,48	150,34	170,10	187,73	210,01	229,93	247,09	261,96
Recursos Públicos Federais	7,80	14,95	13,62	14,98	13,19	10,49	10,07	10,07	10,07	9,91
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,20	0,41	0,61	0,89	0,89	0,89	0,89
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,00	0,14	0,21	0,48	0,76	0,61	0,89	0,89	0,89	0,89
Total	**44,72**	**99,61**	**130,30**	**166,00**	**184,45**	**199,44**	**221,85**	**241,76**	**258,93**	**273,65**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	282,55	298,58	313,78	328,13	341,63	354,30	366,16	377,22	387,52	**5.010,63**
Recursos Públicos Federais	7,62	7,30	6,97	6,63	6,28	5,94	5,59	5,25	4,93	**179,57**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**4,77**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**5,75**
Total	**290,17**	**305,88**	**320,75**	**334,76**	**347,92**	**360,24**	**371,75**	**382,47**	**392,44**	**5.200,71**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	44,72	99,61	130,30	166,00	184,45	199,44	221,85	241,76	258,93	273,65	273,61
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**	
Total	290,17	305,88	320,75	334,76	347,92	360,24	371,75	382,47	392,44	**5.200,71**	



5.4. Interiorização do Desenvolvimento

Resultados Finalísticos

Resultado	2025
Aumentar a participação da massa de renda familiar do interior no total do Estado.	35%

Grupo de Projetos

27. **Gestão da Competitividade Sistêmica no Interior**
28. APL Mármore e Granito
29. APL Confecções e Vestuário
30. APL Florestal-moveleiro
31. APL Fruticultura
32. APL Café
33. APL Alimentos e Bebidas
34. APL Turismo
35. Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

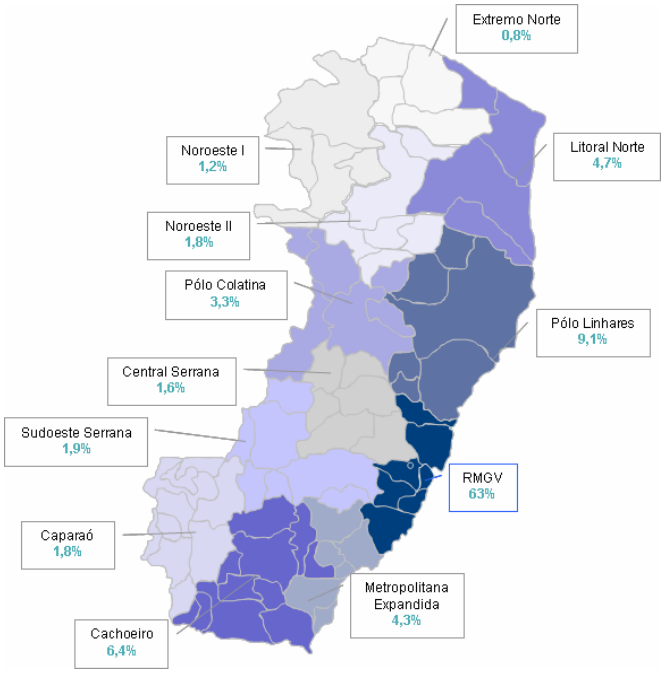
(em R$ milhões)

Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	49,33	49,33	49,33	49,33	37,33	37,33	28,24	28,24	28,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**356,68**
Recursos Públicos Federais	11,83	11,83	11,83	11,83	11,83	11,83	4,33	4,33	4,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**84,00**
Recursos Públicos Municipais	4,50	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**38,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	102,29	102,29	102,29	102,29	33,34	33,34	7,48	7,48	7,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**498,25**
Total	**167,95**	**167,95**	**167,95**	**167,95**	**86,50**	**86,50**	**44,05**	**44,05**	**44,05**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**976,93**

a. Alcance Estratégico

Nos últimos 30 anos, a economia capixaba apresentou uma taxa de crescimento elevada, superior à média brasileira: 6,2% contra 4,1% anuais. No entanto, este crescimento concentrou-se predominantemente na Região Metropolitana da Grande Vitória, no bojo da implantação de grandes projetos de industrialização. Ao mesmo tempo, outros pólos que irradiavam dinamismo, como Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Colatina, começaram a perder espaço na economia estadual. Atualmente, 63% do PIB estadual está concentrado na RMGV e 80% quando considerada a Macrorregião metropolitana.

Distribuição Territorial do PIB



Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do IPES

Este quadro de desequilíbrio tende a ser agravado mediante a perspectiva de expansão dos grandes projetos e do setor petróleo, caso este venha combinado a uma situação de baixos investimentos no interior do estado.

Sob uma perspectiva de longo prazo, a redução dessa tendência de concentração em torno da metrópole exige estratégias específicas de

reforço da dinâmica econômica no interior. Por isso, o fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivos de alta relevância regional deve ser visto como um importante vetor da interiorização do desenvolvimento.

Dentre os setores existentes, destacam-se os de mármore e granito, confecções e vestuário, florestal-moveleiro, fruticultura, metal-mecânico, café, turismo e pecuária leiteira como propulsores do processo de interiorização. Além de fortalecer a base econômica regional, são também necessárias iniciativas de atração de investimentos e de melhoria das condições de competitividade sistêmica nessas áreas.

b. Resultados Finalísticos

Resultado	Situação atual	2015	2025
Aumentar a participação da massa de renda familiar do interior no total do Estado. (1)	30% (2003)	32,5%	35%

(1) Neste índice, o conceito de "interior" exclui a RMGV, Pólo de Linhares e Metropolitana Expandida Sul do restante do estado.

c. Grupo de Projetos

27. Gestão da Competitividade Sistêmica no Interior

28. APL Mármore e Granito
29. APL Confecções e Vestuário
30. APL Florestal-moveleiro
31. APL Fruticultura
32. APL Café
33. APL Alimentos e Bebidas
34. APL Turismo
35. Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira

Projeto 27 – Gestão da Competitividade Sistêmica no Interior (âncora)

Objetivo

Promover a articulação de recursos e iniciativas para melhoria da competitividade sistêmica do interior do estado.

Escopo

Fortalecimento e alinhamento estratégico do Compete-ES e do Investe-ES para enfatizar sua atuação no interior do estado. Implantação de iniciativas relacionadas à capacidade de inovação, infra-estrutura de tecnologia industrial básica, gestão da qualidade de produtos e serviços, design e desenvolvimento de produto, capacitação de recursos humanos, inteligência de mercado, infra-estrutura econômica, estímulo ao comércio exterior e acesso ao crédito, para a melhoria da competitividade de arranjos e cadeias produtivas.

Resultados

Contratos de competitividade assinados com todos os APLs integrantes deste grupo de projetos até 2010.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2015

Projeto 28 – APL Mármore e Granito

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva do arranjo produtivo, por meio da agregação de valor aos produtos, visando à ampliação das exportações.

Escopo

Construção de terminais intermodais nos municípios de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. Ampliação da oferta e especialização das cadeias de suprimento, tendo Cachoeiro de Itapemirim como pólo de tecnologia e de prestação de serviços especializados. Fortalecimento e diversificação da atuação do Cetemag na área de pesquisa e inovação. Viabilização das feiras internacionais em Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Integração do CETEM às necessidades do APL. Ampliação do Contrato de Competitividade do projeto Compete-ES. Qualificação de mão-de-obra para os pólos de Cachoeiro e Nova Venécia, em centros regionais de capacitação e desenvolvimento de tecnologias. Implantação de procedimentos ambientalmente sustentáveis, inclusive para o aproveitamento de resíduos.

Resultados

- Aumentar a participação do Espírito Santo na exportação do setor de rochas ornamentais no Brasil de 56% em 2004; para 63% em 2015 e para 70% em 2025; e
- Aumentar a participação de produtos semi-manufaturados e manufaturados nas exportações capixabas de rochas ornamentais de 70% em 2004 para 74% em 2015 e para 78% em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação Atual: Em andamento

Prazo: Término: 2009

Projeto 29 – APL Confecções e Vestuário

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva do arranjo produtivo, com ênfase na inovação e *design*, qualificação de pessoal e melhoria da cooperação e governança.

Escopo

Capacitação profissional da mão-de-obra. Capacitação empresarial/gerencial. Criação de um centro de inovação e *design*. Ampliação do Contrato de Competitividade – Compete-ES.

Resultados

- Aumentar a participação do Espírito Santo na exportação do setor de vestuário no Brasil de 0,03% em 2005 para 0,41% em 2015 e 1,70% em 2025; e
- Aumentar a quantidade de empregos formais do setor de Vestuário no Espírito Santo de 27.593 em 2004 para 48,5 mil em 2015 e 79 mil em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação Atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 30 – APL Florestal-moveleiro

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva do arranjo produtivo, com ênfase na inovação e *design*, qualificação de pessoal, adensamento da cadeia de suprimento e melhoria da cooperação e governança.

Escopo

Instalação de uma fábrica de MDF na Microrregião Pólo Linhares. Criação de programa de incentivo ao plantio de florestas voltadas para o abastecimento das indústrias moveleiras, nos moldes do programa de fomento florestal implementado pelo setor de celulose. Criação de centro de inovação e design. Capacitação profissional da mão-de-obra. Capacitação empresarial/gerencial. Ampliação do Contrato de Competitividade dentro do projeto Compete-ES.

Resultados

- Aumentar a participação do Espírito Santo na exportação do setor moveleiro no Brasil de 0,64% em 2005 para 1,1% em 2015 e 1,8% em 2025; e
- Instalar uma fábrica de MDF até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação Atual: Em andamento

Prazo: Término: 2010

Projeto 31 – APL Fruticultura

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva do arranjo produtivo, com ênfase na infra-estrutura econômica e logística, tecnologia, inovação, informação, qualificação, crédito e adensamento de cadeias de suprimento.

Escopo

Instalação de fábricas de polpa nas áreas produtoras de frutas. Viabilização da estrutura portuária, principalmente a de Barra do Riacho. Expansão acelerada do plantio de frutas para atender a demanda da indústria de sucos, através dos pólos de fruticultura – goiaba, manga, maracujá, mamão, banana e pêssego. Desenvolvimento de pesquisa através do Incaper. Desenvolvimento e implantação de modelo de gestão de contratos de fornecimento de frutas. Desenvolvimento de banco de dados. Capacitação técnica. Estabelecimento de linhas de crédito específicas para todos os elos da cadeia produtiva.

Resultados

- Aumentar a participação do Espírito Santo na exportação de frutas in natura do Brasil de 5,16% em 2002 para 10,7% até 2015 e 15,1% em 2025;
- Tornar o Espírito Santo um exportador de polpa e de suco de frutas até 2012;
- Ampliar em 47% a área estadual com fruticultura até 2012; e
- Instalar 3 fábricas de polpa de fruta com capacidade de produção de 5 mil toneladas por ano até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca

Situação Atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007
Término: 2012

Projeto 32 – APL Café

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva e promover a agregação de valor na cadeia produtiva da cafeicultura capixaba.

Escopo

Instalação de uma fábrica de café solúvel na região Noroeste, para agregar valor ao café conilon. Expansão dos centros de estudo, degustação e desenvolvimento de cafés especiais na região das montanhas. Desenvolvimento de pesquisa para o aprimoramento de variedades.

Resultados

- Aumentar a produtividade do café arábica e do café conilon de 11,56 e 19,06 sacas/hectare em 2005, respectivamente, para 19,36 e 31,37 em 2015; e para 32,41 e 51,64 sacas/hectare em 2025;
- Aumentar o percentual exportado da produção cafeeira capixaba de 48% em 2003 para 60% em 2015 e 67% em 2025;
- Instalar uma fábrica de café solúvel na região Noroeste até 2010; e
- Implantar mais 2 centros de degustação de café no Estado até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca

Situação Atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 33 – APL Alimentos e Bebidas

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva e promover a agregação de valor e diversificação da cadeia produtiva de alimentos e bebidas em todo o estado.

Escopo

Capacitação da mão-de-obra e do corpo gerencial. Disseminação das melhores práticas em inteligência de mercado (acesso à informação e mercados). Eliminação da informalidade. Desenvolvimento do sistema logístico de armazenagem e distribuição.

Resultados

- Aumentar a quantidade de empregos formais do setor de Alimentos e Bebidas no Espírito Santo de 12.592 em 2004 para 22,1 mil em 2015 e 42,1 mil em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Planejamento

Situação Atual: Em andamento

Prazo: Término: 2015

Projeto 34 – APL Turismo

Objetivo

Melhorar a competitividade da cadeia produtiva, com ênfase na revitalização de centros turísticos, melhoria da infra-estrutura, criação de centros de eventos, consolidação de rotas turísticas, qualificação de pessoal e melhoria da governança.

Escopo

Revitalização do centro de Guarapari. Criação de um centro de eventos na região de Pedra Azul. Melhoria da infra-estrutura através do Prodetur II. Construção da estrada parque de Caparaó. Construção de infra-estrutura para eventos na região metropolitana. Atração de investimentos na categoria *resort*. Preservação ambiental e paisagística. Capacitação profissional e empresarial. Construção de uma marina de uso público. Melhoria da governança da cadeia produtiva.

Resultados

- Aumentar o gasto médio do turista que visita o interior do Espírito Santo de R$ 32,00 em 2005 para R$ 60,00 em 2015 e R$ 106,00 em 2025; e
- Aumentar a quantidade de empregos formais do setor de turismo no Espírito Santo de 22.436 em 2004 para 43 mil em 2015 e 72.248 em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação Atual: Em andamento

Prazo: Término: 2015

Projeto 35 – Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva da cadeia produtiva, com ênfase em tecnologia, qualificação de pessoal, assistência técnica e cooperativismo.

Escopo

Melhoria do rebanho. Capacitação dos produtores. Integração de produtores e empresas com Incaper e UFES. Profissionalização da gestão das cooperativas.

Resultados

- Aumentar a produção leiteira de 380 milhões de litros, em 2005, para 620 milhões de litros até 2015; e
- Dobrar a produtividade média de leite por vaca e triplicar a produtividade de leite por área de pastagem até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca

Situação Atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

d. Governança e Sustentabilidade

Os gerentes dos projetos de Interiorização do Desenvolvimento deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. promover a atuação integrada entre o Governo do Estado, prefeituras e iniciativa privada para facilitar o aumento da competitividade dos APLs e cadeias produtivas;

2. promover o aumento do capital social dos APLs e cadeias produtivas;

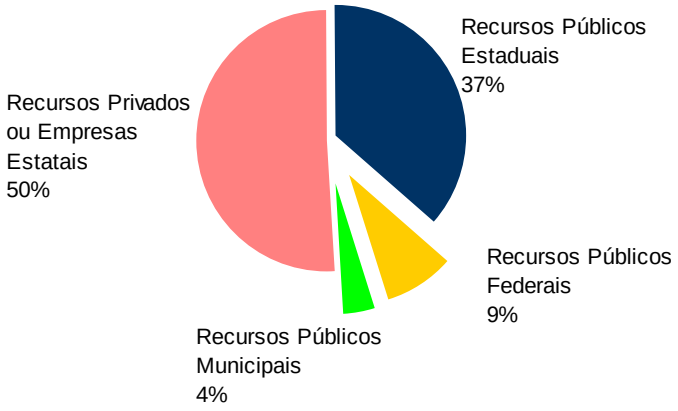
3. agilizar as decisões de licenciamento ambiental; e

4. implantar o Fundo de Desenvolvimento Regional.

e. Custos do Grupo de Projetos

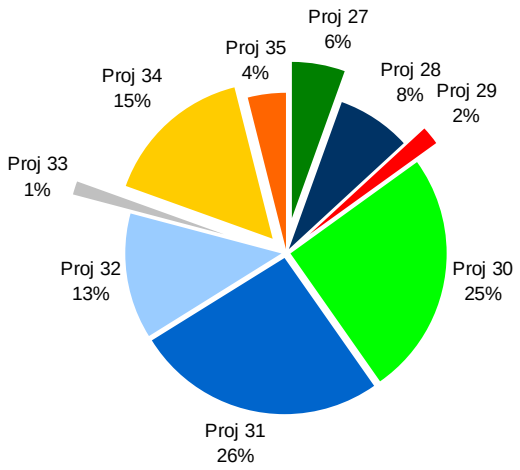
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



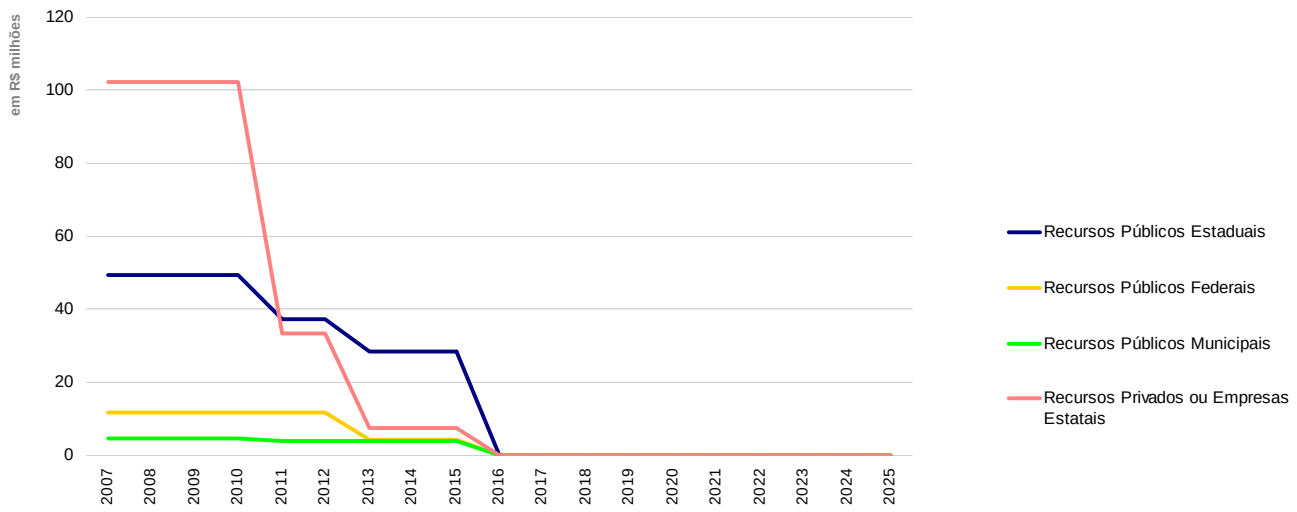
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

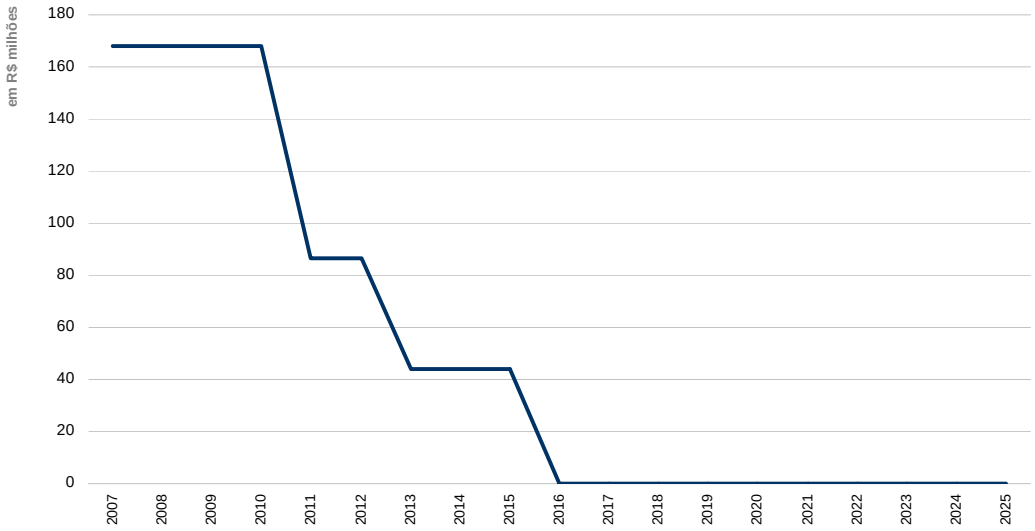
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

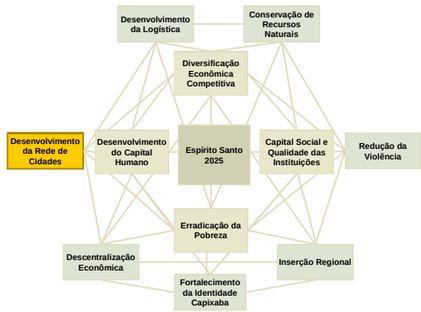
Fontes	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Recursos Públicos Estaduais	49,33	49,33	49,33	49,33	37,33	37,33	28,24	28,24	28,24	0,00
Recursos Públicos Federais	11,83	11,83	11,83	11,83	11,83	11,83	4,33	4,33	4,33	0,00
Recursos Públicos Municipais	4,50	4,50	4,50	4,50	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	0,00
Recursos Privados ou Empresas Estatais	102,29	102,29	102,29	102,29	33,34	33,34	7,48	7,48	7,48	0,00
Total	**167,95**	**167,95**	**167,95**	**167,95**	**86,50**	**86,50**	**44,05**	**44,05**	**44,05**	**0,00**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**356,68**
Recursos Públicos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**84,00**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**38,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**498,25**
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**976,93**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	167,95	167,95	167,95	167,95	86,50	86,50	44,05	44,05	44,05	0,00
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



5.5 Desenvolvimento da Rede de Cidades

Resultados Finalísticos

Resultados	2025
Aumentar o Índice de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo	0,8346
Reduzir o Índice de Primazia do Espírito Santo	0,60

Grupo de Projetos

36. **Planejamento e Gestão de Cidades**
37. Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória
38. Rede de Cidades Cachoeiro de Itapemirim
39. Rede de Cidades Colatina
40. Rede de Cidades Linhares
41. Rede de Cidades São Mateus
42. Rede de Cidades Nova Venécia
43. Desenvolvimento Urbano de Aracruz e Região de Impacto
44. Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Região de Impacto
45. Rede de Cidades Serranas
46. Rede de Cidades Caparão
47. Expansão com Qualidade da Habitação Urbana

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

(em R$ milhões)

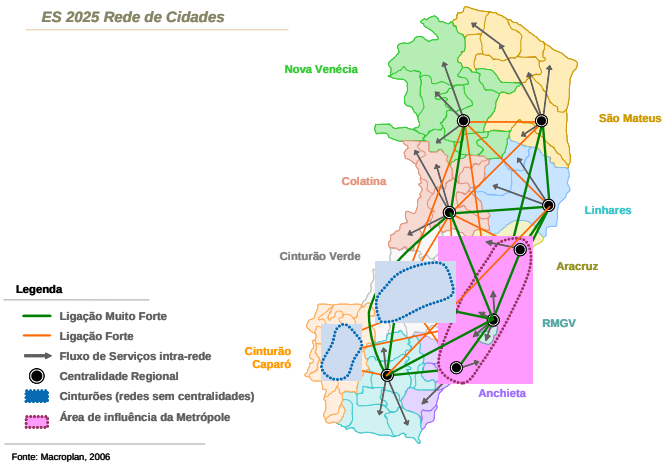
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	12,58	23,38	20,98	29,38	27,29	15,29	15,29	15,29	15,29	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	**302,81**
Recursos Públicos Federais	115,45	115,45	115,45	115,45	152,82	152,82	152,82	152,82	152,82	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	**2431,79**
Recursos Públicos Municipais	24,60	24,60	24,60	24,60	26,23	18,43	18,43	18,43	18,43	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	**357,81**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	23,09	23,09	23,09	23,09	58,78	58,78	58,78	58,78	58,78	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	**850,04**
Total	**175,72**	**186,52**	**184,12**	**192,52**	**265,11**	**245,31**	**245,31**	**245,31**	**245,31**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**3942,44**

a. Alcance Estratégico

Durante o segundo ciclo de seu desenvolvimento, o Espírito Santo experimentou um processo de crescimento econômico concentrado em sua região metropolitana, a exemplo do que ocorreu em vários outros estados no Brasil e também na quase totalidade dos países sul-americanos. Nos dias atuais, as cidades se constituem, cada vez mais, em suporte e fonte geradora de atividades econômicas, sociais, políticas e culturais sobre toda a área de influência. No entanto, a concentração metropolitana excessiva pode implicar em deseconomias de escala, perda da qualidade de vida da população e concentração de problemas urbanos complexos.

A indução da formação de um sistema urbano que resulte em uma rede equilibrada de cidades, em vez de uma concentração excessiva na metrópole, propicia um desenvolvimento territorial de melhor qualidade, com benefícios amplos.

Assim, o desenvolvimento da rede de cidades requer o fortalecimento de sua capacidade de polarização, organizada segundo uma hierarquia funcional, mediante a prestação de serviços que atendam sua própria demanda e aquela proveniente dos municípios de sua área de influência. Dentre os serviços capazes de exercer esse efeito polarizador e difusor, destacam-se: saúde; educação e formação profissional e tecnológica; cultura; finanças; logística; energia; comunicações e demais serviços públicos. Ainda são elementos de fortalecimento da rede, a promoção de investimentos, a qualidade do meio-ambiente e a disponibilidade de habitações.



A proposta deste grupo de projetos é atenuar ou, se possível, reverter a forte tendência de concentração

na Região Metropolitana, com aumento relativo da importância das cidades regionais, além de criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento sustentável no estado como um todo.

Para tanto, foi desenhada a configuração de uma rede de cidades capixabas como referência básica de planejamento para fins de alocação dos investimentos públicos e privados. Tais investimentos permitirão a otimização e distribuição espacial da prestação de serviços, nas várias dimensões citadas, de modo a constituir um conjunto sinérgico de cidades dinâmicas, equilibradas e sustentáveis.

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2015	2025
Aumentar o Índice de Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo	0,3186 (2000)	0,4519	0,8346
Reduzir o Índice de Primazia do Espírito Santo	0,77 (2000)	0,65	0,60

c. Grupo de Projetos

36. Planejamento e Gestão de Cidades

37. Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória

38. Rede de Cidades Cachoeiro de Itapemirim

39. Rede de Cidades Colatina

40. Rede de Cidades Linhares

41. Rede de Cidades São Mateus

42. Rede de Cidades Nova Venécia

43. Desenvolvimento Urbano de Aracruz e Regiões de Impacto

44. Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Regiões de Impacto

45. Rede de Cidades Serranas

46. Rede de Cidades Caparaó

47. Expansão com Qualidade da Habitação Urbana

Projeto 36 – Planejamento e Gestão de Cidades (âncora)

Objetivo

Prover a Rede de Cidades do Espírito Santo de instrumentos de planejamento e gestão que façam frente aos desafios de crescimento, sustentabilidade e qualidade do espaço urbano.

Escopo

Difusão da aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão de cidades, incluindo: planejamento estratégico, elaboração de plano diretor, ordenamento territorial e elaboração e aplicação da legislação pertinente. Introdução de sistemas e práticas de gestão que privilegiem a governança democrática ancorada na sociedade. Implantação de sistemas de informação e geoprocessamento. Integração de instrumentos de planejamento e gestão entre os municípios. Premiação da excelência na gestão municipal.

Resultados

- Dez Planos Estratégicos Regionais elaborados até 2010 (redes Anchieta, Aracruz, Serrana, Caparaó, Cachoeiro, Nova Venécia, Linhares, São Mateus, Colatina e RMGV); e
- Dez Planos Diretores Regionais elaborados até 2010 (redes Anchieta, Aracruz, Serrana, Caparaó, Cachoeiro, Nova Venécia, Linhares, São Mateus, Colatina e RMGV).

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais

Situação atual: Em estudo

Prazo: Inicio: 2007

Término: 2010

Projeto 37 – Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória

Objetivo

Desenvolver modelo de gestão coordenado da região metropolitana que proporcione a racionalização dos investimentos e demais iniciativas, de modo a qualificá-la como um centro difusor de serviços avançados e dotá-la de condições que assegurem a qualidade de vida de seus habitantes.

Escopo

Planejamento da expansão urbana. Coordenação de iniciativas nas áreas de segurança pública, saúde, habitação, mobilidade, conectividade, saneamento e preservação do meio ambiente. Disponibilização de equipamentos urbanos de lazer, cultura e esportes. Racionalização das redes de prestação de serviços. Controle de inundações.

Resultados

- Hospital Geral de Cariacica construído até 2010; e
- Plano Diretor de Controle de Inundações elaborado e ações estruturais implantadas até 2011.

Nota: A demanda por habitação, segurança pública, mobilidade, cultura e esportes será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2011

Projeto 38 – Rede de Cidades Cachoeiro de Itapemirim

Objetivo

Fortalecer a centralidade regional do município de Cachoeiro do Itapemirim e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.

Escopo

Aumento de capacidade do atendimento da rede hospitalar de abrangência regional. Expansão da oferta de educação de nível superior e fortalecimento da infra-estrutura tecnológica. Melhoria do sistema logístico de exportação dos arranjos produtivos locais e principais conexões viárias. Expansão da rede de fibra ótica. Tratamento de resíduos industriais. Desenvolvimento dos arranjos e cadeias produtivas regionais (mármore e granito, pecuária de leite, silvicultura e calcário).

Resultados

17 Unidades Básicas de Saúde e 5 Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação, infra-estrutura tecnológica, logística, desenvolvimento de APLs e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 39 – Rede de Cidades Colatina

Objetivo

Fortalecer a centralidade regional do município de Colatina e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.

Escopo

Aumento de capacidade do atendimento da rede hospitalar de abrangência regional. Melhoria e ampliação dos serviços de educação de nível técnico e superior. Melhoria das condições de infra-estrutura de logística e transporte, com alcance inter-regional. Suprimento de gás natural. Expansão da rede de fibra ótica na região. Conservação e recuperação da bacia hidrográfica do Rio Doce. Desenvolvimento dos arranjos e cadeias produtivas da região (cafeicultura, fruticultura, confecções, metal-mecânica e rochas ornamentais).

Resultados

10 Unidades Básicas de Saúde e 3 Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação, infra-estrutura tecnológica, logística, suprimento de gás, desenvolvimento de APLs e cadeias produtivas e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 40 – Rede de Cidades Linhares

Objetivo

Fortalecer a centralidade regional do município de Linhares e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.

Escopo

Aumento de capacidade do atendimento da rede hospitalar de abrangência regional. Melhoria e ampliação dos serviços de educação de nível técnico e superior. Integração da malha viária urbana. Melhoria das condições logísticas de escoamento da produção e ligações regionais. Suprimento de gás natural. Expansão da rede de fibra ótica na região. Fomento dos APLs e cadeias produtivas locais. Revitalização da atividade cacaueira. Potencialização do aproveitamento turístico dos atrativos naturais. Pesquisa em biodiversidade. Manejo integrado do complexo lagunar. Conservação e recuperação da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Resultados

Oito Unidades Básicas de Saúde e três Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação, logística, suprimento de gás, desenvolvimento de APLs e cadeias produtivas e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidade responsável: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 41 – Rede de Cidades São Mateus

Objetivo

Fortalecer a centralidade regional do município de São Mateus e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.

Escopo

Preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. Reversão da ocupação irregular de áreas de risco. Ampliação da oferta de habitação para populações de baixa renda. Ampliação da capacidade de atendimento e da oferta de serviços especializados. Formação de mão-de-obra qualificada para atuação na cadeia do petróleo e do gás e de turismo. Melhoria das condições logísticas de escoamento da produção e ligações regionais. Aumento da capacidade de transmissão de energia elétrica para Conceição da Barra. Ampliação e integração da rede de fibra ótica na região. Melhoria da infra-estrutura turística. Conservação e manejo da bacia de São Mateus. Implementação de alternativas tecnológicas para mitigação do déficit hídrico da região.

Resultados

Dez Unidades Básicas de Saúde e três Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por qualificação profissional, logística, energia elétrica, turismo e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 42 – Rede de Cidades Nova Venécia

Objetivo

Fortalecer a centralidade regional do município de Nova Venécia e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.

Escopo

Melhoria e ampliação da rede de saúde. Instalação de uma rede de formação técnica, profissionalizante e de nível superior. Ampliação das oportunidades de cultura e lazer. Implantação de rede de fibra ótica na região. Melhoria das condições logísticas de escoamento da produção e ligações regionais. Desenvolvimento da indústria de granito, da pecuária de leite, da produção de café conilon e da fruticultura. Fortalecimento do setor de serviços. Equacionamento do déficit hídrico da Bacia do rio Cricaré. Tratamento de resíduos industriais do processamento de rochas ornamentais.

Resultados

Dez Unidades Básicas de Saúde e três Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação e qualificação profissional, cultura, logística, desenvolvimento de APLs e cadeias produtivas será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 43 – Desenvolvimento Urbano Aracruz e Regiões de Impacto

Objetivo

Ordenar o crescimento da cidade de Aracruz, e regiões de impacto direto, para assegurar um ambiente urbano de qualidade tendo em vista seu alto potencial de crescimento.

Escopo

Planejamento integrado de longo prazo da região de influência do porto de Barra do Riacho, para assegurar a eficiência do sistema logístico e uma ocupação ordenada dos espaços disponíveis para o crescimento da cidade e alocação de atividades econômicas. Fortalecimento e preservação das culturas da região. Ampliação da capacidade de atendimento e diversificação da oferta de serviços de saúde. Ampliação da oferta de ensino técnico e superior.

Resultados

Seis Unidades Básicas de Saúde e duas Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação e formação profissional, cultura e logística, será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 44 – Desenvolvimento Urbano de Anchieta e Regiões de Impacto

Objetivo

Ordenar o crescimento da cidade de Anchieta e regiões de impacto direto, para assegurar um ambiente urbano de qualidade tendo em vista seu alto potencial de crescimento.

Escopo

Planejamento integrado de longo prazo da região de influência do porto de Ubu que será destino dos investimentos previstos para Anchieta e demais municípios (Guarapari, Piúma, Iconha, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, Marataýses e Itapemirim), de modo a assegurar uma ocupação ordenada dos espaços disponíveis para o crescimento das cidades e alocação das atividades econômicas. Ampliação da capacidade de prestação de serviços de saúde. Ampliação da oferta de ensino médio, profissionalizante e superior. Preservação histórico-cultural em Anchieta e Alfredo Chaves (Rota dos Imigrantes e Passos de Anchieta). Construção de contorno rodoviário. Equalização do risco de déficit hídrico na bacia do rio Benevente. Conservação da lagoa Maimbá.

Resultados

Dez Unidades Básicas de Saúde e quatro Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação e formação profissional, cultura, logística e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 45 – Rede de Cidades Serranas

Objetivo

Fortalecer a rede de cidades que compõem a região serrana – Sudoeste Serrana e Central Serrana – através de ações integradas de planejamento e intervenções que contribuam para o dinamismo econômico e sustentabilidade do desenvolvimento dos municípios.

Escopo

Criação de instrumentos legais para ocupação territorial tendo em vista a fragilidade ambiental. Melhoria e ampliação dos serviços de saúde em Venda Nova do Imigrante e Sta.Tereza. Ampliação e melhoria dos serviços de educação de nível técnico. Fortalecimento das manifestações culturais da região. Melhoria das condições de infra-estrutura de alcance inter e intra-regional. Ampliação da capacidade de transmissão de energia. Ampliação e integração da rede de fibra ótica. Desenvolvimento do agroturismo, agricultura orgânica, cafés especiais, fruticultura, avicultura e turismo. Conservação e recuperação das bacias dos rios Santa Maria e Jucú. Expansão do saneamento básico. Gestão integrada da coleta e destinação do lixo.

Resultados

Doze Unidades Básicas de Saúde e quatro Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação e formação profissional, cultura, logística, energia elétrica, desenvolvimento de APLs e cadeias produtivas e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 46 – Rede de Cidades de Caparaó

Objetivo

Fortalecer a rede de cidades que compõem a região de Caparaó, através de ações integradas de planejamento e intervenções que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

Escopo

Ampliação da oferta dos serviços de saúde e de educação de nível técnico e qualificação para o trabalho. Valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Melhoria das condições de infra-estrutura de conexão inter e intra-regional. Ampliação da capacidade de suprimento de energia e da rede de fibra ótica. Desenvolvimento do agroturismo, agricultura orgânica, aqüicultura, cafés especiais, fruticultura, turismo ecológico, de aventura e histórico-cultural. Conservação e recuperação das bacias do rio Itapemirim e Itabapoana e do entorno do Caparaó. Expansão do saneamento básico e gestão integrada da coleta e destinação de lixo.

Resultados

Doze Unidades Básicas de Saúde e quatro Unidades Regionais de Saúde implantadas até 2025.

Nota: A demanda por educação e formação profissional, logística, energia elétrica, desenvolvimento de APLs e cadeias produtivas e meio-ambiente será atendida por meio da execução de outros Grupos de Projetos.

Entidades responsáveis: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Saúde

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 47 – Expansão com Qualidade da Habitação Urbana

Objetivo

Reduzir o déficit e melhorar a qualidade das habitações.

Escopo

Planejamento das áreas de expansão urbana para fins habitacionais. Implantação de infra-estrutura e ordenamento urbano em áreas de ocupação. Criação de linhas de financiamento estadual em parceria com entidades financeiras federais e privadas.

Resultados

- 23 mil habitações construídas ou reformadas até 2010 (redução do déficit habitacional relativo para 8%);
- 66 mil habitações construídas ou reformadas até 2015 (redução do déficit habitacional relativo para 6%); e
- 135 mil habitações construídas ou reformadas até 2010 (redução do déficit habitacional relativo para 4%).

Entidade responsável: Secretaria Estadual de Infra-estrutura e dos Transportes/Companhia de Habitação do Espírito Santo

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

d. Governança e Sustentabilidade

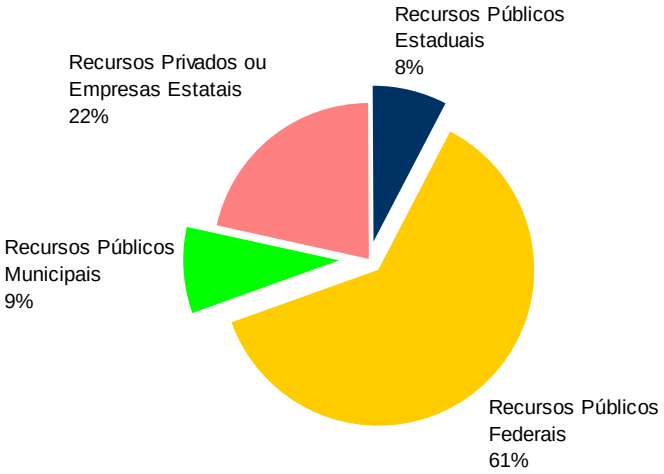
Os gerentes dos projetos de Desenvolvimento da Rede de Cidades deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. fortalecer a articulação institucional entre a administração estadual e os municípios para criar as condições propícias ao planejamento e gestão da rede de cidades;
2. fomentar a gestão integrada de territórios: planejamento e formulação de políticas e projetos de interesse compartilhado pelos municípios sob a lógica de espaços geoeconômicos e não apenas geopolíticos;
3. consolidar valores e princípios da governança democrática e fortalecer sistemas integrados de gestão do desenvolvimento urbano;
4. ampliar a capacidade de gestão por meio da capacitação de recursos humanos e da introdução das melhores práticas;
5. garantir a continuidade nas medições do Índice de Desenvolvimento Urbano e estabelecer uma base única para dar comparabilidade interestadual; e
6. fomentar a aplicação do Estatuto das Cidades.

e. Custos do Grupo de Projetos

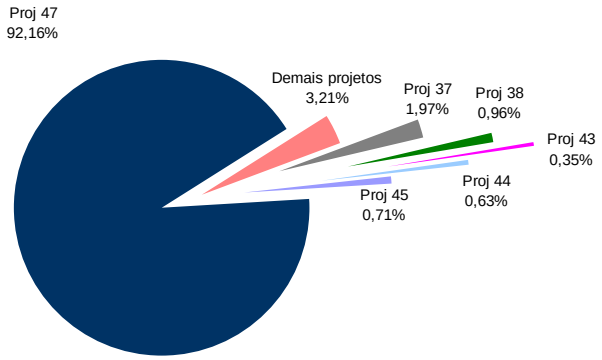
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



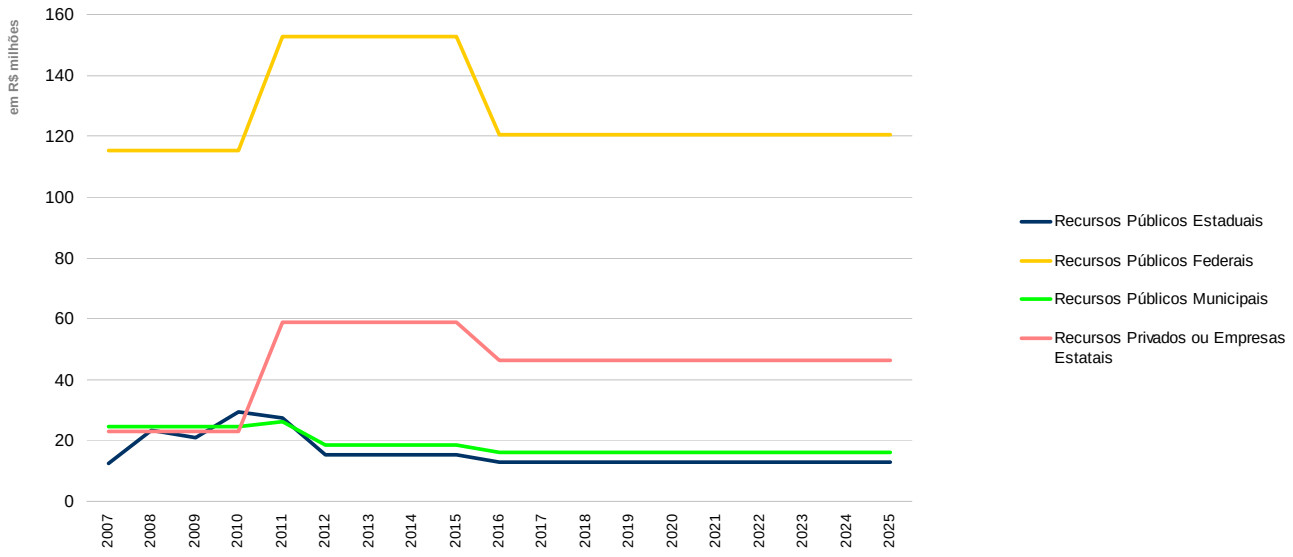
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

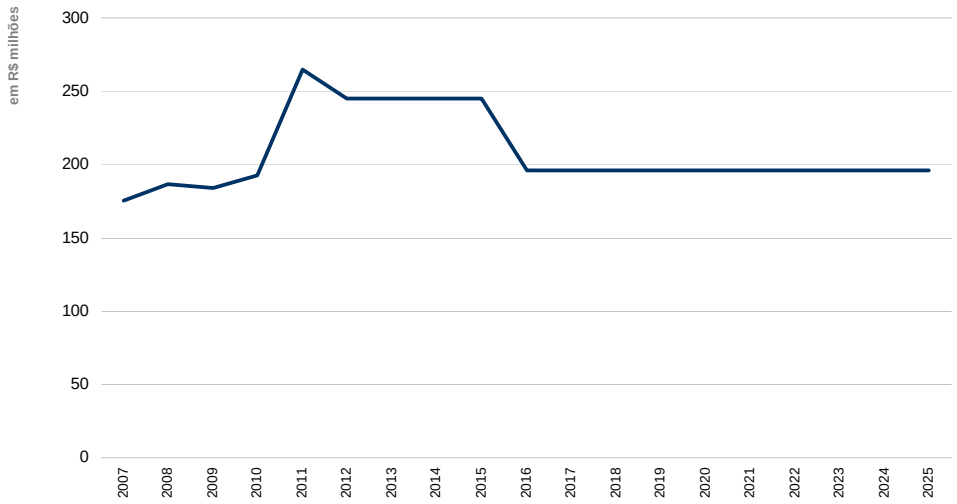
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

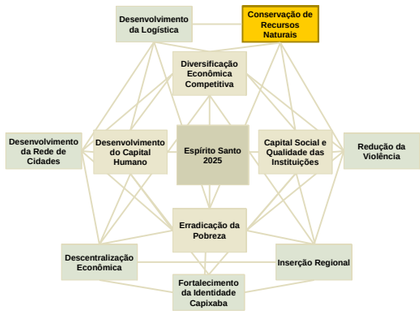
Fontes	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Recursos Públicos Estaduais	14,38	25,18	22,78	31,18	29,09	15,29	15,29	15,29	15,29	12,81
Recursos Públicos Federais	115,45	115,45	115,45	115,45	152,82	152,82	152,82	152,82	152,82	120,59
Recursos Públicos Municipais	22,80	22,80	22,80	22,80	24,43	18,43	18,43	18,43	18,43	15,95
Recursos Privados ou Empresas Estatais	23,09	23,09	23,09	23,09	58,78	58,78	58,78	58,78	58,78	46,38
Total	**175,72**	**186,52**	**184,12**	**192,52**	**265,11**	**245,31**	**245,31**	**245,31**	**245,31**	**195,72**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	12,81	**302,81**
Recursos Públicos Federais	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	120,59	**2.431,79**
Recursos Públicos Municipais	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	15,95	**357,81**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	46,38	**850,04**
Total	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**195,72**	**3.942,44**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	175,72	186,52	184,12	192,52	265,11	245,31	245,31	245,31	245,31	175,72
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Total	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	195,72	3.942,44



5.6 Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

Resultados Finalísticos

Resultados	2025
Universalização dos serviços de saneamento (água, esgoto e lixo adequadamente disposto)	
• Abastecimento de água	100%
• Coleta de esgoto urbano	90%
• Disposição de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários	90%
Enquadramento de bacias a Índices de Qualidade da Água IQA - BOM	100%
Percentual de cobertura vegetal nativa do Estado	16%

Grupo de Projetos

48. **Universalização do Saneamento**
49. **Conservação e Recuperação da Mata Atlântica**
50. Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
51. Expansão e Diversificação de Plantios Agroflorestais Comerciais
52. Gerenciamento de Resíduos Sólidos
53. Educação Ambienta
54. Conservação de Solos

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	104,60	106,10	106,35	56,35	57,45	57,30	58,80	60,80	62,80	64,80	65,30	52,80	52,80	52,80	52,80	2,80	2,80	2,80	2,80	1.025,85
Recursos Públicos Federais	3,80	3,80	6,30	56,30	57,30	58,30	59,80	61,80	63,80	65,80	66,30	53,80	53,80	53,80	53,80	3,80	3,80	3,80	3,80	737,50
Recursos Públicos Municipais	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	8,00
Recursos Privados ou Empresas Estatais	5,40	8,43	8,43	61,23	62,23	60,13	61,13	62,13	63,13	82,30	82,30	74,80	74,80	74,80	74,80	165,20	165,20	165,20	165,20	1.682,00
Doações Internacionais	3,00	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,00	3,00	3,00	3,00	72,00
Totais	117,20	122,59	125,34	178,14	181,24	179,99	183,99	188,99	193,99	217,15	218,15	185,65	185,65	185,65	185,65	175,20	175,20	175,20	175,20	3.525,35

a. Alcance Estratégico

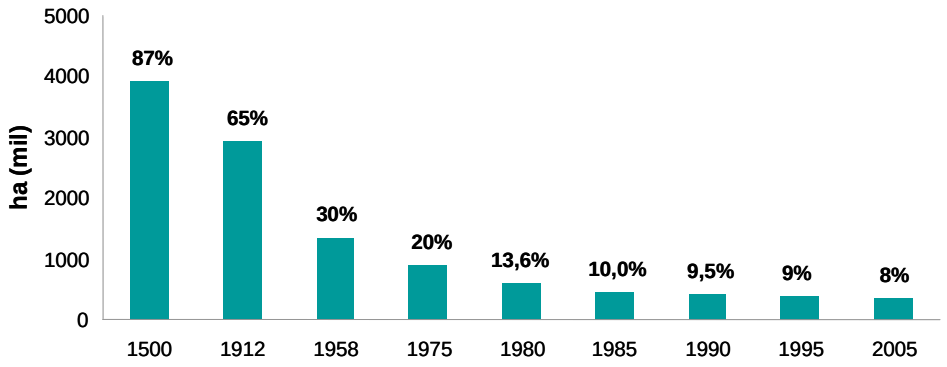
É visível, nos últimos 20 anos, o crescimento contínuo dos esforços de governos e empresas no sentido de conciliar a geração de riqueza e a obtenção de bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental. Por isso, é imperativo que as estratégias de desenvolvimento contemporâneas combinem os benefícios econômicos com a melhoria dos indicadores sócio-ambientais.

No caso do Espírito Santo, que experimentará um longo ciclo de crescimento econômico, a dinâmica não pode ser diferente. Nesse sentido, são cinco os desafios principais no campo ambiental cujo conteúdo deve fazer parte de sua estratégia de desenvolvimento:

1. Gerir os recursos hídricos de forma a garantir o suprimento de água de qualidade para consumo humano, atividades industriais e agricultura irrigada;

2. Conservar e recuperar a cobertura florestal nativa de Mata Atlântica no estado;

Evolução da Cobertura Florestal Natural do Espírito Santo



Fonte: IEMA

3. Mitigar os impactos do desenvolvimento industrial na qualidade ambiental;

4. Conciliar o desenvolvimento da agricultura com a conservação do solo; e

5. Destinação adequada dos resíduos sólidos.

A proposta contida neste grupo de projetos compreende iniciativas que enfrentam estes desafios, dando ênfase especial à universalização do saneamento, à implementação de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos que englobe todas as bacias hidrográficas, a um esforço vigoroso de conservação e recuperação da Mata Atlântica e ao equacionamento definitivo dos problemas relacionados ao tratamento e gestão de resíduos sólidos.

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2015	2025
Universalização dos serviços de saneamento (água, esgoto e lixo adequadamente disposto)			
• Abastecimento de água	93,4% (2000)	100%	100%
• Coleta de esgoto urbano	56% (2000)	73%	90%
• Disposição de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários	45,5% (2000)	67%	90%
Enquadramento de bacias a índices de qualidade da água IQA - BOM	60% (2002)	80%	100%
Percentual de cobertura vegetal nativa do estado	8% (2005)	12%	16%

c. Grupo de Projetos

48. Universalização do Saneamento

49. Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

50. Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

51. Expansão e Diversificação de Plantios Agroflorestais Comerciais

52. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

53. Educação Ambiental

54. Conservação de Solos

Projeto 48 – Universalização do Saneamento (âncora)

Objetivo

Universalizar o acesso aos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos urbanos em todo o estado.

Escopo

Aprimoramento do marco regulatório. Melhoria da eficiência dos prestadores de serviço. Continuidade do Projeto Águas Limpas.

Resultados

Universalização do acesso aos serviços de água e de coleta (30 a 90% em função do porte do município) e tratamento de esgotos (secundário e fossas sépticas) em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Companhia Espírito Santense de Saneamento e Prefeitura Municipais

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 49 – Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (âncora)

Objetivo

Manter, recuperar e ampliar a cobertura vegetal nativa de Mata Atlântica do estado, tendo em vista a manutenção de paisagens e *habitats* adequados para a conservação da biodiversidade e garantia do fluxo de serviços ambientais.

Escopo

Implantação do Corredor Central da Mata Atlântica. Criação e consolidação de Unidades de Conservação. Efetivação de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente em propriedades privadas. Recuperação de áreas degradadas.

Resultados

732 mil hectares de cobertura vegetal nativa preservada ou recuperada até 2025.

Entidade Responsável: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 50 – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Objetivo

Implantar um sistema de gestão de recursos hídricos, descentralizado e participativo, nos moldes da Lei 5.818/98.

Escopo

Implantação de um órgão gestor forte, comitês e agências de bacias hidrográficas. Implantação dos demais instrumentos de gestão: os Planos das Bacias Hidrográficas; o enquadramento dos corpos de água em classes; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; e o sistema de informações. Regularização dos usos significantes de água no estado, em integração com a ANA e cadastramento através do CNARH. Mapeamento Hidrogeológico. Estabelecimento de condições para o uso sustentável de águas subterrâneas.

Resultados

Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos implantado até 2010.

Entidade Responsável: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2010

Projeto 51 – Expansão e Diversificação de Plantios Agroflorestais Comerciais

Objetivo

Ampliar a área coberta por florestas plantadas, tanto em regime comercial quanto em regime agroflorestal.

Escopo

Otimização do desempenho produtivo do setor de florestas plantadas, incluindo o segmento de transformação industrial. Estabelecimento de incentivos aos setores agroflorestal, fruticultura e cultivo de palmeiras. Incentivo ao plantio de espécies nativas. Estímulo a ações de preservação de fragmentos de florestas remanescentes e recuperação espontânea das formações vegetais nativas.

Resultados

Aumentar a área reflorestada para 10% do território do estado até 2020.

Entidade Responsável: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2020

Projeto 52 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Objetivo

Equacionar a destinação e reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos, industriais e rurais.

Escopo

Adoção de um modelo de gestão, abrangendo todos os municípios e todos os empreendimentos geradores de resíduos sólidos. Construção de novos aterros sanitários. Educação ambiental. Implantação da coleta seletiva e reciclagem.

Resultados

- 90% de atendimento das áreas urbanas por coleta de lixo até 2025; e
- 90% dos resíduos sólidos urbanos dispostos em aterros.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos / Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Prefeituras Municipais

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2016

Projeto 53 - Educação Ambiental

Objetivo

Melhorar a percepção da sociedade em relação ao meio ambiente e às práticas de conservação de recursos naturais.

Escopo

Implementação da educação ambiental como disciplina obrigatória no ensino básico. Divulgação dos riscos da degradação ambiental e da relevância da conservação da natureza para a qualidade de vida das gerações presente e futuras. Disseminação de práticas e atividades extracurriculares, em todas as unidades de ensino, do infantil ao superior, públicas e privadas, em relação à conservação dos recursos naturais. Implantação de atividades de conservação ambiental em todas as unidades do setor público. Disseminar os princípios de conservação dos recursos naturais junto ao setor produtivo.

Resultados

8 mil pessoas capacitadas em educação ambiental até 2025.

Nota: Capacitação dos docentes da educação básica, dos agentes de saúde, dos agentes ambientais e membros de Organizações Não Governamentais dedicadas à conservação do meio ambiente.

Entidade Responsável: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Prefeituras Municipais

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 54 – Conservação de Solos

Objetivo

Orientar o manejo adequado dos solos para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento das atividades econômicas em nível local.

Escopo

Estruturação do inventário pedológico do estado. Identificação das áreas de grande susceptibilidade à erosão. Organização de dados e informações sobre pedologia e uso e ocupação do solo. Adoção de práticas conservacionistas e de recuperação de solos degradados.

Resultados

Reduzir em 30% a área degradada até 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

d. Governança e Sustentabilidade

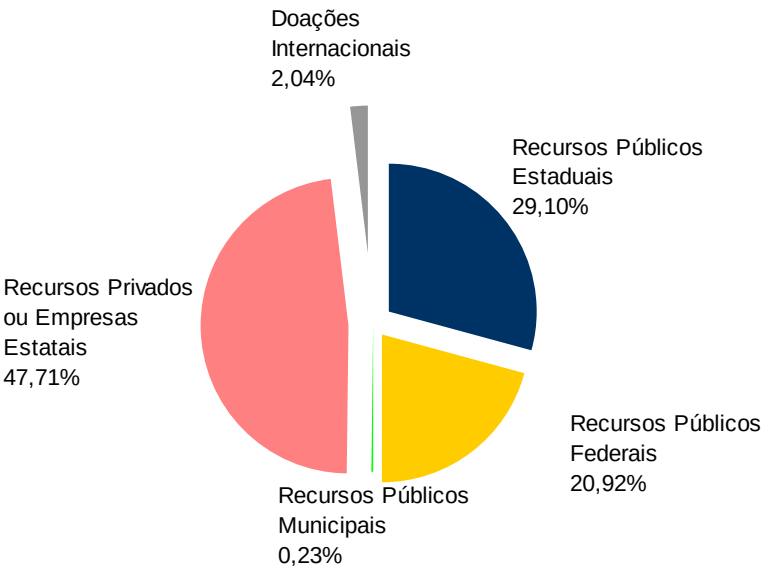
Os gerentes dos projetos de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. promover a educação ambiental e sensibilização da população capixaba;
2. estabelecer parcerias com os estados vizinhos para gestão de recursos hídricos e recuperação e conservação de cobertura florestal nativa;
3. estimular a adoção de práticas de eco-eficiência e reciclagem no meio industrial e agropecuário;
4. aumentar a base de conhecimento em temas de interesse para a conservação dos recursos naturais por meio da ampliação do acervo de informações sobre o patrimônio natural e ecológico capixaba;
5. implantar sistemas de monitoramento da qualidade ambiental e da conservação de recursos naturais;
6. estimular a aplicação do manejo sustentável e da certificação ambiental;
7. atrair investimentos privados para projetos de conservação de recursos naturais; e
8. aproveitar as oportunidades geradas pelo mercado de créditos de carbono.

e. Custos do Grupo de Projetos

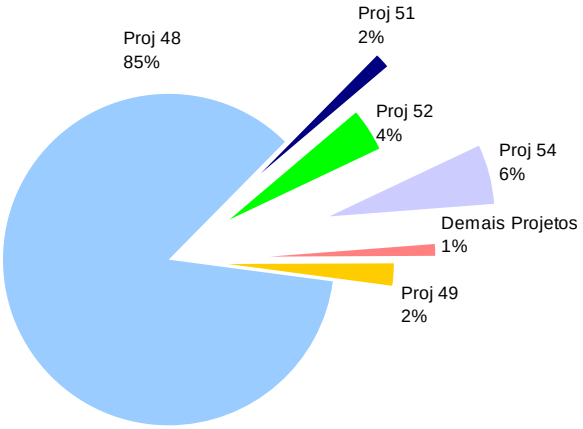
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



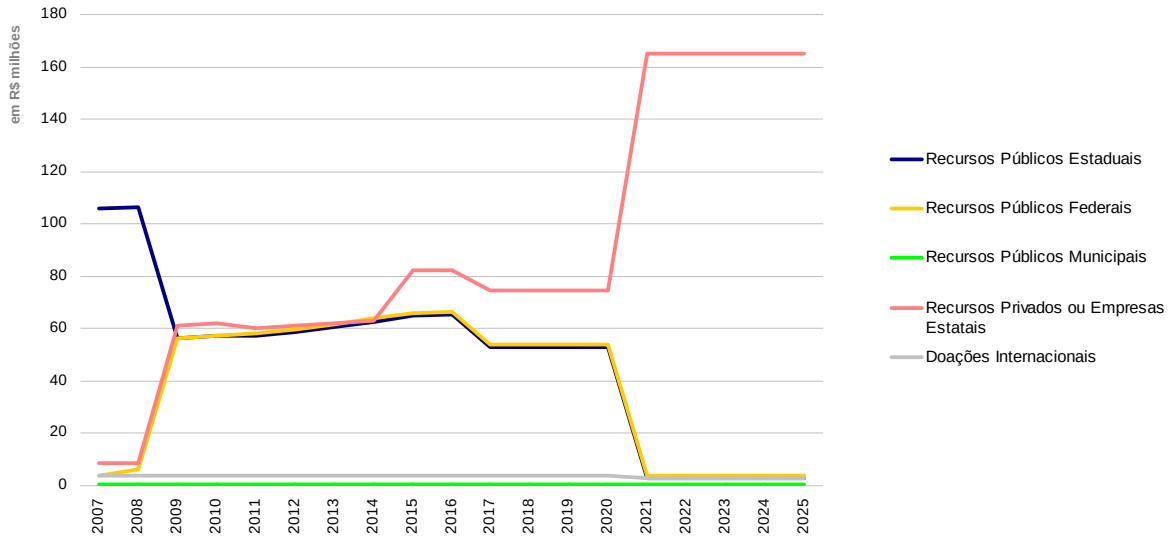
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

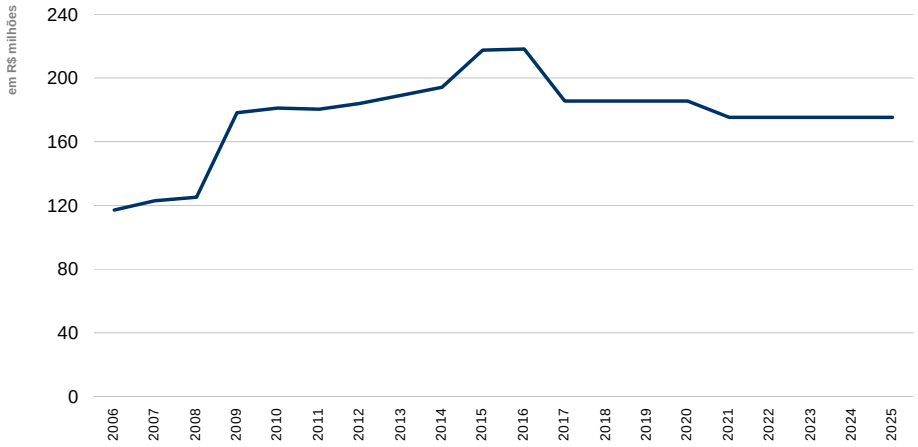


(em R$ milhões)

Fontes	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Recursos Públicos Estaduais	104,60	106,10	106,35	56,35	57,45	57,30	58,80	60,80	62,80	64,80	65,30
Recursos Públicos Federais	3,80	3,80	6,30	56,30	57,30	58,30	59,80	61,80	63,80	65,80	66,30
Recursos Públicos Municipais	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
Recursos Privados ou Empresas Estatais	5,40	8,43	8,43	61,23	62,23	60,13	61,13	62,13	63,13	82,30	82,30
Doações Internacionais	3,00	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86	3,86
Total	**117,20**	**122,59**	**125,34**	**178,14**	**181,24**	**179,99**	**183,99**	**188,99**	**193,99**	**217,15**	**218,15**

Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	52,80	52,80	52,80	52,80	2,80	2,80	2,80	2,80	2,80	**1025,85**
Recursos Públicos Federais	53,80	53,80	53,80	53,80	3,80	3,80	3,80	3,80	3,80	**737,50**
Recursos Públicos Municipais	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40	**8,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	74,80	74,80	74,80	74,80	165,20	165,20	165,20	165,20	165,20	**1682,00**
Doações Internacionais	3,86	3,86	3,86	3,86	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	**72,00**
Total	**185,65**	**185,65**	**185,65**	**185,65**	**175,20**	**175,20**	**175,20**	**175,20**	**175,20**	**3525,35**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	117,20	122,59	125,34	178,14	181,24	179,99	183,99	188,99	193,99	217,15
	2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Total	218,15	185,65	185,65	185,65	185,65	175,20	175,20	175,20	175,20	175,20

5.7 Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica

Resultados Finalísticos

Resultados	2025
Aumentar o número de setores da economia responsáveis por 90% do PIB capixaba.	35
Melhorar a posição do Ranking Estadual de Intensidade de Valor das Exportações (US$ FOB)	5º
Melhorar a posição do Espírito Santo no Ranking de Competitividade Estadual	5°

Grupo de Projetos

55. **Promoção e Atração de Investimentos**
56. Qualificação de Mão-de-Obra para os Setores Produtivos
57. Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores
58. Tecnologia e Inovação
59. Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Setor Petróleo e Gás Natural
60. Implantação do Pólo Gás-Químico do Espírito Santo
61. Implantação do Pólo Siderúrgico em Anchieta
62. Implantação de Unidades de Ferro-Esponja Briquetado e Aciaria
63. Implantação de Unidades de Laminação a Frio e Galvanização
64. Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia
65. Geração de Energia Elétrica
66. Desenvolvimento de Indústria Naval
67. APL Metal-mecânico

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

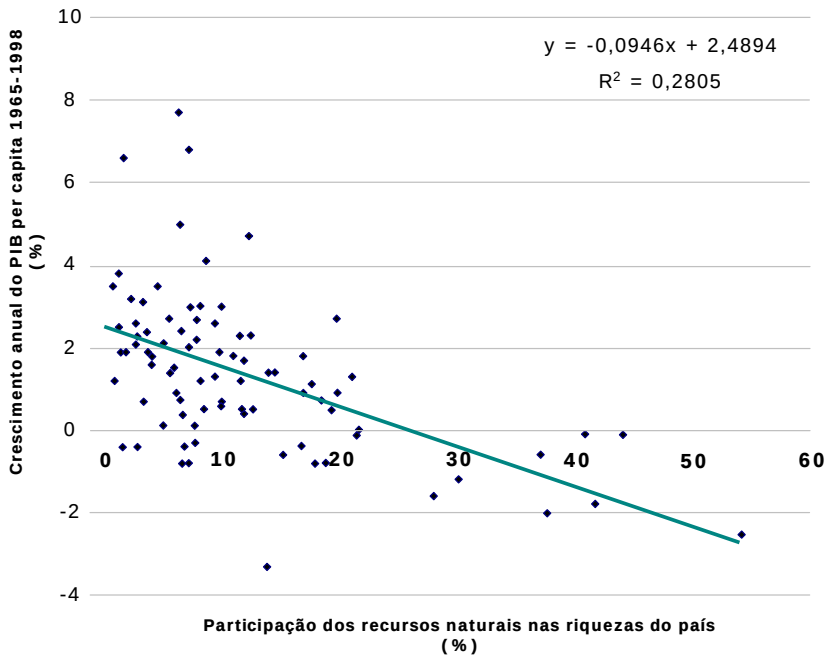
(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	30,30	61,20	71,32	82,43	100,86	109,41	125,06	142,74	162,17	183,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**1.068,99**
Recursos Públicos Federais	46,30	49,76	58,06	68,32	80,39	96,12	113,34	132,79	154,16	177,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**976,87**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados	2.887,30	3.464,58	3.698,67	3.715,76	4.153,31	822,72	1.011,50	549,38	932,70	798,29	440,00	440,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**23.354,22**
Total	**2.963,90**	**3.575,55**	**3.828,05**	**3.866,51**	**4.334,56**	**1.028,25**	**1.249,91**	**824,91**	**1.249,03**	**1.159,41**	**440,00**	**440,00**	**440,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.400,08**

a. Alcance Estratégico

A economia capixaba é ainda altamente especializada na produção de *commodities*. Esta característica, presente no ciclo do café, foi mantida durante o período de industrialização, e tende naturalmente a ser reforçada com a forte expansão esperada dos setores petrolífero e siderúrgico.

Relação entre crescimento econômico e base de recursos naturais



Fonte: Thorvaldur Gylfalson, Natural Resources, Education and Development, 2000

Embora se constitua em sólida base para o desenvolvimento econômico, a abundância de recursos naturais não implica, necessariamente, em benefícios relevantes diretos para a sociedade como um todo. A experiência internacional evidencia diversas nações ricas em recursos naturais que não conseguem transformar as suas riquezas em condições de bem-estar duradouro para a população. Há, entretanto, exceções: países que aplicaram em educação, conhecimento e diversificação econômica os recursos gerados pela exploração e beneficiamento de seu capital natural.

Tais constatações advindas da experiência internacional tornam imperativas estratégias específicas neste campo, para que os benefícios deste novo ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo sejam compartilhados pela sociedade como um todo. Além de expandir os setores minero-siderúrgico, petrolífero, de papel e celulose, rochas ornamentais e café, há agora a necessidade de canalizar esforços no sentido de aumentar o valor agregado da produção, adensar as cadeias produtivas e ampliar o grau de diversificação da estrutura produtiva local.

Dessa forma, os principais desafios do Espírito Santo para os próximos 20 anos na órbita econômica consistem em (i) empreender a atração agressiva de novos investimentos, (ii) conquistar uma transformação radical da qualidade de seu capital humano, e (iii) ampliar sua capacidade de inovação tecnológica, de modo coerente com a evolução da economia do conhecimento que se desenha em escala mundial.

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2015	2025
Aumentar o número de setores da economia responsáveis por 90% do PIB capixaba.	19 (2003)	25	35
Melhorar a posição do Ranking Estadual de Intensidade de Valor das Exportações (US$ FOB)	7º (2005)	6º	5º
Melhorar a posição do Espírito Santo no Ranking de Competitividade Estadual	9° (2003)	8º	5°

c. Grupo de Projetos

55. Promoção e Atração de Investimentos

56. Qualificação de Mão-de-Obra para os Setores Produtivos

57. Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores

58. Tecnologia e Inovação

59. Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Setor Petróleo e Gás Natural

60. Implantação do Pólo Gás-Químico do Espírito Santo

61. Implantação do Pólo Siderúrgico em Anchieta

62. Implantação de Unidades de Ferro-Esponja Briquetado e Aciaria

63. Implantação de Unidades de Laminação a Frio e Galvanização

64. Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia

65. Geração de Energia Elétrica

66. Desenvolvimento de Indústria Naval

67. APL Metal-mecânico

Projeto 55 – Promoção e Atração de Investimentos (âncora)

Objetivo

Intensificar a atividade de promoção e atração de investimentos segundo uma estratégia caracterizada por seletividade, agressividade e articulação.

Escopo

Atuação na promoção e atração de investimentos levando em consideração: (i) a diversificação da economia em setores coerentes com as potencialidades do Estado; (ii) a agregação de valor à produção em setores existentes ou novos; (iii) o adensamento das cadeias produtivas existentes e futuras; e (iv) a interiorização do desenvolvimento, a inserção regional e a conservação de recursos naturais.

Resultados

- Atingir um volume anual de investimentos privados equivalente a 1% do PIB Estadual, até 2010; e
- Atingir um volume de investimentos em setores que não sejam atualmente os principais setores econômicos do estado[5] equivalente a 30% do volume total de investimentos privados do ES, até 2010.

Entidade Responsável: Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2010

[5] Os atuais principais setores econômicos do estado do ES são: Papel e Celulose, Siderurgia, Ferro Gusa e Ferro Ligas, Extração de Minério de Ferro, Produtos de Minerais não Metálicos, Petróleo e Gás Natural, Transporte e Armazenagem, Agropecuária, Construção Civil, Fabricação de Máquinas e Equipamentos, Abate e preparação de produtos de Carne e Pescado, Processamento, preservação e produção de Conservas de Frutas, Legumes e outros vegetais, Administração Pública, Aluguéis e Comércio.

Projeto 56 – Qualificação de Mão-de-Obra para os Setores Produtivos

Objetivo

Prover o setor produtivo capixaba de mão-de-obra qualificada de acordo com o crescimento esperado da demanda.

Escopo

Fortalecimento e ampliação do QualificaES, incluindo a identificação de demandas prospectivas das cadeias produtivas do estado, articulação dos principais agentes de formação profissional, viabilização de financiamentos, participação ativa das empresas para assegurar a qualidade da formação da mão-de-obra e a avaliação de resultados e impactos.

Resultados

Ofertar 1.000 vagas anuais em cursos médio e pós-médio, no período 2007-2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2010

Projeto 57 –Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores

Objetivo

Capacitar e qualificar fornecedores locais para atendimento das demandas das empresas instaladas no Estado, inclusive dos arranjos produtivos locais e do setor público visando ao aumento do conteúdo local e a inserção competitiva em novos mercados.

Escopo

Desenvolver e qualificar fornecedores, incluindo a identificação das demandas atuais e futuras para bens e serviços junto às cadeias produtivas, aos APLs e ao Setor Público. Caracterização da demanda por Tecnologia Industrial Básica (normalização técnica, certificação da qualidade, metrologia e propriedade intelectual) e *Design* para desenvolvimento de fornecedores. Adequação da infra-estrutura tecnológica por meio da articulação de empresas com universidades, institutos e agências de fomento.

Resultados

Atingir 1.600 empresas qualificadas em 2015.

Entidade Responsável: Federação das Indústrias do Espírito Santo

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2015

Projeto 58 – Tecnologia e Inovação

Objetivo

Ampliar a capacidade de inovação do setor produtivo capixaba para aumento da competitividade.

Escopo

Ampliação da capacidade local de formulação e gestão de projetos de desenvolvimento tecnológico. Ampliação da capacidade de captação de recursos de financiamento oriundos de agências e empresas. Expansão e melhoria da infra-estrutura tecnológica capixaba com ênfase em recursos humanos e redes de laboratórios. Execução de projetos para atendimento da demanda do setor produtivo, tendo em vista a agregação de valor. Estímulo à realização de projetos de desenvolvimento tecnológico pelas empresas.

Resultados

Atingir a 1,0% do PIB estadual em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no Estado em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2025

Projeto 59 – Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Setor Petróleo e Gás Natural

Objetivo

Desenvolver a cadeia produtiva do setor petróleo e gás natural no estado.

Escopo

Investimentos das operadoras no setor, especialmente da Petrobras. Intensificação dos esforços em prospecção. Desenvolvimento da produção dos campos *off-shore*: Peroá-Cangoá, Golfinho e Canapú, Parque das Baleias, Parte leste do Bloco BC-60, Bloco BC-10, e outras descobertas. Produção terrestre. Implantação de um novo terminal de operações off-shore em Ubu/Anchieta e da nova sede administrativa da Petrobras em Vitória. Implantação de gasodutos para escoamento da produção das plataformas e de plantas de tratamento e processamento de gás natural. Implantação do GASENE – trechos Cacimbas-Vitória, Cabiúnas-Vitória e Cacimbas-Catu. Desenvolvimento dos fornecedores locais de bens e serviços.

Resultados

- Investimentos da Petrobras de R$ 13 bilhões, no período 2006-2010, em Exploração e Produção; e
- Investimentos de outras Operadoras de R$ 1,3 bilhão, no período 2006-2010, em Exploração e Produção.

Entidade Responsável: Petrobras e Operadoras

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2010

Projeto 60 – Implantação do Pólo Gás-Químico do Espírito Santo

Objetivo

Implantar Pólo Gás-Químico no Espírito Santo, visando a agregação de valor ao gás natural produzido no estado.

Escopo

Realização de estudos de viabilidade e promoção de investimentos. Implantação de um Pólo Gás-Químico no estado para produção de metanol, amônia, uréia e produtos derivados.

Resultados

Plantas de Metanol e derivados implantadas em 2012, e Plantas de Amônia e derivados em 2014.

Entidade Responsável: Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2008

Término: 2014

Projeto 61 – Implantação do Pólo Siderúrgico em Anchieta

Objetivo

Instalar, no Município de Anchieta, um novo complexo siderúrgico.

Escopo

Instalação de uma usina siderúrgica para 4 milhões de toneladas anuais de placas, três usinas de pelotização e uma termoelétrica. Ampliação do Porto de Ubu.

Resultados

Pólo Siderúrgico implantado em 2018.

Entidade Responsável: Companhia Vale do Rio Doce

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2014

Término: 2018

Projeto 62 – Implantação de Unidades Ferro-Esponja Briquetado e Aciaria

Objetivo

Implantar unidades de produção de ferro-esponja briquetado e aciaria, para agregação de valor à cadeia minero-siderúrgica.

Escopo

Instalação de uma unidade de ferro-esponja para 1,2 milhões de toneladas anuais, uma aciaria produtora de aços longos e uma termoelétrica.

Resultados

Complexo implantado em 2015.

Entidade Responsável: Companhia Vale do Rio Doce

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2008

Término: 2015

Projeto 63 – Implantação de Unidade de Laminação a Frio e Galvanização

Objetivo

Implantar, na Região Metropolitana da Grande Vitória, novas unidades de laminação a frio e de galvanização para ampliação de capacidade e agregação de valor à produção.

Escopo

Instalação de unidades para produção de laminados a frio e para produção de galvanizados, em um total de 1,3 milhões de toneladas anuais.

Resultados

Complexo implantado em 2015.

Entidade Responsável: Companhia Siderúrgica de Tubarão (Arcelor)

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2012

Projeto 64 – Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia

Objetivo

Incrementar, de forma integrada com os estados limítrofes (BA, MG e RJ), a produção de álcool e biodiesel no Espírito Santo, priorizando as regiões socialmente deprimidas.

Escopo

Expansão da capacidade de produção de álcool derivado da cana-de-açúcar no estado. Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social para a produção de álcool e biodiesel (mamona, soja, algodão e girassol) derivado de outras biomassas em solos pobres. Elaboração de projetos para aproveitamento de "créditos de carbono".

Resultados

Elaborar estudo de pré-viabilidade técnica e econômica para a produção de álcool e biodiesel em 2007.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2007

Projeto 65 – Geração de Energia Elétrica

Objetivo

Expandir a capacidade de geração de energia elétrica no estado.

Escopo

Implantação de unidades de geração e cogeração de energia elétrica.

Resultados

Aumento da capacidade de geração em 1,5 milhão de MW com a construção de duas (2) usinas termoelétricas, até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2010

Projeto 66 – Desenvolvimento da Indústria Naval

Objetivo

Ampliar a capacidade da construção naval.

Escopo

Implantação de estaleiros de construção naval no estado.

Resultados

Estaleiro implantado em Barra do Riacho até 2010.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2010

Projeto 67 – APL Metal-mecânico

Objetivo

Melhorar a capacidade competitiva do arranjo produtivo, com ênfase na qualificação de pessoal, capacitação tecnológica e melhoria da governança.

Escopo

Qualificação da mão-de-obra. Capacitação empresarial/gerencial. Qualificação das empresas para atuação no setor de petróleo e gás. Desenvolvimento do segmento de máquinas e equipamentos para os setores de mármore e granito e florestal-moveleiro. Fortalecimento do Cedemec para atuar em desenvolvimento tecnológico e inovação. Ampliação dos Contratos de Competitividade do Compete-ES.

Resultados

Aumentar a quantidade de empregos formais do setor metal-mecânico do Espírito Santo de 23.235 em 2004 para 40,8 mil em 2015; e 77.830 em 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Situação atual: Em andamento

Prazo: Termino: 2015

d. Governança e Sustentabilidade

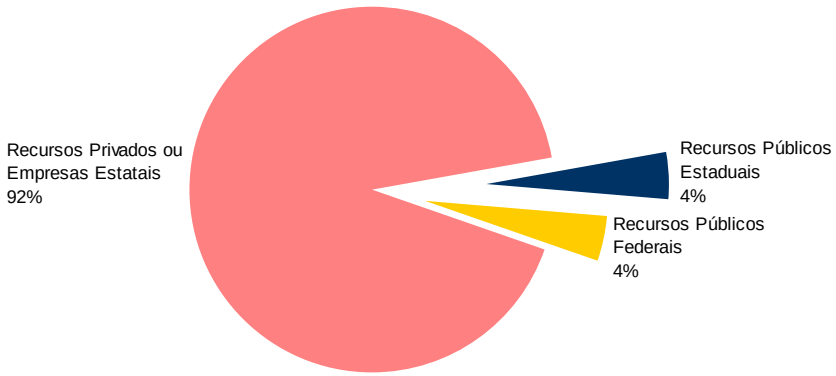
Os gerentes dos projetos de Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. assegurar capacidade técnica, flexibilidade administrativa e autonomia operacional à entidade responsável pela promoção de investimento, para enfrentar o ambiente extremamente competitivo dessa atividade;
2. zelar pela ampliação das condições sistêmicas de competitividade (ambiente institucional e regulatório local, segurança das pessoas e patrimônio, desburocratização e agilização dos processos de licenciamento ambiental);
3. manter elevada cooperação entre empresas, universidades, institutos tecnológicos e governo, visando o aumento da competitividade;
4. buscar a excelência em gestão como fator decisivo para a competitividade do setor produtivo capixaba;
5. estimular a interação entre empresas, universidade, institutos tecnológicos e entidades de governo e suas congêneres internacionais, para criar um ambiente propício à inserção Internacional da economia capixaba;
6. considerar, nas estratégias de competitividade, a empresa como o *locus* da inovação tecnológica, estimulando-as a assumir liderança e os riscos do processo de geração de tecnologia, bem como uma postura cooperativa com a infra-estrutura de ciência, tecnologia e inovação - CT&I;
7. estimular o setor de CT&I a buscar forte integração com as empresas, de modo a orientar suas ações prioritariamente para as demandas do setor produtivo; e
8. estimular a atuação das empresas e entidades empresariais na qualificação de mão-de-obra por meio da prospecção de demandas.

e. Custos do Grupo de Projetos

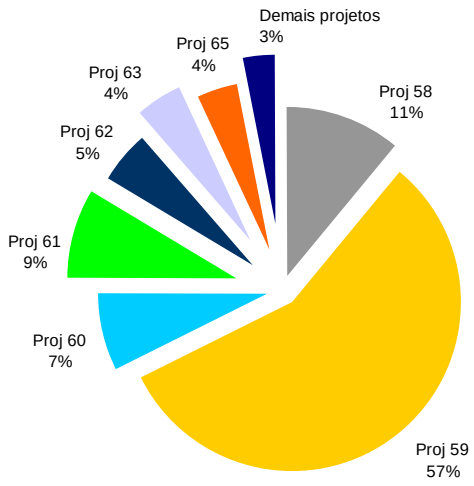
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

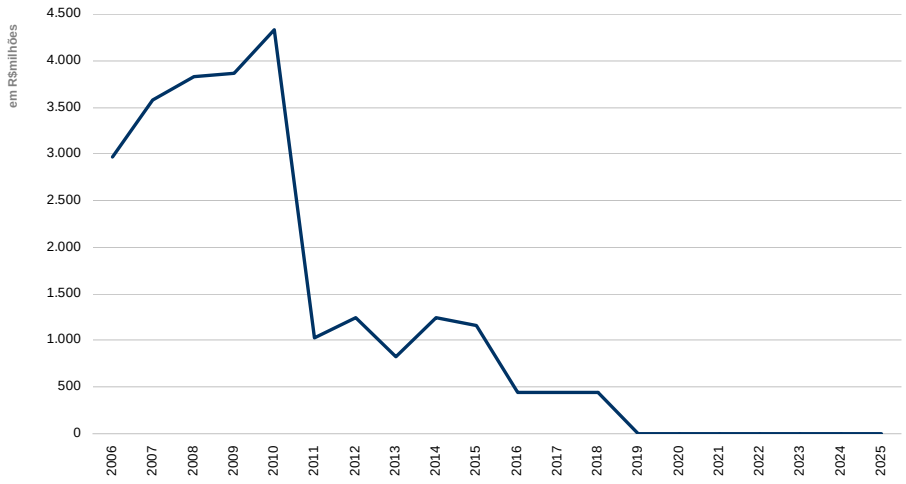
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

(em R$ milhões)

Fontes	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**
Recursos Públicos Estaduais	30.30	61.20	71.32	82.43	100.86	109.41	125.06	142.74	162.17	183.50
Recursos Públicos Federais	46.30	49.76	58.06	68.32	80.39	96.12	113.34	132.79	154.16	177.62
Recursos Públicos Municipais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Recursos Privados ou Empresas Estatais	2887.30	3464.58	3698.67	3715.76	4153.31	822.72	1011.50	549.38	932.70	798.29
Total	**2.963.**	**3.575.**	**3.828.**	**38.66.**	**4334.5**	**1.028.2**	**1249.9**	**824.91**	**1249.0**	**11.59.41**

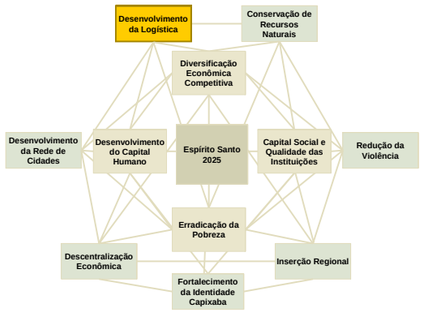
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**1.068.99**
Recursos Públicos Federais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**976.87**
Recursos Públicos Municipais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**0.00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	440.00	440.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	**23.354.22**
Total	**440.00**	**440.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**25.400.08**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	117,20	122,59	125,34	178,14	181,24	179,99	183,99	188,99	193,99	217,15
	2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Total	218,15	185,65	185,65	185,65	185,65	175,20	175,20	175,20	175,20	175,20



5.8 Desenvolvimento da Logística

Resultados Finalísticos

Resultados
Implantação do Porto de Barra do Riacho para carga geral até 2010
Duplicação da BR 101 – trecho da divisa com a Bahia e Rio Bonito/RJ até 2015
Adequação e duplicação da BR 262 – trecho entre Vitória e Belo Horizonte até 2015
Implantação da Ferrovia Litorânea Sul até 2009
Implantação do Ramal ferroviário norte até 2025
Ampliação do corredor ferroviário Centro-Leste até 2015

Grupo de Projetos

68. **Desenvolvimento do Porto Barra do Riacho**
69. Adequação do Porto de Vitória
70. Desenvolvimento do Porto de Ubu
71. Eixo Longitudinal Litorâneo
72. Eixo Longitudinal Interiorano
73. Adequação de capacidade da BR 262
74. Eixos Transversais
75. Eixos Diagonais
76. Ferrovia Litorânea Sul
77. Adequação do Corredor Centro-Leste
78. Implantação de Ramal Ferroviário Norte
79. Terminal de Carga Aérea
80. Transporte e Distribuição de Gás Natural

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	116,32	246,65	390,97	246,65	232,65	11,65	23,29	34,94	23,29	23,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**1349,69**
Recursos Públicos Federais	570,00	1000,51	1115,11	770,07	757,07	229,73	459,46	689,18	459,46	459,46	38,45	76,90	115,35	76,90	76,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**6.894,55**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	41,00	1653,79	2723,39	238,79	61,99	0,00	0,00	0,00	0,00	186,00	211,00	238,00	410,80	385,80	385,80	335,80	336,80	186,00	186,00	188,00	**7768,95**
Total	**727,32**	**2900,95**	**4229,47**	**1255,51**	**1051,71**	**241,37**	**482,75**	**724,12**	**482,75**	**668,75**	**249,45**	**314,90**	**526,15**	**462,70**	**462,70**	**335,80**	**336,80**	**186,00**	**186,00**	**188,00**	**16.013,19**

a. Alcance Estratégico

A difusão dos avanços tecnológicos, tanto no ramo de produtos quanto em processos, tem conferido crescente importância à questão da eficiência logística como vantagem competitiva de empresas e sistemas produtivos. Por esta razão, espaços econômicos que dispõem de logística avançada têm uma capacidade maior de atrair investimentos e de ampliar a capacidade competitiva de suas empresas.

Em quantidade (toneladas), o Espírito Santo ocupa posição de destaque no fluxo de comércio exterior do Brasil, sendo a 2ª maior porta de saída de mercadorias em direção ao mercado internacional. Entretanto, quando considerado o valor exportado, apenas 9% é escoado por intermédio do sistema logístico capixaba. Trata-se, portanto, de um sistema logístico destinado à produção e comercialização de *commodities*: o valor da tonelada exportada pelos portos do estado é cerca de 10% do valor comercializado através do porto de Santos.

Nesse sentido, o terceiro ciclo de desenvolvimento capixaba trará desafios importantes para a expansão e adequação do sistema logístico, com destaque para os seguintes:

- O sistema deverá se expandir para atender tanto as demandas reprimidas atuais quanto aquelas que decorrerão dos novos investimentos previstos;
- O aumento do valor agregado da produção e a diversificação econômica demandarão o atendimento a novos requisitos de desempenho da logística, como intermodalidade, elevada qualidade dos serviços, baixo tempo de deslocamento para movimentação de cargas e custos decrescentes, dentre outros fatores;
- A integração regional e a inserção global das unidades produtivas sediadas no estado também requerem um atendimento logístico de alta qualidade, uma vez que as principais cadeias produtivas do estado têm caráter regional e vocação internacional; e
- A estratégia de longo prazo do estado contempla um movimento de visível interiorização do desenvolvimento. Nesse sentido, os APLs, vetores do processo de desconcentração econômica, requererão serviços logísticos cada vez mais ágeis e adequação da infra-estrutura existente. Além disso, o estímulo à configuração de uma rede de cidades equilibrada também terá na logística um de seus elementos de suporte e viabilização.

Os projetos que compõem este grupo decorrem de uma análise sistêmica da infra-estrutura de transporte e dos serviços logísticos que vão além dos limites territoriais do estado. Esta abordagem tem por objetivo galgar um novo patamar de logística em direção a produtos de maior valor agregado. Busca, com isso, dotar o estado de recursos que assegurem maior conectividade endógena, inter-regional e junto ao mercado global.

b. Resultados Finalísticos

Resultados
Implantação do Porto de Barra do Riacho para carga geral até 2010
Duplicação da BR 101 – trecho da divisa com a Bahia e Rio Bonito/RJ até 2015
Adequação e duplicação da BR 262 – trecho entre Vitória e Belo Horizonte até 2015
Implantação da Ferrovia Litorânea Sul até 2009
Implantação do Ramal ferroviário norte até 2025
Ampliação do corredor ferroviário Centro-Leste até 2015

c. Grupo de Projetos

68. Desenvolvimento do Porto Barra do Riacho

69. Adequação do Porto de Vitória

70. Desenvolvimento do Porto de Ubu

71. Eixo Longitudinal Litorâneo

72. Eixo Longitudinal Interiorano

73. Adequação de capacidade da BR 262

74. Eixos Transversais

75. Eixos Diagonais

76. Ferrovia Litorânea Sul

77. Adequação do Corredor Centro-Leste

78. Implantação de Ramal Ferroviário Norte

79. Terminal de Carga Aérea

80. Transporte e Distribuição de Gás Natural

Projeto 68 – Desenvolvimento do Porto Barra do Riacho (âncora)

Objetivo

Ampliar a capacidade de operação de carga geral, carga frigorificada e granéis líquidos do Complexo Portuário Capixaba.

Escopo

Implantar infra-estrutura para operação de carga geral, frigorificada e de granéis líquidos. Construção de vias de acesso. Planejamento da retro-área e área de influência.

Resultados

Instalações portuárias implantadas até 2009.

Entidade responsável : Companhia Docas do Espírito Santo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2009

Projeto 69 – Adequação do Porto de Vitória

Objetivo

Adequar o Porto de Vitória à sua plena capacidade operacional.

Escopo

Melhoria do acesso rodoviário via Vitória. Implantação de acesso interligando o porto ao contorno de Vitória (BR 447). Adequação do cais comercial para operações de embarque e desembarque de cargas em cais flutuante. Ampliação do cais do berço 201 e integração aos *dolfins*. Adequação do atracadouro de *dolfins* para embarcações de grãos. Adequação dos cais 202 e 201 com equipamentos de alta produtividade para movimentação de cargas. Implantação de serviços logísticos na retro-área de Capuaba. Ampliação do cais de operacionalização de ferro-gusa. Implantação de acesso do terminal de Paú à retro-área de Capuaba. Remoção do maciço do Atalaia para posterior criação de um pátio de movimentação de cargas.

Resultados

Instalações portuárias ampliadas e adequadas até 2010.

Entidade responsável: Companhia Docas do Espírito Santo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2010

Projeto 70 – Desenvolvimento do Porto de Ubu

Objetivo

Ampliar a capacidade do Porto de Ubu.

Escopo

Implantação de terminais para atendimento da demanda advinda dos setores minero-siderúrgico e de rochas ornamentais.

Resultados

Porto e acessos implantados até 2015.

Entidade responsável: Companhia Docas do Espírito Santo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 71 – Eixo Longitudinal Litorâneo

Objetivo

Aumentar a integração da região litorânea do Espírito Santo com os demais estados da costa leste brasileira.

Escopo

Duplicação da BR 101 no trecho entre Rio Bonito (RJ) e Linhares. Adequação de capacidade no trecho entre Linhares e a divisa com a Bahia. Implantação de contorno em todas as cidades que se configuram como travessias urbanas.

Resultados

Rodovia BR 101 duplicada no trecho entre Rio Bonito (RJ) e Linhares e adequada sua capacidade no trecho entre Linhares e a divisa com a Bahia.

Contorno em todas as cidades que se configuram como travessias urbanas implantado.

Entidade responsável: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2020

Projeto 72 – Eixo Longitudinal Interiorano

Objetivo

Aumentar o grau de integração das regiões do oeste do estado, favorecendo a interiorização do desenvolvimento.

Escopo

Implantação de ligação rodoviária contínua entre Bom Jesus do Norte, na divisa com o Rio de Janeiro, passando por Nanuque, na divisa com Minas Gerais, até a divisa com a Bahia. Interligação, de norte a sul, de toda a porção oeste do território capixaba.

Resultados

Ligação rodoviária contínua entre Bom Jesus do Norte e divisas com Minas Gerais e Bahia implantada até 2015.

Entidade responsável: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Espírito Santo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 73 – Eixos Transversais

Objetivo

Aumentar a integração entre o interior do estado e o litoral; ampliar as conexões com o estado de Minas Gerais.

Escopo

São previstos seis eixos transversais:

- Eixo transversal Sul;
- Eixo transversal Sul Serrano;
- Eixo Transversal Centro Norte;
- Eixo Transversal Rio Doce; e
- Eixo Transversal Norte.

Resultados

Seis eixos transversais implantados até 2020.

Entidade responsável: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Espírito Santo

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2020

Projeto 74 – Adequação de Capacidade da BR 262

Objetivo

Aumentar o grau de integração entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo por meio de maior aproximação entre suas capitais.

Escopo

Duplicação do trecho entre Venda Nova do Imigrante e Vitória e adequação de capacidade até Belo Horizonte (MG) até 2015.

Resultados

Rodovia BR 262 duplicada entre Venda Nova do Imigrante e Vitória, e adequada sua capacidade até Belo Horizonte (MG) até 2015.

Entidade responsável: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2010

Término: 2015

Projeto 75 – Eixos Diagonais

Objetivo

Aumentar a integração no interior do estado; facilitar a conexão entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com o Complexo Portuário Capixaba.

Escopo

São previstos três eixos diagonais:

- Eixo diagonal Sul: Barra Mansa (BR 393 e RJ 186) a Cachoeiro do Itapemirim;
- Eixo diagonal Centro: Aracê (BR 262) ao porto de Barra do Riacho; e
- Eixo diagonal Norte: Norte de Minas ao porto de Barra do Riacho.

Resultados

Três eixos diagonais implantados até 2020.

Entidade responsável: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Espírito Santo e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2009

Término: 2015

Projeto 76 – Ferrovia Litorânea Sul

Objetivo

Dotar o estado de infra-estrutura ferroviária para suportar o desenvolvimento do pólo siderúrgico de Anchieta e do pólo industrial de Cachoeiro do Itapemirim.

Escopo

Implantação de trecho ferroviário ligando Flexal, em Cariacica, a Cachoeiro de Itapemirim, com alça para o porto de Ubu, em Anchieta.

Resultados

Ferrovia implantada até 2009.

Entidade responsável: CVRD - Companhia Vale do Rio Doce S.A.

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2009

Projeto 77 – Adequação do Corredor Centro-Leste

Objetivo

Promover maior integração entre o Complexo Portuário Capixaba e os Estados de Minas Gerais e a Região Centro-Oeste.

Escopo

Implantação da variante da FCA entre Patrocínio (MG) e Sete Lagoas (MG). Duplicação da EFVM, em toda a sua extensão, de Sabará (MG) até Vitória.

Resultados

- Variante da FCA entre Patrocínio (MG) e Sete Lagoas (MG) implantada até 2025; e
- EFVM, de Sabará (MG) até Vitória, duplicada até 2025.

Entidade responsável: CVRD - Companhia Vale do Rio Doce S.A

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2015

Término: 2025

Projeto 78 – Terminal de Carga Aérea

Objetivo

Ampliar a capacidade de transporte aéreo de cargas.

Escopo

Ampliar capacidade instalada do aeroporto de Vitória: construção de nova pista de pouso com 2.416 m e ampliação da pista atual, de 1.750 para 2.050 m. Construção de novo terminal de carga aérea com capacidade adequada às necessidades de desenvolvimento do estado.

Resultados

- Ampliação do aeroporto implantada até 2007; e
- Novo terminal de carga aérea (TECA) construído até 2007.

Entidade responsável: INFRAERO

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2007

Projeto 79 – Ramal Ferroviário Norte

Objetivo

Promover o desenvolvimento da região norte do estado.

Escopo

Implantação de ramal ferroviário no norte do Espírito Santo.

Resultados

Ramal ferroviário implantado até 2025.

Entidade responsável: CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

Situação atual : Em estudo

Prazo: Início: 2015

Término: 2025

Projeto 80 – Transporte e Distribuição de Gás Natural

Objetivo

Viabilizar o transporte e a distribuição de gás natural, para consumo no Espírito Santo e nos demais estados do Sudeste do País.

Escopo

Implantação de 1.190 Km de gasoduto, ligando Cabiúnas (RJ) a Catu (BA). A malha será implantada em duas grandes etapas: Cacimbas a Vitória (125 km); Cabiúnas (RJ) a Vitória (300 km); e ramais para o suprimento do interior.

Resultados

GASENE implantado até 2008.

Entidade responsável: Petrobras

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2008

d. Governança e Sustentabilidade

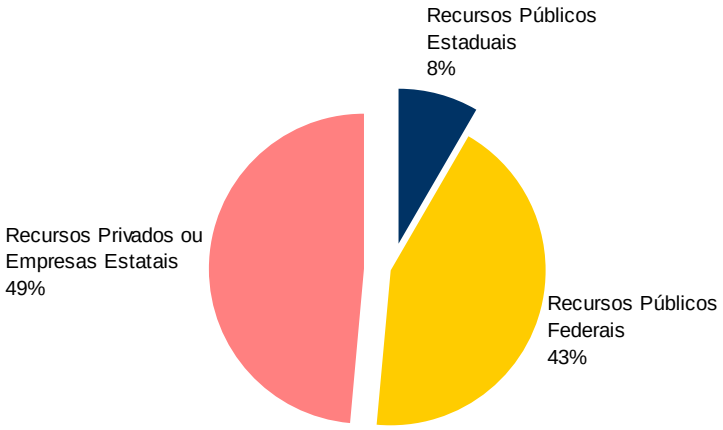
Os gerentes dos projetos de Desenvolvimento da Logística deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. desenvolver um plano estratégico de logística e transportes;
2. promover a integração dos diversos agentes atuantes no segmento de logística: setor empresarial, governo federal, governo estadual e prefeituras;
3. promover a cooperação na área de infra-estrutura econômica entre órgãos do governo estadual com seus congêneres dos estados vizinhos;
4. atrair investimentos privados para o desenvolvimento da infra-estrutura econômica regional e para os serviços de logística; e
5. articular conjuntamente, com os governos estaduais e com o governo federal, a alocação de recursos da União em investimentos para a infra-estrutura regional.

e. Custos do Grupo de Projetos

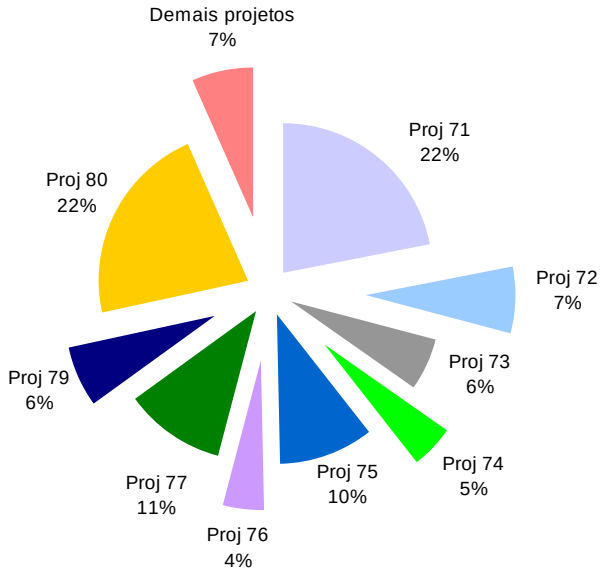
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



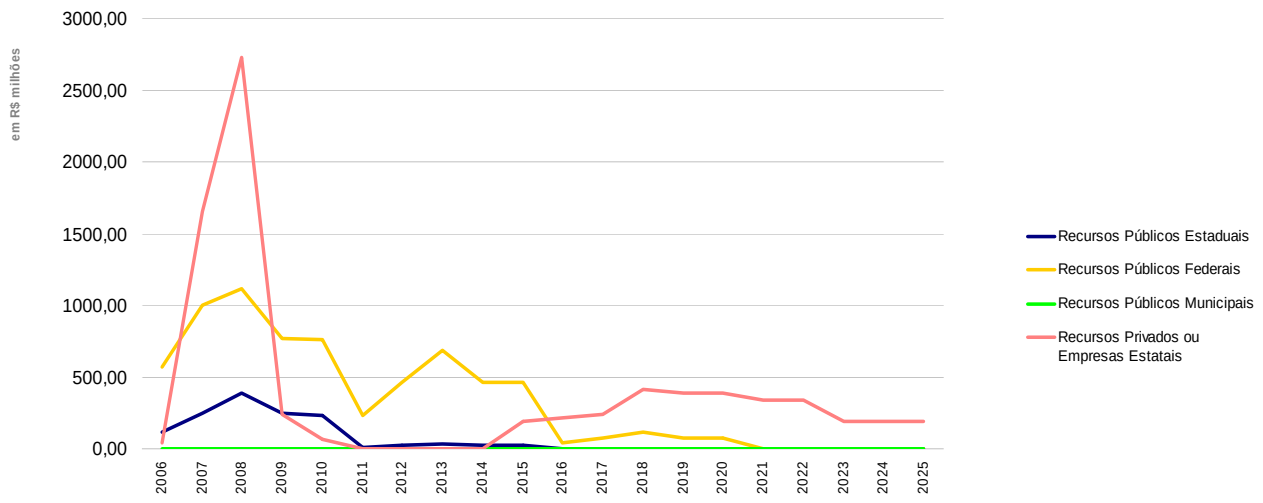
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

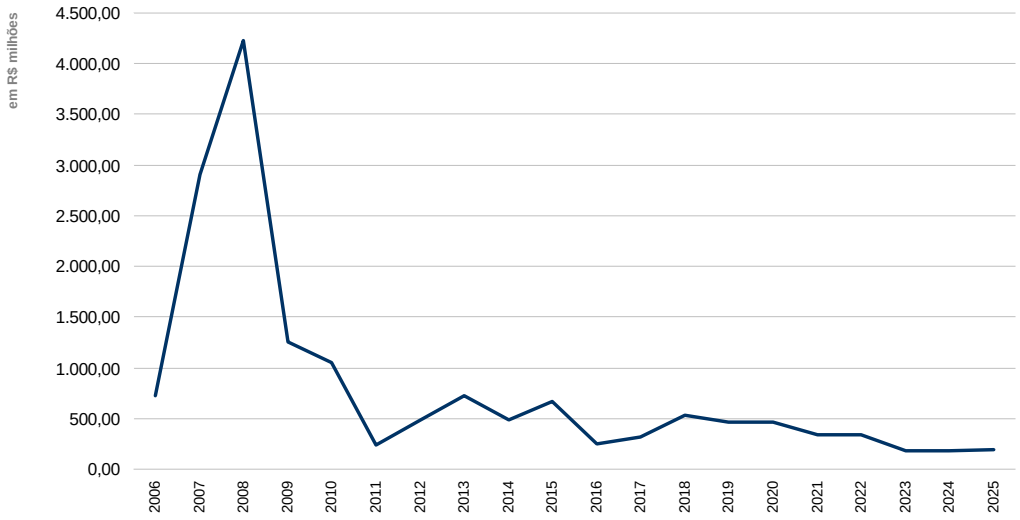


(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Públicos Estaduais	116,32	246,65	390,97	246,65	232,65	11,65	23,29	34,94	23,29	23,29	0,00
Recursos Públicos Federais	570,00	1000,51	1115,11	770,07	757,07	229,73	459,46	689,18	459,46	459,46	38,45
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Privados ou Empresas Estatais	41,00	1653,79	2723,39	238,79	61,99	0,00	0,00	0,00	0,00	186,00	211,00
Total	**727,32**	**2900,95**	**4229,47**	**1255,51**	**1051,71**	**241,37**	**482,75**	**724,12**	**482,75**	**668,75**	**249,45**

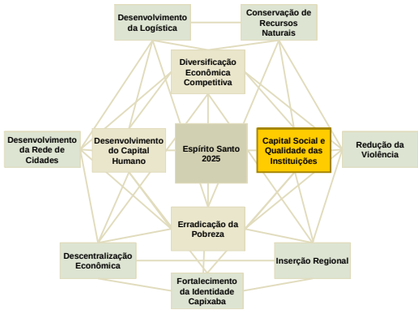
Fontes	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**1349,69**
Recursos Públicos Federais	76,90	115,35	76,90	76,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**6894,55**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	238,00	410,80	385,80	385,80	335,80	336,80	186,00	186,00	188,00	**7768,95**
Total	**314,90**	**526,15**	**462,70**	**462,70**	**335,80**	**336,80**	**186,00**	**186,00**	**188,00**	**16013,19**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	727,32	2.900,95	4.229,47	1.255,51	1.051,71	241,37	482,75	724,12	482,75	668,75
	2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Total	314,90	526,15	462,70	462,70	335,80	336,80	186,00	186,00	188,00	314,90



5.9 Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas

Resultados Finalísticos

Resultados	2015
Aumentar o grau de profissionalização no serviço público, mediante o provimento de funções de direção e assessoramento, com servidores concursados e capacitados.	80%
Aumentar o grau de confiança da sociedade nas instituições públicas capixabas.	70%
Aumentar o grau de satisfação da sociedade com relação aos serviços prestados pelas instituições públicas capixabas.	(1)

(1) A ser definido em função da medição da situação atual.

Grupo de Projetos

81. **Profissionalização e Inovação no Serviço Público**
82. Gestão Orientada para Resultados
83. Governo Eletrônico
84. Modernização da Gestão Pública Municipal
85. Pesquisa Aplicada em Políticas Públicas
86. Qualidade da Administração Pública
87. Ampliação da Gestão Pública Não Governamental

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

(em R$ milhões)

Fontes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	0,48	12,44	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	**79,49**
Recursos Públicos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados	0,00	0,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,76**
Total	**0,48**	**13,19**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**80,25**

a. Alcance Estratégico

Nas sociedades democráticas contemporâneas, eficiência, transparência, controle social e responsabilização são demandados de todas as esferas da administração pública. A consolidação da democracia pressupõe o empoderamento do cidadão (na perspectiva dos “clientes-cidadãos-usuários”) e da sociedade civil, que assumem papel cada vez mais relevante na cobrança de resultados das instituições públicas. Tais resultados devem se traduzir em melhorias efetivas na realidade da população, o que exigirá melhorias contínuas na qualidade dos serviços.

Além disso, o novo ordenamento internacional pressupõe o uso cada vez mais intensivo de critérios relacionados ao grau de competitividade sistêmica de determinada região nos processos de tomada de decisão para investimentos em produção e distribuição de bens e serviços. Nesse sentido, a existência de fatores como capital humano de qualidade, logística eficiente, ambiente macro e microeconômico favorável à atuação das empresas e a ausência de burocracia, corrupção e violência se mostram como importantes vantagens competitivas no mundo atual. Grande parte dessas condições, por sua vez, depende da atuação das instituições públicas.

O desempenho do setor público vem sendo também pressionado pela comparação com o setor privado e terceiro setor no que se refere à qualidade e custos dos serviços prestados.

Paralelamente, o conceito de serviço de interesse público vem se ampliando, passando a incluir em seu escopo as ações de entidades públicas não governamentais que assumem, gradativamente, o papel de suprir demandas e necessidades das populações anteriormente atendidas exclusivamente pelo Estado.

A conjugação deste conjunto de fatores está levando a que o modelo de administração burocrática seja, progressivamente, substituído por uma administração pública mais gerencial e orientada para resultados. O mero cumprimento de rotinas burocráticas não é mais o meio suficiente para produzir os resultados desejados. É preciso ir além. Uma profunda mudança de atitude do servidor público é requerida. Nesse âmbito, assume importância crucial a seleção, capacitação e profissionalização dos servidores públicos, como também o desenvolvimento de habilidades gerenciais de seus dirigentes.

Os objetivos perseguidos pelo terceiro ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo, que abrangem iniciativas ousadas de desenvolvimento social, bem como a criação de uma ambiência favorável às empresas que enfrentam a competição internacional, dependem, para sua plena concretização, de instituições públicas sólidas e eficientes e da provisão de serviços de alta qualidade.

Este grupo de projetos, alinhado com experiências bem-sucedidas de outros países e estados da Federação, está orientado para: (i) promover a profissionalização do serviço público; (ii) limitar os riscos da apropriação do Estado por interesses particulares; (iii) fortalecer a confiança da população nas instituições públicas; (iv) melhorar a qualidade dos serviços; (v) ampliar a participação de instituições públicas não-estatais; e (vi) formar um capital humano de qualidade no setor público, centrado na iniciativa, na capacidade gerencial, na inovação e em rigorosos valores éticos.

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2015
Aumentar o grau de profissionalização no serviço público, mediante o provimento de funções de direção e assessoramento, com servidores concursados e capacitados.	-	80%
Aumentar o grau de confiança da sociedade nas instituições públicas capixabas.	40%	70%
Aumentar o grau de satisfação da sociedade com relação aos serviços prestados pelas instituições públicas capixabas.	-	(1)

(1) A ser definido em função da medição da situação atual.

c. Grupo de Projetos

81. Profissionalização e Inovação no Serviço Público

82. Gestão Orientada para Resultados

83. Governo Eletrônico

84. Modernização da Gestão Pública Municipal

85. Pesquisa Aplicada em Políticas Públicas

86. Qualidade da Administração Pública

87. Ampliação da Gestão Pública Não Governamental

Projeto 81 – Profissionalização e Inovação no Serviço Público (âncora)

Objetivo

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas capixabas, por meio da seleção, formação e desenvolvimento de gestores públicos profissionais e da inovação no campo da gestão pública.

Escopo

Identificação do quantitativo das funções de direção e assessoramento. Criação de cargo de gestor de políticas públicas. Organização de programas de seleção e de capacitação de gestores públicos. Estabelecimento de programas de desenvolvimento gerencial contínuo para dirigentes. Estímulos à inovação para melhorar a qualidade e reduzir o custo do serviço público. Adoção de incentivos baseados no desempenho referenciado a resultados.

Resultados

Preencher 80% das vagas de gestores públicos[6] por servidores concursados e formados até 2015.

Dispor de um processo contínuo de desenvolvimento gerencial de executivos de todas as instituições públicas responsáveis por tomada de decisão, que se mantenha até 2025[7].

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término**:** 2025

[6] O número de vagas de gestores públicos deverá ser objeto de avaliação da demanda global por esses profissionais.

[7] O número de executivos públicos será dimensionado mediante levantamento do universo de instituições públicas do Estado.

Projeto 82 – Gestão Orientada para Resultados

Objetivo

Dotar o Governo do Estado do Espírito Santo de um modelo de gestão orientada para resultados, visando ao aumento da sua capacidade de produzir, avaliar e comunicar benefícios relevantes para a sociedade.

Escopo

Capacitação de dirigentes e servidores em gestão pública orientada para resultados. Implantação de projetos orientados para resultados nas instituições públicas. Desenvolvimento da capacidade de gerenciamento de projetos. Implantação de métodos de monitoramento e avaliação de resultados. Implantação de acordos de resultados entre as instituições públicas estatais e não estatais.

Resultados

Implantar a gestão orientada para resultados em todos os programas finalísticos de governo até 2011.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início**:** 2007

Término: 2011

Projeto 83 – Governo Eletrônico

Objetivo

Aplicar os recursos da Tecnologia de Informação e Comunicação para alterar as relações entre governo e sociedade civil, abrindo novos espaços de interlocução e participação; dar maior eficiência aos processos administrativos das instituições públicas; prestar serviços de melhor qualidade e de amplo acesso ao cidadão; e dar transparência às decisões, projetos, receitas e gastos das instituições públicas.

Escopo

Ampliação dos mecanismos de participação da sociedade. Ampliação progressiva dos serviços ao cidadão por meio da Internet e outros meios de telecomunicações. Implantação de práticas que possibilitem a transparência de decisões relacionadas à alocação de recursos, gastos e respectivos resultados. Informatização dos processos administrativos para redução de custos e aumento de eficiência das instituições.

Resultados

Disponibilizar serviços em meio eletrônico em todos os órgãos do governo estadual que se relacionam diretamente com o público, até 2015.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 84 – Modernização da Gestão Pública Municipal

Objetivo

Promover a modernização da gestão pública municipal, a partir de uma visão integrada do ciclo de gestão pública, com foco na orientação para resultados, na melhoria da qualidade e ampliação do acesso ao serviço público, e na profissionalização dos servidores públicos.

Escopo

Fortalecimento da iniciativa de cooperação entre a administração estadual e os municípios para a modernização da gestão pública municipal. Formulação de projetos conjuntos de capacitação de pessoal, desenvolvimento de sistemas e implantação das novas práticas de gestão.

Resultados

Adesão de municípios que representem 60% da população capixaba a um plano de modernização da gestão pública municipal até 2010; e 100% até 2015.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Situação atual: Em Estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 85 – Pesquisa Aplicada em Políticas Públicas

Objetivo

Gerar conhecimento e informação visando contribuir para a qualidade do processo decisório do Governo do Estado, mediante a prospecção e a avaliação de políticas públicas.

Escopo

Fortalecimento das equipes e redes de pesquisa aplicada à melhoria de políticas públicas estaduais e municipais e de seus métodos de gestão. Desenvolvimento da capacidade técnica de avaliação de resultados. Intercâmbio nacional e internacional de experiências em formulação e avaliação de políticas públicas. Consolidação e difusão das informações e conhecimentos gerados.

Resultados

Ter o programa implantado até 2008.

Entidade responsável: Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 86 – Qualidade da Administração Pública

Objetivo

Consolidar, nas organizações públicas estatais do Poder Executivo, uma cultura de gestão baseada em valores e práticas gerenciais que melhorem a qualidade dos serviços prestados à população, ampliando a sua oferta e perseguindo padrões de excelência.

Escopo

Mobilização e sensibilização das instituições públicas para programas da qualidade. Capacitação de pessoal em técnicas de gestão da qualidade. Monitoramento dos processos de implantação de sistemas da qualidade. Auditoria de sistemas da qualidade. Premiação de instituições públicas com base nos resultados efetivamente obtidos e em critérios de excelência gerencial. Desenvolvimento e implantação de instrumentos que permitam aos usuários a cobrança de resultados quanto à qualidade do atendimento.

Resultados

Adesão de todos os órgãos do governo estadual que prestam serviços ao público ao Programa Qualidade na Gestão Pública do Espírito Santo[8], até 2015.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

[8] Em desenvolvimento pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos.

Projeto 87 – Ampliação da Gestão Pública Não Governamental

Objetivo

Melhorar a qualidade, reduzir custos e ampliar a cobertura da prestação de serviços públicos, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil organizada, com ênfase nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança pública, meio ambiente e ciência e tecnologia.

Escopo

Constituição de Organizações Sociais, ou similares, e estímulo à criação de OSCIPs para atender a demandas do estado e principais municípios. Qualificação de entidades candidatas à prestação de serviços. Estabelecimento de contratos de gestão nos vários setores das administrações públicas. Monitoramento e avaliação de resultados dos serviços prestados pelas instituições públicas não governamentais.

Resultados

Implantar e aferir resultados em pelo menos três contratos de gestão com instituições da sociedade civil organizada em cada uma das seguintes áreas: saúde, educação, cultura, justiça e cidadania, meio ambiente e ciência e tecnologia até 2008.

Nota: Após a consecução desse resultado, o projeto deverá ser expandido para alcançar um número adequado de instituições públicas não governamentais, compatível com o universo de entidades do governo estadual.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos.

Situação atual: Em andamento

Prazo: Término: 2008

d. Governança e Sustentabilidade

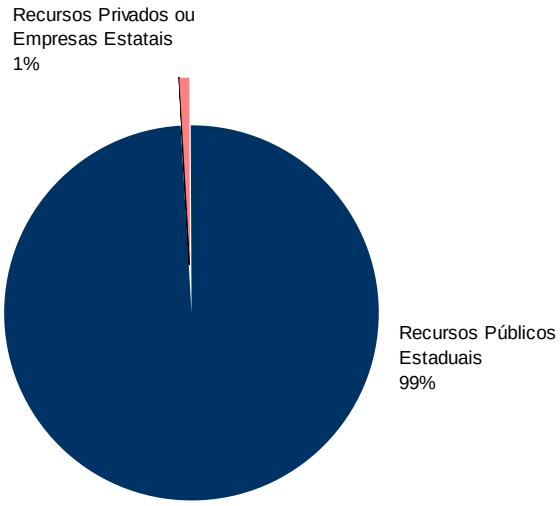
Os gerentes dos projetos de Desenvolvimento do Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. ampliar o reconhecimento social da importância do serviço público profissional estatal e não-estatal, para motivar a melhoria do desempenho dos servidores;
2. adotar postura de parceria e cooperação para que a melhoria da qualidade das instituições e os avanços da gestão pública se estendam para os três poderes, em suas várias esferas no estado;
3. estimular as organizações empresariais e da sociedade civil para monitorar, demandar e negociar compromissos de avanços constantes na melhoria da qualidade das instituições e no desempenho da gestão pública, no âmbito dos três poderes e nas esferas estadual e municipal;
4. buscar a participação da sociedade na formulação e implantação de políticas públicas, com o objetivo de ampliar o capital social no estado;
5. atrair o interesse dos meios de comunicação para a fiscalização e a divulgação da atuação das instituições públicas estatais e não-estatais, quanto à transparência das decisões, à qualidade do atendimento e à aplicação responsável de recursos públicos;
6. implantar meios para que o cidadão possa ter condições, no local de atendimento, de exigir a qualidade do serviço público a ser prestado; e
7. oferecer meios de divulgação e capacitação para que a população possa compreender os modos pelos quais são orçados e aplicados os recursos públicos, e obtidos os resultados.

e. Custos do Grupo de Projetos

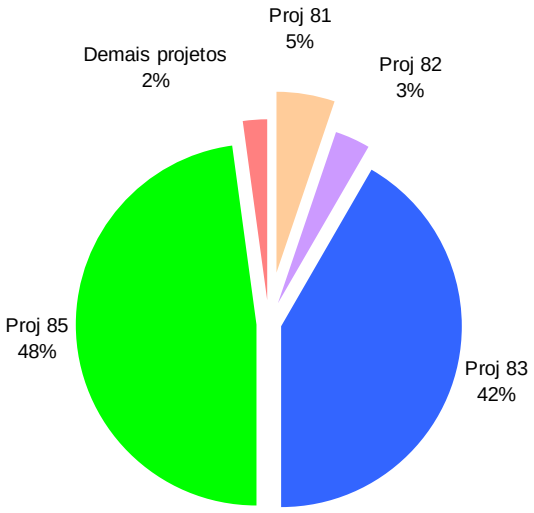
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



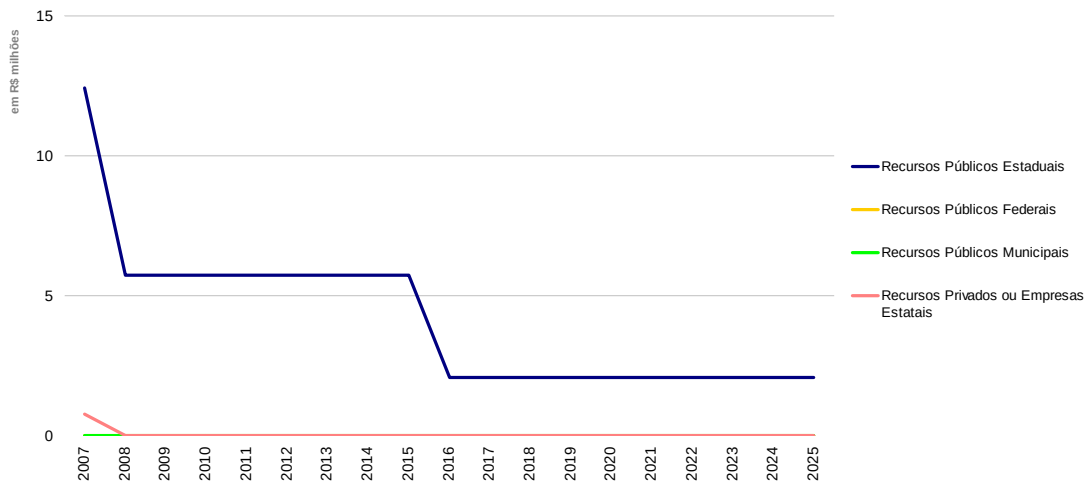
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fonte financiadora são as seguintes:

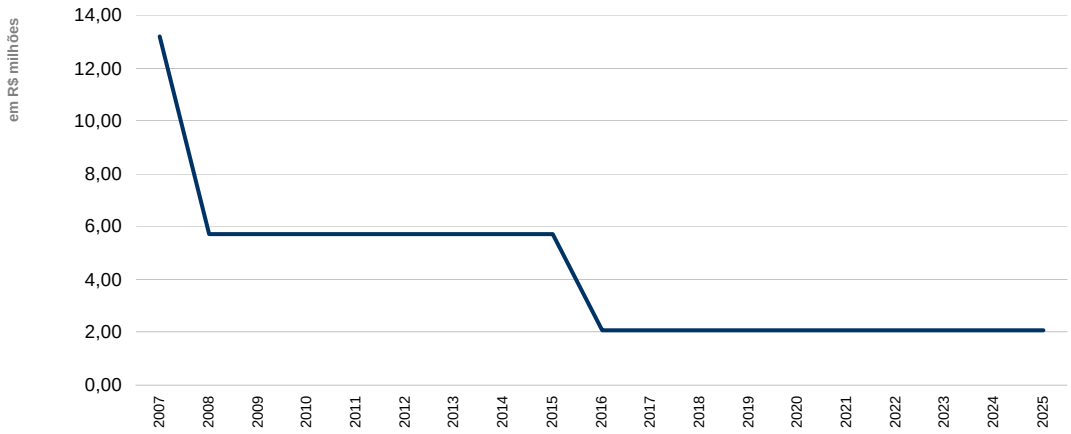
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Públicos Estaduais	12,44	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	2,07
Recursos Públicos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**13,19**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**5,73**	**2,07**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	**79,49**
Recursos Públicos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,76**
Total	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**2,07**	**80,25**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	2015	2016
Total	13,19	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	5,73	2,07
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Total	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07	2,07

5.10 Fortalecimento da Identidade e Melhoria da Imagem Capixaba

Resultados Finalísticos

Resultados	2025
Grau de compatibilidade entre a imagem desejada e a imagem percebida do Espírito Santo por pessoas de outros estados. (em % de menções positivas espontâneas)	A ser definido após pesquisa

Grupo de Projetos

88. **Valorização e Divulgação da Imagem**
89. Disseminação da Cultura Capixaba na Educação
90. Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais
91. Rede de Espaços Culturais
92. Desenvolvimento do Esporte
93. A Cultura em Transformação

Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora

(em R$ milhões)

Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Recursos Públicos Estaduais	2,22	2,02	2,02	2,22	1,92	1,92	2,12	1,92	1,87	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	**30,25**
Recursos Públicos Federais	2,12	2,17	2,17	2,17	2,13	2,13	2,13	2,13	2,13	1,81	1,81	1,81	1,81	1,81	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	**29,30**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados	1,40	0,90	1,40	0,90	1,40	0,90	1,40	0,90	1,40	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**14,65**
Total	**5,74**	**5,09**	**5,59**	**5,29**	**5,45**	**4,95**	**5,65**	**4,95**	**5,40**	**4,21**	**4,21**	**4,21**	**4,21**	**4,21**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**74,20**

a. Alcance Estratégico

Nem uma identidade nítida, nem uma imagem forte são características do Espírito Santo. Ambos os fenômenos contribuem, cada qual a seu modo, para uma posição de pouco destaque, e relativo isolamento, do estado no cenário nacional. Esta ambigüidade prejudica a sua inserção nacional, mas também internacional, e reflete sobre a sua visão de mundo e postura em face das rápidas transformações que marcam o início do século XXI.

Esta constatação tem razões diversas, relacionadas à história, povoamento, cultura e geografia do estado.

O Espírito Santo encontra-se cercado de unidades da federação de forte identidade e imagem projetada, estados estes que já foram cenário, algum dia, dos mais importantes fatos históricos do País, desde o período colonial até os tempos republicanos: Salvador (BA), Vila Rica (MG) e Rio de Janeiro (RJ).

Por outro lado, o estado se situa no espaço de transição entre as duas regiões de "personalidade" mais vigorosa no Brasil, o Sudeste e o Nordeste.

Com território reduzido e pequena população, o Espírito Santo tem dificuldades de se afirmar no quadro nacional, sendo vizinho de três estados populosos: Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Acresce que, com uma origem sobretudo italiana, mas com marcada diversidade, o Espírito Santo conheceu um povoamento e desenvolvimento tardios. Ocupou, durante largo tempo, uma posição periférica na economia e na política, tanto na época colonial quanto no Império e mesmo na primeira metade do Brasil Republicano.

O estado se projeta no cenário nacional apenas a partir da década de 1970, quando se torna vitorioso o projeto de desenvolvimento por meio de grandes empresas e inserção internacional. O estado adquire a imagem de um relevante portal de comércio internacional com sua logística moderna e eficiente.

A diversidade cultural (italianos, negros, pomeranos, índios, poloneses, árabes, alemães e mestiços) e ambiental (praia, floresta, serra, várzea) são marcas do Espírito Santo, que se constitui, assim, em um mosaico sem hegemonia de qualquer parte sobre as demais.

Talvez devido a isso, diversas pesquisas revelam que o capixaba não tem uma imagem precisa de seu estado e de sua originalidade no quadro nacional. No limiar deste planejamento estratégico, pesquisas qualitativas junto a pessoas de diferentes setores e regiões revelaram o desejo de fortalecimento da identidade e da imagem como uma das dimensões a serem trabalhadas ao longo do terceiro ciclo de desenvolvimento do estado.

A proposta deste grupo de projetos é enfrentar este desafio com iniciativas de inserção de temas da história e da cultura capixaba no processo de educação formal, de valorização das expressões culturais tradicionais e da promoção das manifestações culturais contemporâneas. Fazem parte também da proposta a ampliação e revitalização da rede de espaços culturais e um processo consistente de divulgação das realizações e da imagem do Espírito Santo.

b. Resultado Finalístico

Resultados	Situação atual	2015	2025
Grau de compatibilidade entre a imagem desejada e a imagem percebida do Espírito Santo por pessoas de outros estados. (em % de menções positivas espontâneas)	Em pesquisa	A ser definido após pesquisa	A ser definido após pesquisa

c. Grupo de Projetos

88. Valorização e Divulgação da Imagem

89. Disseminação da Cultura Capixaba na Educação

90. Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais

91. Rede de Espaços Culturais

92. Desenvolvimento do Esporte

93. A Cultura em Transformação

Projeto 88 - Valorização e Divulgação da Imagem (âncora)

Objetivo

Promover o conhecimento do Espírito Santo no Brasil e no mundo, disseminando uma imagem positiva do estado e enfatizando os atributos que caracterizam a identidade capixaba.

Escopo

Definição dos elementos que constituem a identidade capixaba. Realização de ações sistemáticas de divulgação junto aos vários segmentos sociais de interesse.

Resultados

- 30 menções positivas espontâneas anuais na mídia até 2015; e 36 até 2025; e

  Nota: Deverão ser considerados como veículos nacionais jornais e revistas de circulação nacional.

- 72 menções estimuladas anuais em 2007; e 48 menções estimuladas anuais de 2008 a 2025.

Entidade Responsável: Superintendência Estadual de Comunicação Social

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2025

Projeto 89 - Disseminação da Cultura Capixaba na Educação

Objetivo

Valorizar e incorporar a cultura, história e aspectos locais capixabas no cotidiano do sistema educacional, desde o ensino fundamental até o superior.

Escopo

Alteração dos currículos escolares. Desenvolvimento de atividades extracurriculares em torno da história e cultura capixabas. Produção de material didático de qualidade. Capacitação de professores. Fomento à pesquisa sobre o Espírito Santo.

Resultados

Todas as escolas públicas e privadas de ensino básico e superior com conteúdos programáticos relativos ao Estado inseridos em suas grades curriculares até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Educação

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 90 - Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais

Objetivo

Apoiar e valorizar as manifestações culturais populares e tradicionais do estado, visando a sua preservação.

Escopo

Mapeamento das manifestações culturais tradicionais. Melhoria da infra-estrutura requerida. Apoio à criação de associações. Promoção e organização de eventos de cultura popular.

Resultados

12 associações ativas até 2015.

Nota: Existem atualmente no Estado 12 (doze) diferentes manifestações culturais.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 91 - Rede de Espaços Culturais

Objetivo

Melhorar a gestão, ampliar e revitalizar a rede de centros de memória e de cultura do Espírito Santo localizados na Grande Vitória e em outros municípios.

Escopo

Recuperação e disponibilização dos espaços culturais. Preservação do patrimônio cultural. Intercâmbio cultural. Incentivo a espaços e salas geridas pela iniciativa privada. Utilização de espaços públicos e comunitários tradicionalmente não utilizados para a arte. Abertura e manutenção de espaços culturais pelos municípios. Manutenção de corpos artísticos estáveis. Adoção de novos modelos de gestão pública não governamental na área cultural.

Resultados

- Revitalizar o Museu de Arte do ES, Centro Cultural Camélia e Museu Solar Monjardim até 2015;
- Criar 5 (cinco) novos centros culturais até 2015;

  Nota: Os centros devem ser localizados nas quatro macrorregiões do Estado, conforme zoneamento IPES.
- Atingir 85 mil visitantes/anual aos centros culturais até 2015; e 315 mil até 2025; e
- Nível de conhecimento e avaliação favorável dos centros culturais, mediante menção espontânea: 25% até 2015; e 35% até 2025.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

Projeto 92 – Desenvolvimento do Esporte

Objetivo

Tornar o estado referência nacional em modalidades esportivas selecionadas.

Escopo

Criar centros e programas de excelência em algumas modalidades selecionadas.

Resultados

Criação de 3 (três) centros de excelência esportiva.

Entidade responsável: Secretaria de Estado de Esportes

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2020

Projeto 93 - A Cultura em Transformação

Objetivo

Incentivar as manifestações contemporâneas da cultura, buscando a renovação dos elementos culturais locais e a sua integração às influências nacionais e globais, com enfoque principal na juventude.

Escopo

Apoio a festivais, eventos e projetos voltados para as manifestações culturais e artísticas contemporâneas.

Resultados

Quatro prêmios ou distinções recebidos por manifestações culturais contemporâneos capixabas até 2015.

Entidade Responsável: Secretaria de Estado da Cultura

Situação atual: Em estudo

Prazo: Início: 2007

Término: 2015

d. Governança e Sustentabilidade

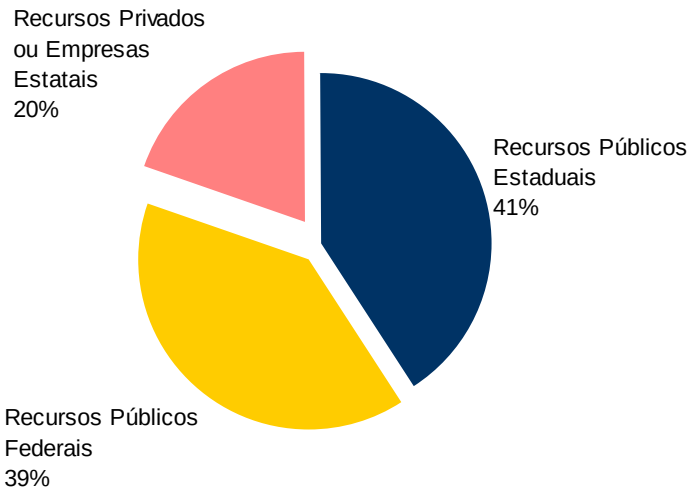
Os gerentes dos projetos de Fortalecimento da Identidade e Melhoria da Imagem Capixaba deverão cuidar da seguinte agenda de governança e sustentabilidade:

1. promover a descentralização da atividade cultural para os principais municípios do estado, tendo como referência a Rede de Cidades, e estimular o engajamento das prefeituras;
2. ampliar o financiamento privado das atividades culturais;
3. fomentar o desenvolvimento da indústria cultural no estado;
4. promover a criação de instituições públicas não governamentais na área cultural;
5. implantar conselhos nas instituições culturais para a mediação entre o poder público e a sociedade;
6. buscar a inserção de notícias e conteúdos relativos à cultura e realizações capixabas na mídia nacional; e
7. adequar a legislação de apoio à cultura.

d. Custos do Grupo de Projetos

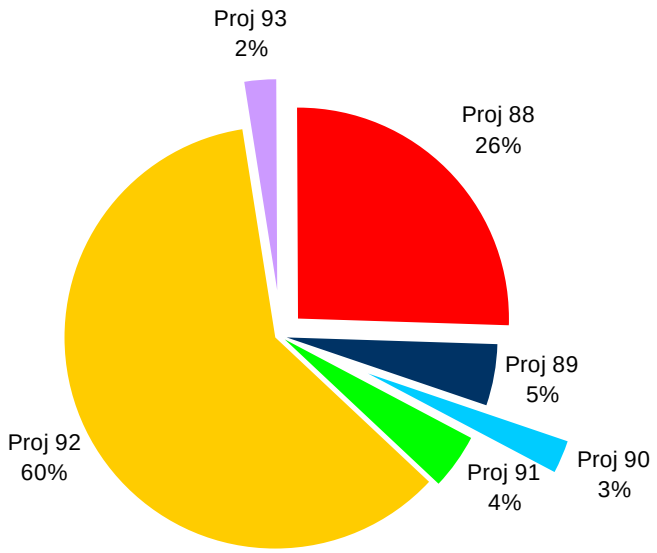
Considerando as estimativas de custos dos projetos realizadas para fins do planejamento estratégico, os recursos necessários para a viabilização deste grupo de projetos estão assim distribuídos por fonte financiadora:

Recursos por Fonte Financiadora



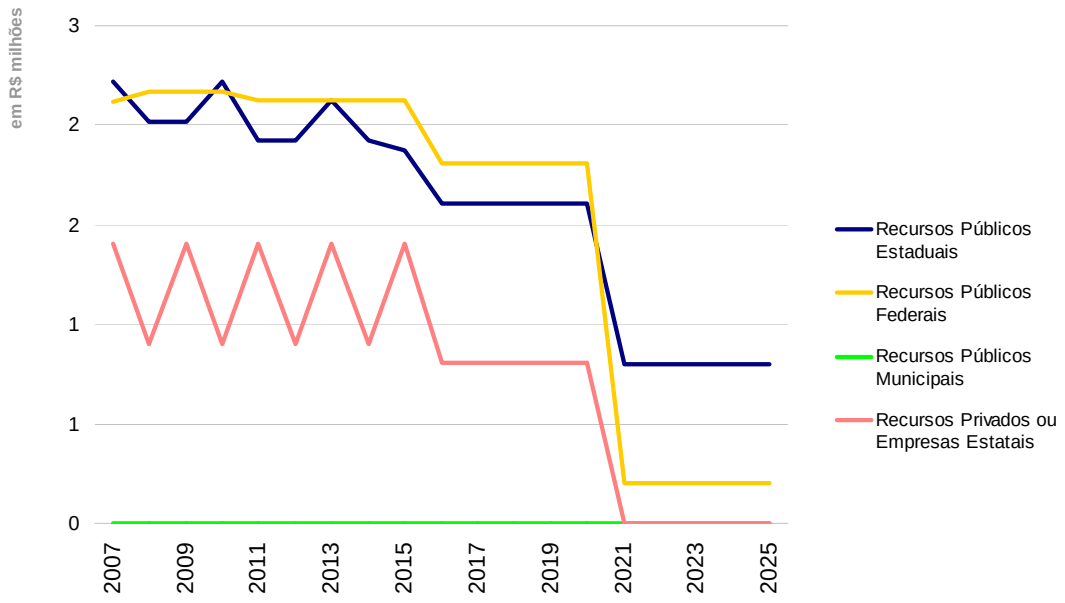
O gráfico a seguir mostra a distribuição destes custos no grupo de projetos:

Recursos por Projeto



Anualmente, as necessidades de recursos por fontes financiadoras são as seguintes:

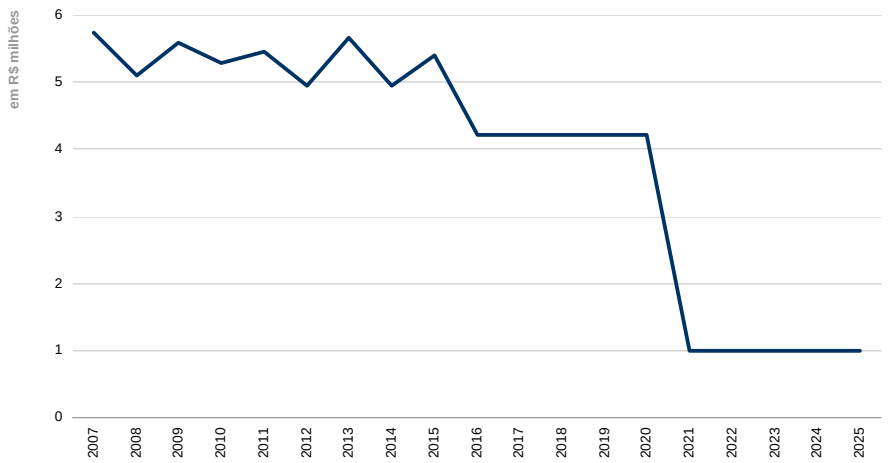
Distribuição Temporal dos Recursos por Fonte Financiadora



(em R$ milhões)

Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Públicos Estaduais	2,22	2,02	2,02	2,22	1,92	1,92	2,12	1,92	1,87	1,60
Recursos Públicos Federais	2,12	2,17	2,17	2,17	2,13	2,13	2,13	2,13	2,13	1,81
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Privados ou Empresas Estatais	1,40	0,90	1,40	0,90	1,40	0,90	1,40	0,90	1,40	0,80
Total	**5,74**	**5,09**	**5,59**	**5,29**	**5,45**	**4,95**	**5,65**	**4,95**	**5,40**	**4,21**
Fontes	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Recursos Públicos Estaduais	1,60	1,60	1,60	1,60	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	**30,25**
Recursos Públicos Federais	1,81	1,81	1,81	1,81	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	**29,30**
Recursos Públicos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	0,80	0,80	0,80	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**14,65**
Total	**4,21**	**4,21**	**4,21**	**4,21**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**74,20**

Distribuição Temporal do Valor Total do Grupo de Projeto



(em R$ milhões)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	5,74	5,09	5,59	5,29	5,45	4,95	5,65	4,95	5,40	4,21
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Total	4,21	4,21	4,21	4,21	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	**74,20**

5.11 Inserção Estratégica Regional

a. Alcance Estratégico

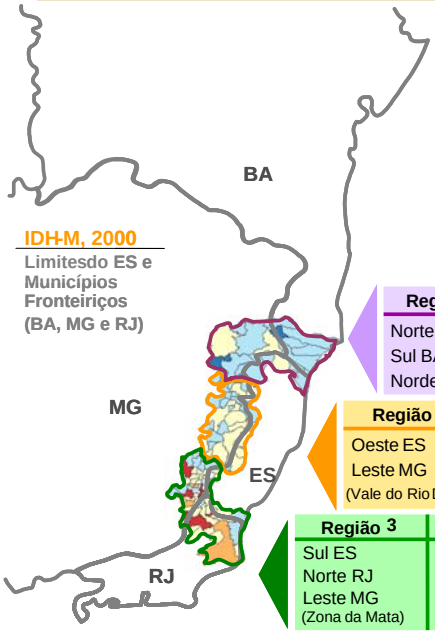
A localização geográfica do Espírito Santo, as áreas comuns de concentração de pobreza, a interdependência das cadeias produtivas, a configuração dos sistemas logísticos e o compartilhamento de bacias hidrográficas são fatores que requerem uma visão regional ampla no processo de planejamento e gestão do futuro do estado.

O campo de observação do planejamento deve ultrapassar as fronteiras políticas do estado. É necessário articular sistemicamente os territórios situados em outros estados que compartilham da mesma lógica de evolução dos fatores econômicos, sociais e ambientais do processo de desenvolvimento. A visão geoeconômica ampla pode revelar restrições que, se não equacionadas adequadamente, impedirão a concretização dos objetivos futuros do estado. Por outro lado, a mesma visão abrangente poderá indicar oportunidades de desenvolvimento de benefícios mútuos, caso se logre coordenar esforços de entes políticos e econômicos de distintos estados da Federação.

No processo de construção do Plano de Desenvolvimento 2025, observou-se que o desenvolvimento futuro do Espírito Santo está condicionado à superação de desafios comuns a outros estados. Em vários setores há questões que requerem alianças estratégicas entre estados para seu equacionamento: transporte rodoviário e ferroviário, gestão de recursos hídricos, erradicação de pobreza de áreas deprimidas, articulação de cadeias produtivas, além da conjugação de demandas por infra-estrutura de interesse comum para acesso a mercados.

Este grupo se diferencia dos demais por tratar de uma agenda de atuação política para viabilizar projetos e ações de alto impacto sobre o desenvolvimento do estado. Aqui não se aplica o conceito de projeto estrito senso.

Desenvolvimento Humano nas Regiões Deprimidas Fronteiriças Comuns ao ES e seus Estados Vizinhos



Região 1	IDH 2000
Norte ES Sul BA Nordeste MG	0,674

Região 2	IDH 2000
Oeste ES Leste MG (Vale do Rio Doce)	0,692

Região 3	IDH 2000
Sul ES Norte RJ Leste MG (Zona da Mata)	0,724

Até 2025, o IDH das regiões deprimidas alcançará valores superiores a:

- **Região 1: 0,804**
- **Região 2: 0,826**
- **Região 3: 0,864**

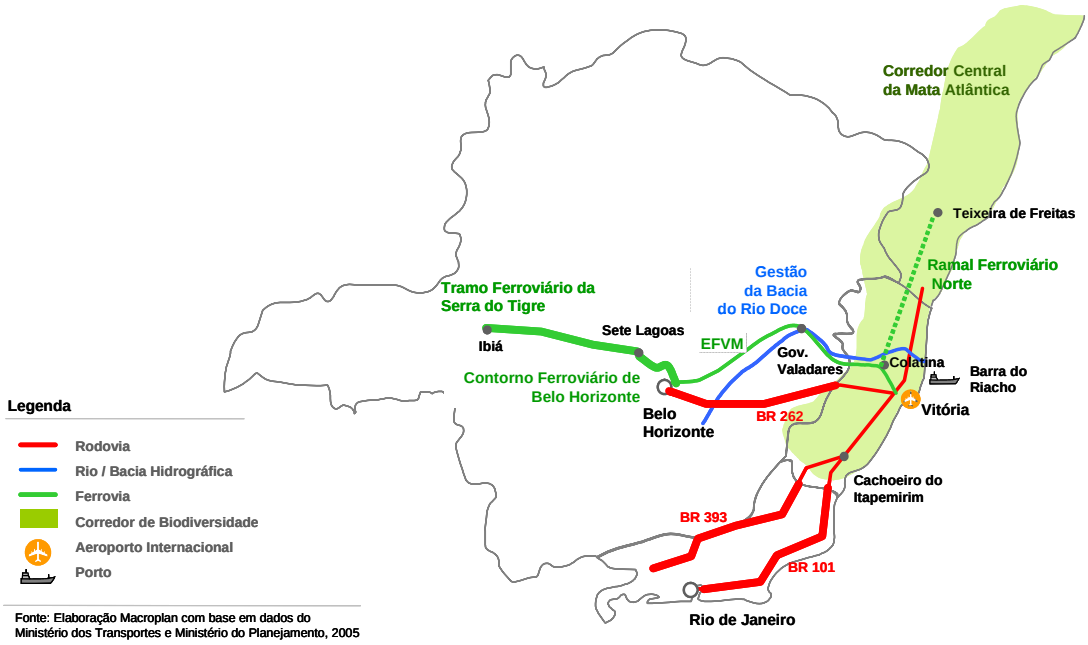
Referência: Valores do IDH em 2000	
RMGV	0,798
ES	0,765
Brasil	0,766

Fonte: Macroplan

Gargalos de infra-estrutura

ES, BA, MG e RJ

Principais Gargalos na hinterlândia do ES



Fonte: Elaboração Macroplan com base em dados do Ministério dos Transportes e Ministério do Planejamento, 2005

b. Resultados Finalísticos

Resultados	Situação atual	2025
Aumentar o IDH da região 1 (Norte ES; Sul BA e Nordeste MG)	0,674	Maior que 0,804
Aumentar o IDH da região 2 (Oeste ES; Leste MG e Vale do Rio Doce)	0,692	Maior que 0,826
Aumentar o IDH da região 3 (Sul ES; Norte RJ; Leste MG e Zona da Mata)	0,724	Maior que 0,864
Duplicar a BR 101 no Estado do Rio de Janeiro		
Adequar a capacidade da BR 262 no Estado de Minas Gerais		
Adequar a capacidade da BR 393 nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro		
Ampliar o Corredor Ferroviário Centro-Leste no Estado de Minas Gerais		
Implantar o Porto de Barra do Riacho para carga geral regional		

c. Alianças Estratégicas

1. Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades

2. Desenvolvimento Econômico Integrado

3. Integração Logística

4. Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

Aliança Estratégica 1 - Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades

Objetivos

Articular esforços combinados entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro e o Governo Federal para a implementação de políticas sociais nos espaços deprimidos comuns:

- Norte ES; Sul BA e Nordeste MG;
- Oeste ES; Leste MG e Vale do Rio Doce;
- Sul ES; Norte RJ; Leste MG e Zona da Mata.

Viabilizar investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, habitação e saneamento) nas regiões para atendimento da demanda comum.

Fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas de alto impacto social nas regiões deprimidas comuns.

Aliança Estratégica 2 - Desenvolvimento Econômico Integrado

Objetivo

Viabilizar investimentos privados capazes de adensar as cadeias produtivas nos espaços geoeconômicos comuns, como mineração, siderurgia, petróleo, celulose, café, bio-combustíveis, madeira, fruticultura e turismo.

Aliança Estratégica 3 - Integração Logística

Objetivos

Viabilizar investimentos na expansão do sistema logístico para ampliar os fluxos regionais de pessoas, produtos e serviços demandados pelo desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo e dos estados vizinhos, em especial a duplicação da BR 101 e a adequação de capacidade das BRs 262 e 393.

Fortalecer o caráter regional do complexo portuário capixaba para ampliar o comércio internacional de interesse do Espírito Santo e estados vizinhos, em especial a implantação do Porto Barra do

Riacho para carga geral regional, a ampliação do Corredor Ferroviário Centro-Leste e o ramal ferroviário até o sul da Bahia.

Aliança Estratégica 4 - Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

Objetivos

Articular ações conjuntas que visem a gestão compartilhada de recursos hídricos de interesse regional.

Compatibilizar ações voltadas à recuperação e conservação do Corredor Central da Mata Atlântica.

d. Governança e Sustentabilidade

No caso do **Grupo de Inserção Estratégica Regional**, a governança e a sustentabilidade decorrem, fundamentalmente, da ação política, em seu mais alto nível, do poder executivo estadual e das principais instituições da sociedade civil capixaba, para gerar um ambiente de cooperação capaz de viabilizar alianças estratégicas. Fazem parte do seu escopo:

1. buscar atuação coordenada das bancadas federais no Congresso Nacional e junto ao Governo Federal;
2. promover o intercâmbio e a cooperação entre as Federações de Indústria, Agricultura, Comércio e Transportes;
3. manter um processo contínuo de intercâmbio e cooperação com organismos federais;
4. criar, em entidade de pesquisa aplicada, um Observatório do Desenvolvimento Regional;
5. estimular a cooperação entre órgãos de governo do ES e seus similares dos estados do MG, RJ e BA; e
6. fomentar a gestão integrada de territórios.

Equipe do Projeto

Coordenação Geral do Projeto

Guilherme Gomes Dias
Arthur Carlos Gerhardt Santos

Coordenação Executiva

Dayse Maria Oslegher Lemos
Cláudio Porto
Alexandre Mattos de Andrade

Supervisão Técnica

José Paulo Silveira

Comitê de Acompanhamento

Dayse Maria Oslegher Lemos
Orlando Caliman
José Francisco Carvalho Margato
Guilherme Weichert Neto

Equipe Técnica do Volume 8 – Carteira de Projetos Estruturantes

Grupo 1 – Desenvolvimento do Capital Humano

Pedro Burlandy – Macroplan
Elimar Nascimento – Macroplan
Gustavo Morsch – Macroplan
André Urani – IETS
César Vasquez – IETS
Carlos Henrique Araújo – Ministério da Educação
Regis Mattos Teixeira – SEP
Rosângela D´Avila – IPES

Grupo 2 – Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades

Pedro Burlandy – Macroplan
Elimar Nascimento – Macroplan
Gustavo Morsch – Macroplan

Grupo 3 – Redução da Violência e da Criminalidade

Pedro Burlandy – Macroplan

Gustavo Morsch – Macroplan
Monique Araujo – Macroplan
Cláudio Beato – UFMG
Regis Mattos Teixeira – SEP

Grupo 4 – Interiorização do Desenvolvimento

Pedro Burlandy – Macroplan
Rodrigo Ventura – Macroplan
Danilo Menezes – Macroplan
Orlando Caliman – Futura

Grupo 5 – Desenvolvimento da Rede de Cidades

Pedro Burlandy – Macroplan
Rodrigo Ventura – Macroplan
Danilo Menezes – Macroplan
Davi Monteiro – Macroplan
Orlando Caliman – Futura

Grupo 6 – Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

Pedro Burlandy – Macroplan
Sandro Roma – Macroplan
Marilene Ramos – FGV
José Augusto Drummond – UNB

Grupo 7 – Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica

Pedro Burlandy – Macroplan
Frederico Araújo – Macroplan
Leonardo Cassol – Macroplan
Ana Ivone Marques Salomon – SEP
Flávio de Oliveira Bueno – IPES

Grupo 8 – Desenvolvimento de Logística

Pedro Burlandy – Macroplan
Alexandre Estrela – Macroplan
Nyssio Ferreira Luz – IBRALOG

Grupo 9 – Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas

Pedro Burlandy – Macroplan
Aurélio Formoso – Macroplan
Joserval Gouveia – Macroplan
Gustavo Morsch – Macroplan
Sandro Roma – Macroplan
Rafael Cláudio Simões – SEP

Grupo 10 – Fortalecimento da Identidade Capixaba e Imagem do Estado

Pedro Burlandy – Macroplan
Davi Monteiro – Macroplan
João Gualberto – Futura

Grupo 11 – Inserção Estratégica Regional

Pedro Burlandy – Macroplan

Concepção Visual e Design

Mônica Mercadante
Luiza Raj